

Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Fernando Tadeu Mondi Galine

CAMADAS DE ALIENAÇÃO E ESTRANHAMENTO NO SÉCULO XX

Uberlândia
Abril 2026

Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Fernando Tadeu Mondi Galine

CAMADAS DE ALIENAÇÃO E ESTRANHAMENTO NO SÉCULO XX

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia na linha de Pesquisa de Ética e Filosofia Política para obtenção do título de Doutor.

Uberlândia
Abril 2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- G158c
2026 Galine, Fernando Tadeu Mondi, 1986-
Camadas de alienação e estranhamento no século XX [recurso eletrônico] / Fernando Tadeu Mondi Galine. -- 2026.
- Orientadora: Ana Maria Said.
Coorientador: Giovanni Fresu.
Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Filosofia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2026.11015>
Inclui bibliografia.
1. Filosofia. I. Said, Ana Maria, 195, (Orient.). II. Fresu, Giovanni, 1967-, (Coorient.). III. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Filosofia. IV. Título.

CDU: 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1U, Sala 1U117 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-
MG, CEP 38400-902
Telefone: 3239-4558 - www.posfil.ifilo.ufu.br - ppgfil@ifilo.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Filosofia				
Defesa de:	Tese de Doutorado, 004/26, PPGFIL				
Data:	Dezessete de abril de dois mil e vinte seis	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	18:15
Matrícula do Discente:	12213FIL005				
Nome do Discente:	Fernando Tadeu Mondy Galine				
Título do Trabalho:	Camadas de Alienação e Estranhamento no Século XX				
Área de concentração:	Filosofia				
Linha de pesquisa:	Ética e Filosofia Política				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	-----				

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala 5M Sala 210, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Filosofia, assim composta: Professores Doutores: Vinicius dos Santos (UFBA); Humberto Aparecido de Oliveira Guido (UFU); Marisa Silva Amaral (UFU); Pedro Leão da Costa Neto (Tuiuti do Paraná) e Ana Maria Said orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Ana Maria Said, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Professor(a) do Magistério Superior**, em 23/04/2026, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Said, Professor(a) do Magistério Superior**, em 23/04/2026, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius dos Santos, Usuário Externo**, em 24/04/2026, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Leão da Costa Neto, Usuário Externo**, em 24/04/2026, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Silva Amaral, Usuário Externo**, em 04/05/2026, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **7244965** e o código CRC **90E0B4CA**.



Resumo

O objetivo deste trabalho é investigar se, no século XX, o capitalismo desenvolve novas manifestações de alienação ou estranhamento diferentes das descritas por Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* e por ele e Engels em *A Ideologia Alemã* e no *Manifesto do Partido Comunista*. Para tanto, foi necessário pesquisar o processo histórico de formação dos conceitos em Hegel e o debate de Marx e Engels com Feuerbach. Após termos os conceitos bem definidos, estudamos a teoria do valor e o desenvolvimento de forças produtivas no século XX, especialmente o taylorismo e o processo de financeirização da economia, para descobrir se há novas manifestações da alienação ou estranhamento nas novas relações de trabalho surgidas naquele século. Exploramos também como as relações de trabalho e intercâmbio desenvolvidas no século XX acrescentam camadas de alienação/estranhamento, em relação às formas gerais de alienação/estranhamento descritas por Marx e Engels no século XIX, e como essas camadas de alienação são formas específicas das formas gerais do século XIX. Por fim, apontamos como não existem formas diferentes de alienação/estranhamento, pois as formas descritas por Marx indicam a base da alienação na propriedade privada e, como essas bases não mudaram, que as formas gerais de alienação/estranhamento não mudaram, pois o que muda é que aparecem novas formas de como percebemos a alienação.

Palavras-chave: Alienação, Estranhamento, Capitalismo, Trabalho e Financeirização da economia.

Abstract

The aim of this work is to investigate whether, in the twentieth century, capitalism develops new manifestations of alienation or estrangement different from those described by Marx in the *Economic and Philosophic Manuscripts* and by him and Engels in *The German Ideology* and *The Communist Manifesto*. To this end, it was necessary to examine the historical process of the formation of these concepts in Hegel, as well as Marx's and Engels' debate with Feuerbach. With the concepts clearly defined, we studied the theory of value and the development of the productive forces in the twentieth century, especially the Taylorism and the process of the financialization of the economy, to determine whether new manifestations of alienation or estrangement emerge in the new labor relations that arose during that century. We analyze how the labor and exchange relations developed in the twentieth century add layers of alienation/estrangement in relation to the general forms of alienation/estrangement described by Marx and Engels in the nineteenth century. We point out that these layers of alienation are specific forms of the general forms identified in the nineteenth century. Finally, we argue that there are no fundamentally different forms of alienation/estrangement, since the forms described by Marx indicate that the basis of alienation lies in private property; and as this foundation has not changed, the general forms of alienation/estrangement remain the same. What changes, rather, is the emergence of new ways of how we perceive alienation.

Keywords: Alienation, Estrangement, Capitalism, Labor, Financialization of the economy.

Dedico este trabalho ao meu pai Valdir Pereira
Galine, que me criou com valores de justiça,
igualdade e humanidade.

Agradecimentos

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de fomento que foi fundamental para a dedicação exclusiva e o sucesso desta pesquisa, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, e agradeço pela oportunidade de desenvolver parte da minha pesquisa na Itália através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), à Universidade Federal de Uberlândia (UFU), por aceitar abrigar a pesquisa, e à Università degli Studi di Cagliari (ÚNICA) por me receber para o estágio doutoral. À minha família: minha esposa Amanda, minha mãe, Maria Elisa, minha, irmã Alessandra e minha tia, Maria Aparecida, por todo o apoio e incentivo. À minha orientadora, Ana Maria Said, pela orientação, pelo incentivo e pela paciência, Giovanni Fresu, que me recebeu em Cagliari, e aos professores, Maria Socorro Ramos Militão, Marcos Cesar Seneda, Rafael Coelho Silva, Geórgia Amitrano, Ivan Marcos Ribeiro, Stefano Paschoal e Diego Avendano, pelo incentivo e pelas conversas nos corredores. Aos amigos, Vinicius Navarro, Maryane Stela Pinto, Rinara Almeida, Gabriel Schoenmaker, Arthur Falco, Giovana Zanotto, Núbio de Oliveira, Carlos Eduardo Ruas Dias, Carlos Nicodemos, Eduardo Leite Neto, Lucas Caixeta, Islane Viana, Marilia Gabriela Machado, Thomas Dreux e Julia Vicari, por todas as conversas, que direta ou indiretamente contribuíram com o desenvolvimento deste trabalho. Um agradecimento especial aos amigos da Revista Primordium, por ampliarem meus horizontes, e do Grupo de Estudos Marxistas: Marx e Gramsci.

Sumário

Introdução	6
Capítulo 1 – Os conceitos de alienação e estranhamento.....	11
1. 1 – Explicações prévias.....	11
1.2 – O ponto de partida hegeliano	18
1.3 – Feuerbach	23
1. 4 – A apropriação marxiana do conceito	31
1. 5 – Gramsci, Croce e o conceito no século XX	46
Capítulo 2 – Teoria do valor e mudanças na produção da vida material.....	54
2. 1 – Valor.....	54
2. 2 – Taylor: administração despersonalizada	70
Capítulo 3 – Ação e propriedade.....	82
3. 1 – Autonomização do Capital.....	82
3. 2 – A nova aparência da propriedade	94
3.3 – Complicações do capital autônomo.....	98
Capítulo 4 – Fenomenologia das alienações no capitalismo contemporâneo	104
4. 1 – Como as Formas Gerais aparecem	104
4. 2 – A forma da propriedade	110
4. 3 – As Camadas de alienação, ou Formas Específicas	115
4.3.1 – Terceirização	115
4.3.2 – Exploração por procuração	120
4.3.3 – Crédito	122
4.3.4 – Especificidades menores, mas não menos alienantes	124
Considerações finais	130
Referências Bibliográficas	133

Introdução

Investigar algo que pertence ao conhecimento filosófico é um desafio. Se pudéssemos apontar para o conceito, dizendo o que é e o que faz, seria mais evidente para provarmos o que afirmamos sobre o conceito. Para este trabalho, seria mais fácil se a alienação e o estranhamento fossem objetos, ou seres vivos, e nós pudéssemos coletá-los e observá-los, entretanto a filosofia, por vezes, trata de coisas que acontecem no movimento, nas relações humanas. Dessa maneira, não é possível simplesmente apontar a alienação ou o estranhamento, porque quando apontamos a autoefetivação do trabalho ou a efetivação da venda, elas passaram, fica a sensação, o cansaço do trabalhador e a impossibilidade de superação individual da alienação. Estando no campo do discurso, e por estar no campo discursivo, é necessário explicar e descrever processos sociais, econômicos, históricos e mentais, principalmente no tocante à alienação como percepção do objeto externo, enquanto externalização da subjetividade das pessoas, para só então conceituar os processos. E isso porque apenas esses discursos podem expressar intuições desenvolvidas pelos homens, intuições sobre a relação entre o material e o espiritual, especialmente quando os homens produzem a vida material. Desse modo, não basta observar a vida material, é preciso argumentar, pensar e discutir, para entender o que, naquelas relações, está para além do material, para entender como esta vida material nos determina, como podemos determiná-la e como essas interdeterminações atuam umas sobre as outras e sobre os seres humanos. Neste trabalho, visamos descrever e refletir sobre como relações materiais desenvolvidas no século XX se tornam formas separadas de nós e que nos determinam.

Inicialmente, nosso principal objetivo nesta pesquisa é analisar se as transformações nas relações sociais de produção surgidas no século XX, usadas para aumentar a mais-valia dos burgueses, modificaram a forma como a alienação se manifesta, ou se criaram novas manifestações, ou seja, atualizar o conceito de alienação/estranhamento e observar quais seriam algumas das implicações filosóficas e filosófico-políticas destas mudanças. Analisaremos criticamente a etapa de desenvolvimento de forças produtivas e as relações sociais de produção e intercâmbio. Observaremos algumas relações jurídicas que surgiram para legitimar as novas práticas das relações de produção e intercâmbio.

Os seres humanos se diferenciam dos animais por produzirem as coisas necessárias para suprir suas necessidades básicas de existência, como conseguir abrigo e alimentação, por modificar a natureza para suprir essas necessidades. Quando passamos a nos diferenciar dos animais, produzindo nossa vida material, passamos a precisar ensinar outros seres humanos a

reproduzir essa produção da vida material para que ela não se perca e não tenhamos um retrocesso. Na reprodução da vida material, os processos, técnicas, o material e relações mudam e se adaptam às novas necessidades materiais que criamos. Esse processo de criação, reprodução e modificação do ambiente que nos cerca é a produção da vida material.

Desde as revoluções burguesas, que aconteceram pelo mundo todo do século XVII ao século XX, a humanidade produz sua vida material no modo de produção capitalista. O modo de produção da vida material é um conceito base do materialismo histórico-dialético, pois é a partir da produção da vida material que produzimos não só nossa vida material, mas também as nossas vidas política, social, jurídica, econômica, cultural etc. O capitalismo baseia-se na propriedade privada dos meios de produção e na compra e venda da força de trabalho para que os homens produzam suas vidas materiais. Essa estrutura gera uma situação em que uma minoria de homens possui os meios de produção da vida material e os outros, sem os meios de produção da vida material, sejam forçados a vender sua força de trabalho para sobreviver. Assim, para sobreviver, os homens contraem relações sociais de produção da vida material, relações estas que se adaptam à etapa do desenvolvimento de forças produtivas. A cada mudança, novas relações de trabalho serão necessárias, e a classe dominante historicamente mantém a dominação das classes e a classe dominada é constrangida a vender sua força de trabalho, por não ter acesso aos meios de produção da vida material.

Nossa proposta foi, a partir dos conceitos de alienação/estranhamento de Hegel, Marx e Engels, e observando novas relações de trabalho, produção e intercâmbio criadas pelo desenvolvimento de forças produtivas ocorridas no século XX, por meio da especulação filosófica, apontar se essas novas relações de trabalho, produção e troca fazem aparecer formas específicas de alienação/estranhamento, e, para além disso, observar possíveis consequências filosóficas e filosófico-políticas.

Alienação e estranhamento, como conceitos filosóficos, foram criados por Hegel, e outros filósofos se apropriaram deles e os desenvolveram, como Marx que, ao se apropriar dos conceitos nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, afirma que a alienação/estranhamento aparece de quatro formas: alienação/estranhamento 1) do trabalho, 2) do produto do trabalho, 3) do indivíduo em relação ao gênero e 4) do indivíduo em relação aos outros seres humanos. A forma de alienação/estranhamento ocorre pelo fato de que os homens, por não terem acesso aos meios de produção, não podem trabalhar livremente, sendo necessário vender seu trabalho para sobreviver e, ao vender seu trabalho, não veem seu trabalho na mercadoria, o que gera a primeira alienação/estranhamento entre o homem e a mercadoria. Outro ponto da alienação/estranhamento do homem do trabalho é a que se dá devido ao fato de que o

trabalhador não possui seus meios de trabalho, quem possui os instrumentos de trabalho e as matérias primas é o burguês, com isso o ser humano não percebe sua força se materializar no seu trabalho, ou seja, está alienado dos produtos do seu trabalho.

O terceiro tipo de alienação/estranhamento é chamado nos *Manuscritos* de alienação/estranhamento do homem do seu ser genérico e é devido ao fato de que na natureza todo ser vivo tem condições de se manter vivo, a natureza provém. Os homens na compra e venda do trabalho rompem com a natureza, cercando terras, limitando o uso de terras públicas e criando leis que impeçam o uso de coisas naturais, como pegar lenha em uma floresta ou água em um rio. Assim, os homens impedem a si mesmos de viver da natureza, e esse impedimento faz com que os homens não possam trabalhar como querem, somente vendendo a força de trabalho em funções menores e simplificadas, o que faz com que não possam ser criativos em seus trabalhos, tornando-os enfadonhos e não refletindo o gênero humano. Esse processo também faz com que os homens não se reconheçam nos outros homens, sendo este o quarto aspecto da alienação/estranhamento.

Desse modo, observaremos e avaliaremos se relações sociais de produção e intercâmbio surgidas no século XX, como o modelo taylorista, muda a forma como aparece a alienação/estranhamento. O nosso foco será no século XX, especialmente no taylorismo na primeira metade do século e, no pós-Segunda Guerra mundial, no processo de financeirização da economia, e em como estes fatos promoveram mudanças nas relações de trabalho, produção e intercâmbio. Não observaremos o século XXI, pois ainda não temos o distanciamento histórico necessário para avaliar as influências e consequências de relações de produção e intercâmbio que estão surgindo, principalmente com o uso de plataformas digitais de celular, como por exemplo a uberização, com o mundo digital.

O Materialismo Histórico afirma que é na produção da vida material que os homens, ao se distinguirem dos animais, começam a fazer sua história e a se autodeterminar. Os homens fazem a história, mas não a fazem como querem, pois no desenvolvimento de forças produtivas os homens precisam desenvolver relações de produção independentemente de suas vontades. Essas relações de produção são atualizadas conforme a etapa de desenvolvimento das forças produtivas. Nos propusemos a analisá-las porque as relações de produção são relações humanas, tanto de homens com homens, quanto de homens com objetos e com o mundo, e elas são determinadas pelo estágio de desenvolvimento de forças produtivas. Utilizamos o materialismo histórico, mas atualizamos as análises, dado o fato de que o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas é diferente do estágio de desenvolvimento de forças produtivas da época em que os conceitos foram criados.

Ao iniciarmos a pesquisa, consideramos que há evidências de que existam novos estranhamentos surgidos nas novas relações produtivas e pretendíamos demonstrá-los na nossa pesquisa. Para além disso, consideramos também tentar descobrir as implicações político-filosóficas das novas relações sociais de produção que surgiram no século XX. Entretanto, no decorrer da pesquisa, percebemos que essas novas relações de trabalho, produção e intercâmbio não fazem surgir novos estranhamentos, mas, especialmente na estrutura da terceirização, põem níveis de separação, camadas de alienação, obstáculos a mais entre o trabalhador e seu ser genérico, o trabalho, os produtos do trabalho e os outros seres humanos.

Para este trabalho, o método utilizado foi a pesquisa bibliográfica. Foram lidas obras de autores clássicos da Filosofia e da Economia para entendermos o processo de formação do conceito dentro da filosofia e sua relação de influência com a produção da vida material, e como isso determinou o processo de elaboração dos conceitos para os filósofos principais do nosso trabalho. Debruçamo-nos primeiramente sobre as obras filosóficas para nos apropriar adequadamente dos conceitos e categorias filosóficas, para posteriormente ler de forma crítica trabalhos de administração, economia e sociologia, além de jornais e revistas científicas, que nos forneceram a descrição adequada das relações sociais de produção da vida material dos homens reais, para vermos quais conceitos e quais categorias se encaixavam nas novas relações sociais de produção e quais as implicações deles.

Para responder à pergunta: no século XX o capitalismo desenvolveu novas formas de Alienação e/ou Estranhamento, diferentes das descritas por Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* e por ele e Engels em *A Ideologia Alemã* e no *Manifesto do Partido Comunista*? Começaremos observando os conceitos de alienação e estranhamento, como aparecem nas obras acima citadas, quais os detalhes, como se diferenciam, onde se aproximam e onde se afastam. Para entender bem esse conceito em Marx e Engels, precisaremos investigar a etimologia do conceito, o uso filosófico que Hegel faz, entender o uso dos neohegelianos, através do exemplo de Feuerbach e entender o contexto histórico em que o debate ocorreu. Esse debate foi muito forte no século XIX, porém no século XX perdeu força. Veremos que Benedetto Croce tenta retomar o uso hegeliano e Antonio Gramsci reafirma o uso marxista, e que, mais do que isso, percebemos que a noção de alienação que chega ao senso comum é mais próxima do conceito em Marx do que em Hegel.

No capítulo 2, investigaremos como o processo de produção de valor pelo capitalismo permite e se favorece da alienação do trabalho. Observaremos o debate de Marx com Adam Smith e David Ricardo, percebendo que a exaltação de Adam Smith à troca e a investigação

de Ricardo sobre a produção de valor camuflam a exploração do homem pelo homem, promovendo pouco a pouco a alienação e o estranhamento em todas as sociedades nas quais o capitalismo se impõe. Veremos também que a busca pelo aumento da extração de mais-valor leva a uma complexificação da produção, o que cria novas relações de trabalho, que aumentam a exploração e dividem a classe trabalhadora. E, por fim, veremos como o taylorismo usa a administração científica para aumentar a taxa de extração de mais-valor.

No terceiro capítulo, apresentaremos a financeirização da economia, apontando como ela permite o aumento do capital fictício com a movimentação financeira, aumentando a autonomia do capital. O capital autonomizado cria camadas de alienação entre os proprietários e as propriedades, e a administração da propriedade é delegada aos administradores, que são assalariados e que exercem um tipo de exploração através de procuração, mas que são os primeiros a serem punidos quando as empresas falham. Veremos que a financeirização da economia muda a relação com a propriedade, de modo que a grande burguesia só tem acesso aos meios de produção da vida material através da mediação da ação.

No capítulo 4, observaremos que aquelas novas relações de trabalho, desenvolvidas no século XX, desenvolvem camadas de alienação e/ou estranhamento como formas específicas de alienação ou estranhamento diferente das formas gerais desenvolvidas por Marx e Engels no século XIX. A terceirização, a hierarquização, o crédito, as formações específicas, a linha de produção, entre outros, são algumas das formas específicas criadas no decorrer do século XX para aumentar o mais-valor, e apreçam como camadas de alienação e/ou estranhamento, que apresentam um defrontamento entre o trabalhador e o trabalho, os produtos do trabalho, o ser genérico e o ser social.

O século XX mostra uma grande oscilação nas condições de vida da classe trabalhadora, com possibilidades cada vez menores de se conseguir alguma coisa. Trabalhadores são cada vez mais explorados e estão cada vez mais distantes da possibilidade da autodeterminação que a propriedade dos meios de produção lhes permitiria, sem poder se autodeterminar, sem poder fazer o que querem das próprias vidas.

Capítulo 1 – Os conceitos de alienação e estranhamento

1. 1 – Explicações prévias

Primeiramente, é preciso esclarecer resumidamente algumas questões acerca da Alienação e do Estranhamento. Alienação e Estranhamento não são conceitos que aparecem como manifestações isoladas do processo de produção da vida material, muito pelo contrário, estão necessariamente ligados à produção da vida material: há alienação em todos os modos de produção, como veremos à frente, e estranhamento no modo de produção capitalista, no qual se amplia e apresenta novas características. Marx, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, expõe quatro aspectos da Alienação/Estranhamento¹ e, também junto com Engels, em *A Ideologia Alemã* e no *Manifesto do Partido Comunista*. Entretanto é importantíssimo salientar que os quatro modos como a alienação/estranhamento se apresenta só se separam para fins didáticos. Na produção da vida material, os diferentes aspectos da Alienação/Estranhamento não se separam, não se sobrepõem, não se intercalam, não se opõem e não são tipos diferentes, eles são concomitantes, coexistentes e suplementares uns aos outros. Ao analisá-los, vemos que eles se relacionam, se influenciam e se imbricam e Ranieri (2000) afirma que eles se determinam.

A alienação no modo de produção capitalista tem como principal aspecto a alienação dos meios de produção da vida material, ponto que desenvolveremos melhor em breve. Antes, é necessário entender as origens etimológicas dos termos e o que esta etimologia implica aos conceitos. Os conceitos de alienação e estranhamento em alemão são: *Entäußerung* e *Entfremdung*. Esses são complexos e, quando é feita a tradução para o português, os tradutores precisam, muitas vezes, pôr notas e explicitar o motivo da escolha do termo usado na tradução. Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Jesus Ranieri demonstra seu raciocínio em nota:

Em primeiro lugar, é preciso destacar a distinção sugerida, nesta tradução, entre alienação (*Entäußerung*) e estranhamento (*Entfremdung*) pois são termos que ocupam lugares distintos no sistema de Marx. É muito comum compreender-se por *alienação* um estado marcado pela negatividade, situação essa que só poderia ser corrigida pela oposição de um estado determinado pela positividade emancipadora cuja dimensão seria, por sua vez, completamente compreendida a partir da supressão do estágio alienado, esse sim aglutinador tanto de *Entäußerung* quanto de *Entfremdung*. No capitalismo, os dois conceitos estariam identificados com formas de

¹ Quando os conceitos aparecerem deste modo no texto, separados por uma barra, é porque ambos estão acontecendo contiguamente no processo.

apropriação do excedente de trabalho e, conseqüentemente, com a desigualdade social que aparece também nas manifestações tanto materiais quanto espirituais da vida do ser humano. Assim a categoria alienação cumpriria satisfatoriamente o papel de categoria universal que serve de instrumento para crítica do conjunto do sistema capitalista. (N.T.) (Ranieri, 2018, p15)

Desse modo, Ranieri justifica a escolha de alienação como termo a ser usado. Por outro lado, na edição da Boitempo Editorial em *A Ideologia Alemã*, o tradutor Rubens Enderle, na seção Notas, se aprofunda um pouco mais na etimologia e no uso filosófico dos termos para explicar suas escolhas na tradução da obra. Na página 38, a nota de rodapé C traz uma anotação de Marx, como complemento a ela, nas páginas 548 e 549, temos a nota de fim, de número 16, onde Enderle explica:

A palavra *Entfremdung* deriva de *fremd* (“alheio”), passando pelo verbo *entfremden* (“alhear”). Guarda, também, os sentidos de “estranhar”, “deparar-se com algo ou alguém estranho”, “não reconhecer algo ou alguém”. Em Hegel, o conceito designa dois fenômenos distintos: 1) o fato de que a substância é estranha ao indivíduo; 2) a alienação ou abandono de si mesmo pelo indivíduo e sua identificação com a substância universal pela aquisição de cultura. No segundo sentido – mas não no primeiro –, *Entfremdung* é intercambiável com a palavra *Entäußerung*, que pode ser traduzida por “exteriorização” ou “externação”. [...] Diferentemente de Hegel, a *Entfremdung* marxiana não é um fenômeno intrínseco a toda atividade humana, mas sim a apropriação por um “outro” (o capitalista) das forças próprias do trabalhador por meio da venda (*Veräußerung*) dessas forças. (N.T.) (Enderle, 2007, p548-549)

Como vemos, não é simples apontar os “lugares distintos” (Ranieri) que os termos ocupam. Marx, especialmente nos *Manuscritos*, ora usa *Entfremdung*, ora usa *Entäußerung* para falar dos processos relacionados à produção da vida material e da relação com o trabalho que é apropriado, mas em certas passagens vemos que os usos se afastam um pouco.

Com toda essa convergência de usos e, até certo ponto, semântica, não é simples apontar o que é apenas alienação, o que é alienação e estranhamento e o que é apenas estranhamento. Há passagens em que *Entfremdung* e *Entäußerung* podem ser facilmente substituídos um pelo outro, entretanto existe uma escolha por parte dos autores pelo uso dos termos, tanto por parte de Marx nos *Manuscritos*, quanto por parte dele e de Engels em *A Ideologia Alemã* e no *Manifesto do Partido Comunista*.

Observando a formação dos termos em alemão, podemos entender melhor os usos. Tanto *Entfremdung* quanto *Entäußerung* são substantivos que se formam do mesmo modo e podem ser divididos em três partes: ENT + o radical a ser substantivado + UNG. O prefixo

ENT pode ser usado para indicar o início de uma ação², indicar a retirada de algo³ ou como verbo idiomático⁴. O sufixo UNG é usado para substantivar as palavras, ou seja: ent+FREMD+ung e ent+ÄUSSER+ung. Desse modo, resta-nos FREMD e ÄUSSER para analisar. Como vimos na citação de Enderle (2007, p548-549), *fremd* é alheio, algo que não se reconhece. E, como veremos, para Hegel, o alheio tem relação com a alteridade. O alheio, sendo algo ou alguém que se defronta ao eu, é sempre o outro ou de outro, não me pertence. *Äusser* é fora, externo, algo que não está dentro.

Pois bem, por definição, tudo o que está fora de mim necessariamente não é Eu, me é alheio. Essa é uma simplificação para apontarmos como os termos são intercambiáveis. As dificuldades começam a diminuir quando entendemos as palavras como conceitos filosóficos. Especialmente em Hegel, o defrontamento com o objeto é um movimento epistêmico⁵, positivo de percepção do objeto externo, especialmente do objeto produzido pelo sujeito. Esse objeto externo foi pensado, produzido com trabalho e se tornou externo, é uma objetivação da subjetividade. Desse modo, percebemos que o ent de *Entäußerung* e de *Entfremdung*, ao poder indicar a retirada de algo, pode indicar a separação do eu e do objeto sendo produzido como algo fora do eu, material ou não⁶. Neste trabalho, ele será entendido do mesmo modo nas duas palavras, como esse movimento de retirada de algo e defrontamento com esse algo.

O termo *Äussßerung* ainda traz a seguinte complicação: *Äußerung* indica o movimento de pôr para fora e, isolado, muitas vezes vem traduzido como “expressão”. Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, ele ainda aparece como sufixo em *Lebensäusserung* (expressão de vida), *Arbeitäußerung* (trabalho determinado) e *Veräußerung* (exteriorização)⁷. Desse modo, podemos entender como os termos, mesmo sendo diferentes, convergem como conceitos filosóficos que expressam processos epistêmicos, ontológicos e políticos na relação do ser com o outro, em especial, com o objeto produzido pelo trabalho e com os outros homens. Mas onde eles se diferenciam?

² Como exemplo temos: deflagrar (*entbrennen*) e acender (*entzünden*).

³ Como o DES em português. Temos, por exemplo: descafeinado (*entkoffeiniert*), desculpa (*Entschuldigung*) e destronar (*enthronen*).

⁴ Como exemplo, temos: irritar (*entrüsten*) e corresponder (*entsprechen*).

⁵ Epistêmico e não epistemológico, pois neste conceito não existe uma investigação sistemática de como apreendemos os objetos do conhecimento.

⁶ Pois Hegel usa o mesmo termo para falar de quando criamos o Estado.

⁷ O prefixo VER expressa com substantivos ou adjetivos que uma pessoa ou coisa muda [ao longo do tempo ou no espaço] em direção a algo, assim, *Veräußerung* seria algo como: o processo de alguma coisa se tornar uma expressão, nesse sentido é exteriorização diferente da externalização, pois a exteriorização não se separa do exteriorizador. “O que antes era ser-externo-a-si (*sich Äusserlichsein*), exteriorização (*Entäußerung*) real do homem, tornou-se apenas ato de exteriorização, da venda (*Veräußerung*)” (Marx, 2018, p100), nesse sentido não se separa a venda de quem vendeu, mas o que foi vendido é separado de quem vendeu.

Para facilitar uma distinção entre os termos, definiremos do seguinte modo: Alienação é quando algo que o homem cria o defronta, o determina e que o homem determina em alguma medida^{8 9 10}, sempre em uma relação dialética¹¹. A questão que Marx coloca é que no capitalismo a determinação que a criação exerce sobre os criadores se torna um poder hostil e estrutura de dominação de classes. É nesse ponto que a alienação ultrapassa a definição mais simples posta no começo do parágrafo, pois é cada vez menor aquilo que se consegue determinar da coisa criada, a parte criativa é cada vez menor, mas ainda assim aparece.

Por outro lado, o estranhamento aparece como uma relação coisal totalmente externa, na qual o homem não aparece como criador autoefetivador de uma coisa externada, mas como coisa externa à estrutura produtiva, produzido pela estrutura produtiva. Como essa estrutura de compra e venda do trabalho foi uma criação espontânea na antiguidade, baseada nas necessidades sociais da produção, massificar essa estrutura foi uma imposição do capitalismo no fim da modernidade, esta imposição não permite que a parte criativa apareça em nenhuma medida, ou seja, nessa estrutura os homens não aparecem como criadores, mas como criaturas e herdeiros deste estranhamento e com uma possibilidade menor, quase inexistente, de determinação do processo. Como aquela estrutura foi socialmente criada, só podemos determiná-la socialmente. Não é possível identificar o artesão que primeiro pensou e pôs em prática que se dividisse as etapas do processo produtivo entre seus empregados e que poderia pagar menos a eles, aumentando seu lucro. Não é possível identificar quem mudou as técnicas de produção em Leeds, Manchester ou Tours. Mesmo com a identificação do criador da máquina a vapor, a estrutura produtiva que herdamos é socialmente criada e replicada.

Para ficar claro, alienação, enquanto externalização, por ter, tacitamente, um caráter de autoobjetivação através do trabalho, mesmo o defrontando, possui algo da subjetividade¹² daquele que executa o trabalho. Enquanto o estranhamento é um defrontamento que não abarca a autoefetivação, no estranhamento não há nada da subjetividade daquele que executa o trabalho, o estranhamento vem de fora, como imposição. Há poucas passagens nas quais

⁸ Para Hegel: o homem cria o mundo utilizando sua Razão e trabalhando, e o mundo produz os homens, sempre em uma relação dialética. Do mesmo modo os homens, percebendo sua universalidade, criam o Estado, este os determina, mas eles o determinam.

⁹ Para Feuerbach: os homens criam Deus, Deus os determina com os mandamentos e os homens conseguem determinar Deus com as religiões.

¹⁰ Para Marx: os homens criam o modo de produção da vida material, este os determina, mas eles podem determiná-lo; entretanto a questão fica um pouco mais complexa com o capitalismo, pois a determinação que os homens fazem no modo de produção capitalista é apropriada pela classe dominante e se torna instrumento de opressão. Isso aparece de vários modos.

¹¹ Esta formulação simplificada nos acompanhará até o fim do texto.

¹² Para Hegel: quando percebemos nossa universalidade nos outros homens, externa a nós, e nos tornamos parte do Estado; e para Marx: quando, mesmo vendendo a força de trabalho, modificamos os processos, entretanto, no capitalismo, esta modificação dos processos é apropriada pelo burguês como forma de extrair mais-valor.

Marx usa os dois termos nos *Manuscriptos Econômico-Filosóficos*, mas na passagem abaixo podemos vê-las sendo usadas de modo distinto. Marx expõe:

Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se Coisa (*sachlich*) é a objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (*Entwicklung*) do Trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a Apropriação como estranhamento (*Entfremdung*) e como alienação (*Entäusserung*). A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é Desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente a vida, mas também dos objetos do trabalho. Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com mais extraordinárias e interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como Estranhamento (*Entfremdung*) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto do capital. (Marx, 2018, p 80-81) ¹³

Aqui podemos ver a distinção com a qual Marx usa os termos. Vemos ele indicar que o objeto se defronta como autoobjetivação e que o trabalho estranhado se defronta com quem o executa como dominação imposta. E fica ainda mais clara nesta passagem de *A Ideologia Alemã*, onde Marx e Engels afirmam:

Essa “alienação” [*Entfremdung*], para continuarmos compreensíveis para os filósofos, só pode ser superada, evidentemente, dadas duas premissas [*Voraussetzungen*] práticas. Para que ela se torne um poder “insuportável”, isto é, um poder contra o qual se faça uma revolução, é necessário que tenha criado uma grande massa da humanidade absolutamente “destituída de propriedade” [*durchaus “Eigentumslos”*] e ao mesmo tempo em contradição com um mundo existente de riqueza e cultura, o que pressupõe um grande aumento da força produtiva, um grau elevado do seu desenvolvimento – e, por outro lado, esse desenvolvimento das forças produtivas (com o qual já está dada, simultaneamente, a existência empírica concreta dos homens no plano *histórico-mundial*, em vez de no plano local) é também uma premissa prática absolutamente necessária porque sem ele só a *escassez* [*Mangei*] se

¹³ Em alemão: “Dieß Factum drückt weiter nichts aus, als: Der Gegenstand, den die Arbeit producirt, ihr Product, tritt ihr als ein fremdes Wesen, als eine, von d[em] Producenten unabhängige Macht gegenüber. Das Product der Arbeit ist die Arbeit, die sich in einem Gegenstand f ixirt, sachlich gemacht hat, es ist die Vergegenständlichung der Arbeit. Die Verwirklichung der Arbeit ist ihre VergegenständU||chung. Diese Verwirklichung der Arbeit erscheint in dem nationalökonomischen Zustand als Entwicklung des Arbeiters, die Vergegenständlichung als Verlust des Gegenstandes und Knechtschaft unter dem Gegenstand, die Aneignung als Entfremdung, als Entäusserung. Die Verwirklichung der Arbeit erscheint so sehr als Entwicklung, daß der Arbeiter bis zum Hungertod entwirkt wird. Die Vergegenständlichung erscheint so sehr als Verlust des Gegenstandes, daß der Arbeiter der nothwendigsten Gegenstände, nicht nur des Lebens, sondern auch der Arbeitsgegenstände beraubt ist. Ja die Arbeit selbst wird zu einem Gegenstand, dessen er nur mit der größten Anstrengung und mit den unregelmässigsten Unterbrechungen sich bemächtigen kann. Die Aneignung des Gegenstandes erscheint so sehr als Entfremdung, daß je mehr Gegenstände der Arbeiter producirt, er um so weniger besitzen kann und um so mehr unter die Herrschaft seines Products, des Capitals, geräth”. (MEGA, band 3, p236)

generaliza, e, portanto, com a *carência* [Notdurf] também teria de recomeçar a luta pelo necessário e teria de se produzir de novo toda a velha merda [Scheiße]-, porque, além disso, só com esse desenvolvimento universal das forças produtivas se estabelece um intercâmbio *universal* dos homens, que por um lado produz o fenômeno da grande massa “destituída de propriedade” em todos os povos ao mesmo tempo (concorrência geral), tornando todos eles dependentes das revoluções uns dos outros e, por fim, colocando indivíduos empiricamente universais, indivíduos *histórico-mundiais*, no lugar dos indivíduos locais. Sem isso, 1) o comunismo apenas poderia existir como algo local [eine Lokaltät]; 2) os poderes do intercâmbio não teriam eles próprios podido desenvolver-se como poderes *universais*, e por isso insuportáveis, e teriam permanecido “circunstâncias” de superstição locais; 3) todo o alargamento do intercâmbio superaria o comunismo local. Empiricamente, o comunismo só é possível como o ato dos povos dominantes “de repente” e ao mesmo tempo, o que pressupõe o desenvolvimento universal da força produtiva e o intercâmbio mundial a ele articulado. (Marx e Engels, 2009, pp50-52)

Lida com a mente voltada aos conceitos de alienação e estranhamento, *A Ideologia Alemã* pode ser vista como uma grande crítica ao uso que os jovens hegelianos¹⁴ fazem dos conceitos, especialmente de alienação, isto porque, ao renunciar à dialética, eles aplicam os conceitos à todas as criações humanas, como se usassem a formulação mais simples que aqui apresentamos¹⁵ e aplicassem à todas as coisas. O que eles fazem, de fato, é concluir que em toda criação humana, material ou não, existe um defrontamento necessário que se torna determinação, e que a suprassunção deste é a re-união com a coisa. Eles fazem isso com a religião, com a história, com a literatura etc., ou seja, toda exteriorização é, em alguma medida, uma alienação (*Entäußerung*), mas nem toda exteriorização é um estranhamento (*Entfremdung*).

E, ao usarmos a formulação mais simples, como não incorrer no mesmo erro dos jovens hegelianos? A resposta vem de Marx e Engels: devemos nos orientar pela materialidade e pela história material, não podemos fazer uma leitura idealizada da realidade. É a realidade material e histórica, a vida material que nós criamos, que vai nos determinar, a qual podemos determinar em certa medida. É essa centralidade da materialidade, da produção da vida material, que vai determinar o que é de fato alienação e estranhamento e o que é

¹⁴ A principal diferença entre os Jovens Hegelianos (ou hegelianos de esquerda) e os neohegelianos está no contexto histórico de suas produções filosóficas. Jovens Hegelianos (1830-1840) foram os seguidores imediatos de Hegel, focados em usar o método dialético para promover transformações radicais na sociedade, política e religião da Alemanha. As figuras Principais foram: Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer, Max Stirner. Neohegelianos (final do séc. XIX - XX) representaram uma retomada da filosofia hegeliana, que ocorreu décadas depois, principalmente na Grã-Bretanha, Estados Unidos e Itália, focando mais na releitura idealista da filosofia de Hegel. As figuras Principais foram: Benedetto Croce, Giovanni Gentile (Itália), T.H. Green, F.H. Bradley (Grã-Bretanha).

¹⁵ Alienação é quando algo que o homem cria, o defronta, o determina e que o homem determina em certa medida, sempre em uma relação dialética

malabarismo argumentativo para tentar encaixar as opiniões nos conceitos, a saber, dos exemplos acima: vida material determina a religião, a História, a literatura. E como as determina? Quando os homens produzem sua vida material.

Por isso vemos grande parte de *A Ideologia Alemã* ser dedicada ao desenvolvimento do método do Materialismo Histórico-Dialético. Não se trata apenas de desenvolver o método para criticar os jovens hegelianos pela sua falta de dialética, mas também de fazer a crítica para entender os equívocos dos jovens hegelianos e, com isso, desenvolver um método que possa se libertar destes equívocos e fazer análises adequadas para entender por que a realidade é como se apresenta, ao invés de tentar dizer como ela deveria ser e criticar a realidade por ela não corresponder à Ideia. Entretanto sabemos que essas coisas podem se tornar uma força material, mas não é a regra. E como sabemos se essas categorias estão sendo força material ou não? Retornamos ao método.

E ainda podemos apontar um detalhe sutil: alienação é externalização da subjetividade no trabalho, por outro lado, na religião, história e literatura são expressões da subjetividade¹⁶, e se o que é expresso ou externalizado continua dentro daquele que expressa, a re-união não é possível, pois a criação não se tornou outra. Nesse sentido, é uma contradição afirmar a supressão com o objeto alineando. Nos casos dos exemplos, fica extremamente claro como essa expressão da subjetividade não é alienação, mas, de fato, propaganda ideológica. Não é possível separar um escritor do que expressa em seus livros, nestes livros está sua visão de mundo, mesmo em livros de ficção, essa visão de mundo não se torna outra e o defronta, mas permanece nele¹⁷. Em *A Ideologia*, fica bem claro quando criticam a história idealizada da Alemanha, carregada de um heroísmo e de uma importância que até então não havia existido. No caso da religião, fica evidente que, mesmo pertencentes a uma mesma religião, diferentes povos expressam sua religião de maneiras diferentes, condicionados pela realidade material, e isto, historicamente, gerou disputas.

¹⁶ Nota 7

¹⁷ Marx e Engels apontam isto no Capítulo 3 do *Manifesto*, quando, ao falar da literatura socialista e comunista, comentam brevemente “as tentativas da aristocracia feudal de despertar simpatias entre o proletariado através do uso de uma literatura que ridiculariza a burguesia para despertar simpatias, a aristocracia fingiu deixar de lado seus próprios interesses e dirigiu sua acusação contra a burguesia, aparentando defender apenas os interesses da classe operária explorada. Desse modo, entregou-se ao prazer de cantarolar sátiras sobre os novos senhores e de lhes sussurrar ao ouvido profecias sinistras. [...] Se por vezes a sua crítica amarga e espirituosa feriu a burguesia no coração, sua impotência absoluta em compreender a marcha da história moderna terminou sempre produzindo um efeito cômico.” (Marx e Engels, 2017, p41)

1.2 – O ponto de partida hegeliano

Alteridade, para Hegel, é reconhecer o outro enquanto outro, externo, diferente de mim, e ainda assim reconhecer nesse outro uma universalidade que nos une, que existe também em mim. Seguindo essa linha de pensamento, ele apreende dois novos objetos de estudo para a filosofia: o outro e o alheio.

Para Hegel, na percepção do mundo, o apreendemos como externo, e esse externo é internalizado pela razão e percebido nos objetos e nas pessoas. É nesse ponto que Hegel rompe com Kant. Kant não diferencia o outro do objeto, sendo, neste sentido, ambos objetos do pensamento determinados pela razão, aos quais não temos acesso ao que eles são por eles mesmos, ou, à coisa em si. Sem ter acesso às coisas por elas mesmas, somente pela razão, o foco de Kant está na apreensão intelectual do objeto no mundo, sendo que o conceito universal de objetos do mesmo tipo não diz nada sobre as coisas mesmas. Nesse sentido, o termo que determina um objeto não é algo que possui uma relação com o objeto, apenas o indica para a razão.

Por outro lado, Hegel desenvolve sua teoria em torno dos processos de formação do eu e do objeto, entendendo que quando uma palavra se torna um conceito, este foi produto de um processo histórico determinado pelos seres humanos e que determina os seres humanos. Sendo assim, os termos universais que indicam objetos de um mesmo tipo foram formados por uma racionalidade necessária. Assim, temos acesso às coisas mesmas porque o conceito que as define foi historicamente produzido com base na racionalidade e na racionalização destas coisas. Tudo que existe é racional em um sentido causal, e entender este sentido causal como um processo faz com que entendamos a coisa mesma como um conceito que se relaciona à coisa mesma.

Hoje, pode parecer deslocado falar de como os autores entendem a apreensão dos objetos em um texto de filosofia política¹⁸, mas o conceito de alienação em Hegel, para além da relação com os objetos no mundo do trabalho, está fortemente ligado ao conceito de Estado, e este fortemente ligado à percepção do mundo e à sua epistemologia.

Hegel envolve a apreensão do mundo no processo de formação do Estado e usa essa percepção como justificativa para a existência do Estado burguês. Para ele, o objeto externo, que está no mundo, me cria enquanto eu o crio e a percepção do outro me determina na

¹⁸ Porém devemos lembrar que a alegoria da caverna de Platão está em seu *A República*, que trata de política e que as duas primeiras seções da primeira parte do *Leviatã* de Thomas Hobbes são *Dos Sentidos* e *Da Imaginação*.

mesma medida em que eu o determino, quando ele me percebe. Esses são movimentos da consciência. A consciência percebe o mundo, a consciência de si percebe-se no mundo, em relação ao mundo, e, percebendo-se no mundo, age nele, buscando autodeterminar-se, torna-se consciência-de-si-para-si. Ser *para-si* é tornar-se livre. O que Hegel coloca nas seguintes palavras:

A consciência vai determinar sua relação ao ser-outro ou ao seu objeto, de maneiras diversas, conforme a etapa em que ela se encontre, do espírito-do-mundo que-se-torna-consciente de si. O modo como o espírito do mundo em cada caso *imediatamente* encontra e determina a si mesmo e a seu objeto - ou como ele é *para si* - isso depende do que já *veio-a-ser*, ou do que já é *em si*. (Hegel, 2002, pg174)

É a consciência que, se percebendo no mundo, em relação às outras coisas no mundo, vai querer negar sua atualidade e se modificar. Esse processo dialético e consciente de negação e modificação é um movimento que visa a autodeterminação do ser. O ser quer ser para-si, ou seja, autodeterminado e atualizado com o espírito-do-mundo. Essa atualização do ser em relação ao espírito-do-mundo vai depender do que já veio a ser no mundo, e é desse modo uma autoobjetivação de si mesmo, enquanto objeto da consciência-de-si.

Quanto à percepção do objeto externo criado no mundo do trabalho, que é o primeiro movimento da alienação, esse movimento de percepção do objeto criado determina os criadores, que na produção de objetos se autoobjetivam no objeto. Nesse movimento, os homens reconhecem sua subjetividade no objeto do seu trabalho. Sem mais se ver nele, a alienação aparece de forma positiva, aqui temos o defrontamento do eu em relação ao objeto criado. Trata-se assim de um movimento da razão de auto diferenciar-se dos objetos do mundo. Essa separação de Hegel vai ser decisiva, pois a maioria dos filósofos políticos depois dele não vão precisar elaborar uma epistemologia para sustentar sua teoria política.

O segundo movimento da Razão está ligado à alteridade, e só com a alteridade e a percepção do outro enquanto outro já temos uma base suficientemente forte para elaborar teorias políticas, isto porque a política, em uma de suas definições, é o estudo das relações humanas, a alteridade, nesse sentido, revoluciona o estudo das relações humanas, pois percebe que estas não estão dadas e são imediatas, mas que se desenvolvem no processo de reconhecimento do outro enquanto outro diferente de mim.

Assim, a alteridade é a percepção do externo e diferente, mas possuinte de uma universalidade que, diferente de ser real e estar no mundo, me liga a ele por sermos iguais, ou seja, não se trata da externalidade de um outro enquanto objeto, mas do outro igual a mim, de uma pessoa. Desse modo, o primeiro movimento da alienação é a percepção da externalidade

dos objetos, e a alteridade é percepção da externalidade do humano, e ambos são movimentos do espírito, da razão, sendo assim, como na percepção do objeto, me determina na medida que eu o determino, a percepção deste outro determina o Eu e o Eu determina o outro. Nas palavras de Hegel:

Por conseguinte, a consciência ora é para si um buscar que vai e vem, enquanto seu objeto é puro *Em-si* e essência: ora é para si categoria simples, enquanto objeto é o movimento das diferenças. Porém a consciência, como essência, é esse curso mesmo em sua totalidade: [curso que consiste em] sair de si como categoria simples, passando à simplicidade e ao objeto, e nele contemplar esse curso: suprasumir o objeto como distinto e *apropriar-se* dele para proclamar se como certeza de ser toda realidade: certeza de ser tanto ela mesma como também seu objeto. (Hegel, 2002, pg176)

Na *Fenomenologia do Espírito*, Hegel, falando da alteridade, expõe que o outro, externo e diferente, que é universal comigo, é universal pela cultura e indica que neste outro a consciência-de-si é para-si, como no Eu, ou seja, se esse outro é como eu, esse outro pode, e quer, se autodeterminar. Nesse movimento, o autodeterminar deixa de ser algo somente material que existe na relação dos homens com o mundo, na relação com os objetos, mas também algo político, na relação dos homens com os outros homens.

A percepção da universalidade naquele outro começa a se desenvolver através de um trabalho da negatividade. A apreensão negativa se dá na percepção das coisas, ao percebermos todas as coisas que uma coisa não é, e neste movimento percebemos, paralelamente, todas as coisas que a coisa é, neste processo percebemos a universalidade do Eu com o outro, pois: essa outra coisa não é um objeto, não é uma abstração, não é um animal, não é produto da imaginação, não é uma representação. Notando isso, temos que essa coisa é natural, material, real e tem vontade, como o Eu. Ao perceber as coisas e as categorizar, identificamo-las como objetos, porém há objetos percebidos que se opõem às categorizações feita pelo Eu, e tomamos estes objetos como Eus diferentes de mim, eles não são objetos e não são Eu. É por isso que a alienação/estranhamento é diferente da alteridade, enquanto na alienação/estranhamento há a re-união com o objeto defrontado na sua supressão através da Razão, a supressão do Eu dos outros só é possível na universalidade da humanidade. Nesse sentido, o objeto externo apreendido na alteridade é a universalidade dos predicados humanos, do que faz os seres humanos parte de um mesmo gênero, da humanidade.

Pelo negativo, apreendemos a universalidade dos homens e, por esta e através desta universalidade, Hegel vai estender a vontade de autodeterminação da consciência a todos os homens. O ser que se percebe como real no mundo, consciente de si, é apreendido por outro igual, universalmente ligado, e entende que no outro também há a consciência-de-si para-si.

Se o Eu possui consciência-de-si, quer ser para-si, necessariamente o outro também se percebe no mundo, tem consciência-de-si e quer se autodeterminar, neste contato de vontades de se autodeterminar do Eu e do Outro está a alteridade. Aqui está o movimento de se perceber o mundo em relação ao Eu defrontando-o e percebendo que este mundo me determina e eu o determino, a partir desta universalidade se dá o movimento histórico político. A apreensão desse externo que me determina, sendo esta a cultura, Hegel vê como algo extremamente positivo, aí o abandonar-se em favor do Estado. Ou seja, a universalidade vem da percepção do outro enquanto outro, mas com as mesmas necessidades, mesmas roupas, comida, mesmo lugar.

Tendo em mente que Hegel concebe um sistema fechado, em um processo teleológico cujo fim é sempre o aumento da liberdade, percebemos aqui a ligação entre a alteridade e o segundo movimento da alienação. Em seu sentido político, alienação trata de um abandono de si, de sua autonomia, em favor de um Estado¹⁹. Os homens se percebem como parte de uma cultura que os determina e a qual eles determinam, assim abandonam sua autonomia em prol de um estado como forma de aumentar sua liberdade. O conceito hegeliano de povo é posterior a isso, pois é o Estado enquanto agente aglutinador da cultura e das pessoas que cria o povo, e, para além disso, o povo é parte deste Estado e o administra. Todos os homens conscientes de si fazem isso. Pois, como iguais, o abandono da autonomia funciona como uma garantia de liberdades maiores. Por exemplo: renuncio à possibilidade de ter escravos para garantir que ninguém me escravize, assim, esta proibição traz na verdade um aumento da liberdade. Esse princípio de reciprocidade, que vem desde a antiguidade, é uma das coisas que levam Hegel a expor que essa alteridade, expressa como unidade e na forma de Estado, seja positiva e um movimento racional que busca o aumento da liberdade, ele afirma:

Nada aqui que não seja recíproco, nada em que a independência do indivíduo não se atribua sua significação positiva - a de ser para si - na dissolução do seu ser-para-si e na negação de si mesmo. Essa unidade do ser para outro - ou de fazer-se coisa - como ser-para-si essa substância universal fala sua linguagem universal nos costumes e nas leis de seu povo. (...)

¹⁹ Rousseau aponta isso no *Contrato Social*, mas seu raciocínio é menos complexo. Enquanto Hegel busca a causa do entregar-se ao Estado, Rousseau afirma que entregar as próprias forças e propriedade ao Estado é uma forma de liberdade, e coloca essa entrega como condição para a superação do Estado de Natureza. Ele afirma: “Bem compreendidas, essas cláusulas se reduzem todas a uma só, a saber, a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, a toda a comunidade. Pois, em primeiro lugar, cada qual dando-se por inteiro, a condição é igual para todos, e, sendo a condição igual para todos, ninguém tem interesse em torná-la onerosa para os demais.

Além disso, como a alienação se faz sem reservas, a união é tão perfeita quanto possível, e nenhum associa do tem algo a reclamar, pois, se restassem alguns direitos aos particulares, como não haveria nenhum superior comum capaz de decidir entre eles e o público, cada qual sendo em algum ponto seu próprio juiz, logo pretenderia sê-lo em todos; o estado de natureza subsistiria e a associação se tornaria necessariamente tirânica ou vã. (Rousseau, 2006, p21)

No entanto essa imutável essência não é outra coisa que a expressão da individualidade singular que aparenta ser-lhe oposta. As leis exprimem o que cada indivíduo é e faz; o indivíduo não as conhece somente como sua coisidade objetiva universal, mas também nela se reconhece, ou: [conhece-a] como singularizada em sua própria individualidade, e na de cada um de seus concidadãos. Assim no espírito universal cada um tem certeza de si mesmo - a certeza de não encontrar, na efetividade essente, outra coisa que a si mesmo. Cada um está tão certo dos outros quanto de si mesmo veja em todos eles que para si mesmos são apenas esta essência independente como eu sou neles. (...) Vejo em todos eles que, para si mesmos, são apenas esta essência independente, como Eu sou. Neles vejo a livre unidade com os outros, de modo que essa unidade é através dos Outros como através de mim. Vejo-os como me vejo, e me vejo como os vejo. (Hegel, 2002, pg248)

O exposto aqui foi colocado por Hegel na *Fenomenologia do Espírito*, publicada em 1807, na seção B do capítulo VI, seção intitulada: *O espírito alienado de si mesmo, A cultura*, onde, após falar sobre o reconhecimento recíproco, Hegel descreve como a consciência-de-si se reconhece nos costumes e determina estes costumes. Em 1820, Hegel publica *Princípios da Filosofia do Direito*. O progresso no pensamento dele se dá do seguinte modo: na *Fenomenologia*, Hegel estabelece como percebemos o mundo e como nos relacionamos com os outros homens no mundo, com a alteridade. Nos *Princípios*, ele sistematiza seu pensamento para estabelecer como base de direitos o reconhecimento do outro enquanto outro, ou seja, nele estabelece a alteridade como referência para o direito, tendo como base a vontade positiva de se autodeterminar, de ser para si, afirmando o que ele chama de direito positivo e não reconhecendo a autoridade da violência e da tirania. Esse cria o povo que se une voluntariamente e não por coerção, por isso o cidadão se sente parte do governo e pode determinar o Estado, em certa medida. Sendo assim, o Estado é fundamentado no direito positivo, representação da vontade positiva e da Liberdade positiva, posto que:

o Eu é a passagem da indeterminação indiferenciada a diferenciação, a delimitação e a oposição de uma determinação específica que passa a caracterizar um conteúdo e um objeto. Pode este conteúdo ser dado pela natureza ou produzido a partir do conceito do espírito. Com esta afirmação de si mesmo como determinado, o Eu entra na existência em geral: é o momento absoluto do finito e do particular no Eu. (Hegel, 1997, pg 14)

Sendo assim, Hegel desenvolve seu pensamento argumentando que o moderno Estado burguês é o campo real onde a liberdade pode ser exercida. É a externalidade da humanidade, que é supracumida na forma do Estado burguês, que vai romper com a autoridade da violência e da tirania, pois no Estado burguês o outro é supracumido como igual universal, é a re-união do Eu com o Outro diferente de mim que possui a mesma essência.

1.3 – Feuerbach

Marx escreveu As Teses sobre Feuerbach e elas sintetizam a crítica de Marx e Engels aos jovem hegelianos, a qual está esmiuçada em *A Ideologia Alemã*. Lá, para além da crítica, também temos a sistematização e o desenvolvimento do método do materialismo histórico-dialético, que, na época, foi chamado por eles de materialismo radical²⁰. Isso se dá porque não se trata de uma crítica vazia, de simples oposição, existem alguns elogios pontuais aos jovem hegelianos, especialmente a Feuerbach. Marx e Engels, eventualmente, conseguem apreender algo de positivo, mas vemos também como os jovem hegelianos sistematicamente conseguem partir de premissas verdadeiras para chegar a conclusões falsas, por recorrer à pura abstração e tentar encaixar a realidade na teoria, especialmente suas teorias particulares. Quando analisam as disputas entre jovem hegelianos, que discutem em jornais ou congressos quem está mais certo, apontando os erros uns dos outros, Marx e Engels conseguem mostrar que ambos estão errados.

De um modo geral, as críticas são as mesmas a todos os jovem hegelianos, mas dedicaremos um tempo à explicação do que Feuerbach defendeu acerca do conceito de alienação/estranhamento. As críticas a ele podem ser estendidas a todos os jovem hegelianos, principalmente por sabermos que ele foi o mais elogiado entre eles. Para esclarecer as críticas feitas a ele usaremos passagens de *A Essência do Cristianismo*, mas estas críticas se estendem à *Preleções sobre a Essência da Religião*.

Existe uma crítica que foi feita especialmente a Feuerbach, que continha a primeira publicação das Teses sobre Feuerbach, *O Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*, publicado em 1886, no jornal *Die Neue Zeit*. Lá, temos os apontamentos que Engels traz sobre como o materialismo vulgar afunda o idealismo em contradições que não podem ser superadas pela dialética hegeliana, coisa que, talvez Feuerbach não perceba por não compreender bem a dialética hegeliana. Em nota preliminar escrita para a primeira edição como livro em 1888, Engels comenta a existência de um manuscrito em dois volumes que não foram publicados, pois ele e Marx não conseguiram realizar publicação, trata-se de *A Ideologia Alemã*, e podemos supor que eles não se empenharam mais em tentar publicar, pois o idealismo havia sido enfraquecido, porém, ao ver o fortalecimento do idealismo nos círculos cultos novamente, especialmente com o lançamento de um livro sobre Feuerbach por C. N.

²⁰ Também foi chamado de materialismo humanista e de materialismo comunista.

Starcke²¹, sendo sua tese de doutoramento a base para este livro, Engels escreve *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*, como resposta, e inclui na sua publicação as Teses sobre Feuerbach de Marx. Foi um movimento muito astuto da parte de Engels. Os jovens hegelianos se afastaram da dialética hegeliana e Engels precisa reforçar o valor que ele e Marx dão a ela.

Na primeira parte do livro Engels retoma as categorias hegelianas e o desenvolvimento da filosofia alemã até Feuerbach, falando de como o materialismo vulgar, com todos seus defeitos, trouxe um novo folego à ela. Mas nesse livro Feuerbach diviniza o amor como meio de promover mudanças no mundo material e pondera que essa ideia de amor ideal pela humanidade, que se dissemina de tal modo até ser incorporado pelo “verdadeiro socialismo” alemão, coloca esse amor no lugar da consciência de classe, propondo que lutemos para acabar com a sociedade dividida em classes por amor aos outros, não por querer a emancipação humana ou o fim da exploração. Ele afirma:

Até os erros do livro contribuíram para sua repercussão instantânea. O estilo beletrístico e, em algumas passagens, até empolado assegurou-lhe um público mais amplo e, de qualquer modo, representou um refresco depois dos longos anos de hegelice abstrata e abstrusa. O mesmo vale para a divinização efusiva do amor, que podia ser desculpada, ainda que não justificada, diante da soberania do "pensamento puro" que se tinha tornado insuportável. Mas não podemos esquecer isto: exatamente essas duas debilidades de Feuerbach serviram de ponto de partida para o "socialismo verdadeiro" que, a partir de 1844, espalhou pela Alemanha "cultura" como uma praga. Esse "socialismo verdadeiro" substituiu o conhecimento científico pela fraseologia das belas letras, a emancipação do proletariado mediante a reorganização econômica da produção pela libertação da humanidade mediante o "amor", em suma, extraviou-se na beletrística e numa repulsiva excitação amorosa (Engels, 2024, p43)

Feuerbach parte da apreensão hegeliana do objeto hegeliano e, evidentemente, do conceito hegeliano de alienação/estranhamento, mas o impacto que a apreensão do objeto tem para a sociedade civil ele vai transpor para a religião, considerando que a relação com o objeto que é objetivação da subjetividade é a mesma com o objeto que é expressão da subjetividade. Ele afirma: “O que foi afirmado até aqui em geral sobre a relação do homem com o objeto, mesmo no tocante aos objetos sensoriais, é válido em especial para a relação do mesmo com o objeto religioso.” (Feuerbach, 1988, p55). Segundo a nossa interpretação, o que está equivocado aqui é que Feuerbach afirma que a alienação/estranhamento do ser-outro do objeto religioso se dá do mesmo modo que a alienação/estranhamento do ser-outro do objeto material, e o equívoco se dá por pensar esta alienação/estranhamento apenas como uma

²¹ *Ludwig Feuerbach*, publicado em 1885.

relação epistemológica, da apreensão, como um momento, e não como um processo epistemológico e ontológico²². Outro equívoco está em considerar que para categorias totalmente distintas de objetos o processo será perfeitamente igual. Nesse sentido, Feuerbach inverte o que Kant fez ao tratar o Estado como objeto do pensamento, tratando objetos do pensamento como objetos sensíveis.

Com essa premissa de que objetos de categorias diferentes passam por processos iguais na mente, ele passa a ver a objetivação da subjetividade na esfera religiosa como projeção do ser no objeto criado. Ele aponta para a universalidade do ser na religião, sem uma investigação religiosa que se aprofunde em religiões que não sejam o cristianismo. Ele especula isso pois todas as culturas humanas desenvolveram religiões, e presume que elas o fazem sempre pelo mesmo motivo, este motivo para Feuerbach não é a busca de uma explicação mítica para um evento natural não compreendido, mas a externalização da essência humana, nas suas palavras:

O homem transporta primeiramente a sua essência para fora de si antes de encontrá-la dentro de si. A sua própria essência é para ele objeto primeiramente como uma outra essência. A religião é a essência infantil da humanidade; mas a criança vê a sua essência, o ser humano, fora de si - enquanto criança é o homem objeto para si como um outro homem. O progresso histórico das religiões é apenas que o que era considerado pelas religiões mais antigas como algo objetivo, é tido agora como algo subjetivo, i.é., o que foi considerado e adorado como Deus é agora reconhecido como algo humano. A religião anterior é para a posterior uma idolatria: o homem adorou a sua própria essência. O homem objetivou-se, mas não reconheceu o objeto como sua essência; a religião posterior dá esse passo; todo progresso na religião é por isso um mais profundo conhecimento de si mesmo. Mas toda religião determinada, que considera idólatras as suas irmãs mais antigas, exclui-se (e em verdade necessariamente, caso contrário não seria mais religião) do destino, da essência geral da religião; ela apenas empurra para as outras religiões o que, se for um erro, é um erro da religião em geral. Só porque tem um outro objeto, um outro conteúdo, porque elevou-se sobre o conteúdo das anteriores, julga ela estar isenta das leis necessárias e eternas que fundamentam a essência da religião, julga ela que o seu objeto, o seu conteúdo é sobre-humano. Mas, em compensação, o pensador contempla a essência da religião oculta para ela mesma, para o qual a religião é um objeto, o que a religião não pode ser para si mesma. E a nossa intenção é exatamente provar que a oposição entre o divino e o humano é apenas ilusória, i.é., nada mais é do que a oposição entre a essência humana e o indivíduo humano, que consequentemente também o objeto e o conteúdo da religião cristã é inteiramente humano. (Feuerbach, 1988, p56-57)

²² Aqui, enfatizamos que Feuerbach reduz a alienação ao momento epistemológico da apreensão do objeto. Marx, em suas críticas, vai além: o problema não é apenas epistemológico, mas que Feuerbach ignora a práxis e as relações sociais que produzem ontologicamente a alienação.

A passagem acima é confusa, pois, ao falar em suprassunção de uma religião pela outra, ele tenta fazer com a religião a reflexão que Hegel fez quando fala da superação de uma forma de estado por outro²³, mas Hegel aponta que este é um processo histórico que visa o aumento da liberdade. Feuerbach não aponta qual seria uma possível finalidade para esse processo de suprassunção religiosa, e fica ainda mais estranho quando pensamos que ele é materialista, mas afirma que divinizamos nossa essência em Deus e nos re-unimos à nossa essência na religião. Porém isso não significa que nos divinizamos, apenas a essência é divinizada, ou seja, o ser genérico, como qualidades básicas humanas, é divinizado quando projetamos essas qualidades em Deus, mas, independentemente disto, os pensadores podem apreender este processo como inteiramente humano. Suprassunção nesse sentido aponta um processo de elevação, rompimento e conservação, onde o superado permanece naquilo que o superou.

Retomando Kant e a incognoscibilidade de Deus, Feuerbach tenta explicar que, nesse processo de externalização da essência humana, criamos um objeto que não podemos conhecer, e se esforça ao elaborar uma apreensão do objeto religioso que é um meio termo entre Kant e Hegel. O eu apreende o objeto religioso como externo, sem apreender o que ele é em si, pois não se trata de um objeto material, mas da essência humana. Assim, a suprassunção do objeto religioso não é como a re-união com o objeto através da razão, nem a re-união com o outro sob a forma de Estado, mas a re-união com a essência humana e por isso distinguir o objeto religioso do homem é uma distinção que renuncia, ao mesmo tempo, a essência de Deus e a essência humana. Nas palavras de Feuerbach:

Não posso saber se Deus é algo diferente em si e por si do que ele é para mim; como for ele para mim, assim será todo para mim. Para mim está exatamente nessas qualidades, sob as quais ele existe para mim, o seu ser-em-si-mesmo, a sua própria essência; ele é para mim assim como ele pode ser sempre para mim. O homem religioso se satisfaz completamente com tudo o que Deus é em relação a ele (outra relação ele não conhece), porque Deus é para ele o que pode ser em geral para o homem. Naquela distinção coloca-se o homem acima de si mesmo, i.é., acima da sua essência, da sua medida absoluta, mas esta colocação é apenas uma ilusão. A diferença entre o objeto como ele é em si e o objeto como ele é para mim só posso estabelecer quando um objeto pode realmente aparecer para mim de outra forma diferente da que ele me aparece, mas não quando ele me aparece na maneira em que ele me aparece de acordo com o meu critério absoluto, i.é., como ele deve aparecer para mim. [...] Para cada religião são os deuses das outras religiões apenas ideias de Deus, mas a ideia que ela tem de Deus é o seu Deus mesmo, Deus como ela o imagina, o Deus legítimo, verdadeiro, o Deus como ele é em si. A religião só se satisfaz com um Deus total e franco, ela não quer uma mera aparência de Deus; ela quer Deus mesmo, Deus em

²³ Como o Estado Burguês que supera, supressumindo, os reinos feudais.

pessoa. A religião renúncia a si mesma ao renunciar à essência de Deus, não é mais uma verdade ao prescindir a posse do verdadeiro Deus. O ceticismo é o pior inimigo da religião. Mas a distinção entre o objeto e a imagem, entre o Deus em si e o Deus para mim é uma distinção cética, logo, irreligiosa (Feuerbach, 1988, p59)

Uma coisa que o texto de Feuerbach apresenta é que ele vê a transição do politeísmo e das religiões antigas para o monoteísmo e o cristianismo como um movimento racional e necessário, até certo ponto natural, ainda assim, sem apontar qual a astúcia deste processo, qual seria a Razão por traz deste processo. Engels, no *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*, explica essa abstração que Feuerbach está fazendo sob a perspectiva crítica do materialismo histórico, já apontando as contradições dentro da análise de Feuerbach. Engels afirma:

A única religião que Feuerbach investiga de maneira séria é o cristianismo, a religião mundial do Ocidente, fundada sobre o monoteísmo. Ele demonstra que o deus cristão é apenas o reflexo fantasioso, o espelhamento do ser humano. Entretanto, esse deus mesmo é o produto de um demorado processo de abstração, a quintessência concentrada dos muitos deuses tribais e nacionais dos tempos antigos. E, de modo correspondente, o ser humano, de quem aquele deus é imagem, não é um ser humano real, mas igualmente a quintessência de muitos seres humanos reais, o ser humano abstrato e, portanto, ele próprio é, por sua vez, uma imagem ideal. O mesmo Feuerbach que, em cada página, prega sensualidade, imersão no concreto, na realidade, torna-se abstrato do começo ao fim assim que passa a falar de uma relação inter-humana que não seja a relação meramente sexual. (Engels, 2024, p60)

Nessa passagem, Engels fala da relação que vai para além da relação puramente sexual que está mais presente nas *Preleções sobre a Essência da Religião* do que em *A Essência do Cristianismo*, onde o foco está na alienação de caráter religioso. Feuerbach sempre coloca religião como a autoimagem dos homens diante de sua autoimagem idealizada, perfeita e infinita. Ele afirma:

A religião é a cisão do homem consigo mesmo: ele estabelece Deus como um ser anteposto a ele. Deus não é o que o homem é, o homem não é o que Deus é. Deus é o ser infinito, o homem o finito; Deus é perfeito, o homem imperfeito; Deus é eterno, o homem transitório; Deus é plenipotente, o homem impotente; Deus é santo, o homem é pecador. Deus e homem são extremos: Deus é o unicamente positivo, o cerne de todas as realidades, o homem é o unicamente negativo, o cerne de todas as nulidades. Mas na religião o homem objetiva a sua própria essência secreta. O que deve ser demonstrado é então que esta oposição, que esta cisão entre Deus e homem, com a qual se inicia a religião, é uma cisão do homem com a sua própria essência. (Feuerbach, 1988, p77)

Marx, na quarta Tese sobre Feuerbach, aponta que essa alienação de tipo religioso, buscando a origem de Deus nos homens, cria a negação do mundo real. A contradição se dá

pois na suprassunção, na re-união do homem com o externado na religião, é o homem real que perde a força, que se torna criatura, que deve imitar e alcança o criador.

4

Feuerbach parte do fato da autoalienação [*Selbstentfremdung*] religiosa, da duplicação do mundo [*Welt*] num mundo religioso e num mundo mundano [*weltliche*]. Seu trabalho consiste em dissolver o mundo religioso em seu fundamento mundano. Mas que o fundamento mundano se destaque de si mesmo e construa para si um reino autônomo nas nuvens pode ser esclarecido apenas a partir do autoesfacelamento e do contradizer-a-si-mesmo desse fundamento mundano. Ele mesmo, portanto, tem de ser tanto compreendido em sua contradição quanto revolucionado na prática. Assim, por exemplo, depois que a terrena família é revelada como o mistério da sagrada família, é a primeira que tem, então, de ser teórica e praticamente eliminada. (Marx e Engels, 2007, p534)

Marx aponta que, na inversão feita por Feuerbach, ele considera que a família real deve ser igual à sagrada família, e a família real deve mudar para atender a religião. Engels desenvolve bem essa crítica, explicando que o que Feuerbach faz é afirmar que a religião, que se distancia da vida material para ditar a vida material, se torna ideologia, com uma ligação representativa e obscura entre a vida material e a religião, o que, entretanto, Feuerbach ainda afirma. Engels explica:

Ideologias ainda mais elevadas, isto é, que se afastam ainda mais da base material, econômica, assumem a forma de filosofia e religião. Nestas, a conexão das representações com suas condições materiais de existência se torna cada vez mais complexa, é cada vez mais obscurecida por segmentos intermediários. Mas ela existe. Da mesma maneira que todo o período da Renascença, a partir de meados do século XV foi produto essencial das cidades e, por conseguinte, da burguesia também o foi a filosofia reavivada desde então; seu conteúdo foi essencialmente a expressão filosófica das ideias que correspondem ao desenvolvimento da pequena e da média burguesia até se tornar a grande burguesia. No caso dos ingleses e franceses do século passado, que muitas vezes eram tanto economistas políticos quanto filósofos, isso se destaca de maneira nítida e, no caso da escola hegeliana, demonstramos isso anteriormente. (Engels, 2024, p81-82)

Assim como a religião o é, também é a filosofia, que se eleva muito acima da vida material. Mas tanto a filosofia como a religião são reflexo da sociedade que as desenvolve, ou seja, o materialismo vulgar é uma ideologia burguesa, produto de uma sociedade burguesa que critica o pensamento dos filósofos, que eram também economistas e que tenta elevar suas conclusões ao pensamento puro, como filosofia mais elevada, mas inverte a relação de determinação. Essa inversão faz a prática material aparecer como inferior, o que Marx explica na primeira Tese sobre Feuerbach. Ele afirma:

O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [*Objekt*] ou da *contemplação*, mas não como *atividade humana sensível*, como *prática*; não subjetivamente. Daí o lado ativo, em oposição ao materialismo, [ter sido] abstratamente desenvolvido pelo idealismo – que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis [*sinnliche Objekte*], efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento: mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva [*gegenständliche Tätigkeit*]. Razão pela qual ele enxerga, n’*A essência do cristianismo*, apenas o comportamento teórico como o autenticamente humano, enquanto a prática é apreendida e fixada apenas em sua forma de manifestação judaica, suja. Ele não entende, por isso, o significado da atividade “revolucionária”, “prático-crítica”. (Marx e Engels, 2007, p533)

Marx, na primeira Tese, ainda indica que essa inversão é o motivo pelo qual o materialismo vulgar foi desenvolvido pelo idealismo. A razão dada por ele é que o materialismo tenta elevar a realidade à categoria da Razão, colocando a realidade material como objetos da Razão e os leva a misturar objetos da razão com objetos da realidade sensível, o que não permite Feuerbach e os neohegelianos perceberem que esta inversão se fixa como forma ideológica. Ou seja, a abstração da vida material como explicação para a essência humana, expressa na forma de religião, cria uma ideia de divinização do humano, que é colocado como categoria distinta das outras categorias materiais. O que é essencialmente humano é essencialmente superior. E, como a religião existe em um movimento teleológico de re-união dos homens com sua essência externada, nesta re-união, a religião vem como ideologia. Isso Engels explica na passagem que segue:

Vemos, portanto: a religião, uma vez constituída, sempre contém um material tradicional, pois de fato, em todos os campos ideológicos, a tradição é um grande poder conservador. Porém, as transformações que se dão com esse material decorrem das relações de classe e, portanto, das relações econômicas das pessoas que empreendem essas transformações. E isso é suficiente por ora. (Engels, 2024, p86)

O que Engels explica é que observar a alienação como expressão e reapreenção da subjetividade em seu caráter religioso e intelectual, abstraindo as relações materiais entre os seres humanos, colocando estes elementos como objetos do pensamento puro, oculta a função ideológica da religião. Por um lado, podemos perceber que os neohegelianos não fazem isso com malícia, mas com vaidade. Por quererem estar certos, abstraem certos pontos da teoria que tornam sua interpretação da realidade uma contradição. No caso específico de Feuerbach, ao classificar a essência religiosa como essência humana, ele isola o ser humano da sociedade,

a experiência de re-união com a essência humana é totalmente individual²⁴ e o ser humano isolado deixa de pertencer à uma sociedade, só sendo reconhecido enquanto humano por seu gênero, o que oculta a universalidade.

Desse modo, o que Marx aponta na sexta Tese, ao colocar a essência humana na religião, Feuerbach precisa abstrair o indivíduo das relações sociais, o que o força a também abstrair o processo histórico, e o que resta para Feuerbach trabalhar é o ser humano genérico, o ser biológico:

6

Feuerbach dissolve a essência religiosa na essência humana. Mas a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais. Feuerbach, que não penetra na crítica dessa essência real, é forçado, por isso: 1. a fazer abstração do curso da história, fixando o sentimento religioso para si mesmo, e a pressupor um indivíduo humano abstrato – isolado. 2. por isso, a essência só pode ser apreendida como “gênero”, como generalidade interna, muda, que une muitos indivíduos de modo natural. (Marx e Engels, 2007, p534)

Mesmo Marx e Engels reconhecendo os acertos de Feuerbach, ele precisa ser tão criticado quanto os outros neohegelianos, como leremos na passagem abaixo. Aqui, no primeiro parágrafo dessa citação, temos um resumo das principais linhas interpretativas daqueles que disputavam o título de herdeiros de Hegel. No segundo parágrafo estão identificados os autores que disputam, como cada um se apropria da teoria hegeliana e que, por essa apropriação ser mal-feita, Strauss e Bauer precisam ser mais criticados do que o próprio Hegel. Feuerbach, fazendo uma crítica a Hegel, que seria coerente ao próprio pensamento de Hegel, abre portas à crítica ao Espírito absoluto, como Marx e Engels explicam em *A Sagrada Família*:

Em Hegel encontramos três elementos: a *substância spinozista*, a *autoconsciência fichteana* e a *unidade hegeliana* necessário-contraditória de ambas, o *espírito absoluto*. O primeiro elemento é a *natureza* metafisicamente disfarçada na *separação* do homem, o segundo é o *espírito* metafisicamente disfarçado na *separação* da natureza, o terceiro é a *unidade* metafisicamente disfarçada de ambos, o *homem real* e o *gênero humano* real. Strauss desenvolve Hegel a partir do ponto de vista de Spinoza, Bauer desenvolve Hegel a partir do ponto de vista fichteano, e ambos o fazem de maneira consciente no âmbito da teologia. Ambos criticaram Hegel na medida em que, para ele, cada um dos elementos é *falsificado* pelo outro, ao passo que eles dois desenvolvem cada um dos elementos em uma elaboração *unilateral* e, portanto, consequente... É por isso que em suas críticas ambos vão além de Hegel, mas ambos permanecem também dentro de sua especulação e representam, cada um dos dois, apenas um lado de seu sistema. É Feuerbach quem consome e critica Hegel do ponto de vista hegeliano, ao dissolver o espírito metafísico absoluto no “homem real sobre

²⁴ Bem diferente da experiência de re-união com a universalidade, na forma de Estado que Hegel defende.

a base da natureza”; é ele o primeiro que consuma a crítica da religião, traçando, ao mesmo tempo, os grandes e magistrais *rasgos basilares* para a *crítica da especulação hegeliana* e, por isso, de *toda a metafísica*. (Marx e Engels, 2011, p158-159)

Entretanto, conforme vimos, Feuerbach abre essas portas, mas não avança, estagna na crítica à religião institucionalizada, abstrai o homem, focando no homem natural e ignorando as relações sociais e econômicas. Desse modo, ele considera que a coisa que nós criamos, que nos defronta e nos determina é a religião. Por não praticar a dialética hegeliana, ele não considera que os homens, em sua vida material, determinem a religião, ignorando muitas evidências históricas, contempla o estado hegeliano desconsiderando sua base na alteridade.

1.4 – A apropriação marxiana do conceito

Marx e Engels desenvolvem seu conceito de alienação/estranhamento com base no conceito hegeliano, criticando-o e desdobrando-o conforme as complicações criadas pelo modo de produção capitalista. Eles criticam o uso que os jovens hegelianos fazem dos conceitos, mas ainda incorporando o materialismo vulgar. Para explicar os desdobramentos do conceito, vamos dividir o conceito em três esferas: ontológica, produtiva e superestrutural, as quais já estão nos quatros aspectos descritos por Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Entretanto, como os jovens hegelianos discordam das explicações feitas por Marx sobre o conceito de alienação/estranhamento nos jornais da época, ele e Engels precisaram retomar o conceito e aprofundar as explicações e as críticas em *A Ideologia Alemã* e no *Manifesto do Partido Comunista*. Nessas obras, está um aprofundamento sobre o aspecto da alienação do trabalho, que aparece mais claramente depois de desenvolverem seu método, isso porque não é possível separar o trabalhador do trabalho, posto que o trabalhador é necessário à realização do trabalho, então separa-se o trabalhador dos meios de trabalho (das ferramentas e das oficinas) e das matérias primas, ou seja, separam os trabalhadores dos meios de trabalho e dos meios de produção da vida material.

O percurso do pensamento de Marx, seja nos *Manuscritos*, seja com Engels em *A Ideologia*, não se trata de uma rejeição da alienação/estranhamento de Hegel, que se movimenta nas esferas epistêmica/ontológica e política, que está na superestrutura, mas da

percepção de que nas relações sociais de produção contraídas no modo de produção capitalista, a relação sujeito $\Leftrightarrow$ objeto²⁵, apontada por Hegel, fica subsumida por outros aspectos de alienação/estranhamento que se apresentam. É na esfera epistêmica/ontológica, observando sua relação com o objeto, que a consciência do ser aparece, e esta consciência leva esse ser a um agir político.

Os jovens hegelianos tentam avançar, mas mistificam essa relação. Marx avança ao inserir na análise as relações sociais de produção e o resultado é o que encontramos nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Marx se apropria de um conceito que estava sendo usado pelos jovens hegelianos, mas que, pelo modo que usavam, se afastava a passos longos do conceito hegeliano. Esse afastamento vem principalmente da história idealizada. A retomada do materialismo por Feuerbach traz a importância da história material, mas ele ainda inverte a relação com a realidade, como explica Jorge Grespan:

Já na juventude, Marx denominou esse fenômeno “alienação”, retomando outro conceito caro ao meio filosófico com o qual debatia. Formulado por Hegel, o termo designava o momento em que o “espírito” se faz outro, distinto de si mesmo, “alheio” à sua forma inicial, criando uma realidade objetiva na qual se reconhecerá. Na Alemanha da década de 1840, os jovens críticos de Hegel recusavam a certeza desse reconhecimento final do espírito no objeto por ele criado, isto é, a reconciliação do sujeito com o objeto. Por exemplo, para Feuerbach, que escreveu o livro *A essência do cristianismo*, a alienação significa que o indivíduo não se lembra mais de que Deus foi uma criação coletiva humana, atribuindo-lhe existência autônoma e, ainda mais grave, invertendo a relação: o criador humano imaginaria ter sido criado por sua criatura divina. (Grespan, 2021, p25)

As esferas, como dissemos, são quatro. A epistêmica e a ontológica, que tratam da apreensão do objeto e da relação do ser com o ser do objeto. Na parte em que falamos sobre Hegel já descrevemos como ele entende que estas esferas coincidem, mas para Marx estas esferas não são coincidentes, mas se imbricam. A esfera produtiva, que trata da produção do objeto pelo ser, Hegel vê isso apenas como externalização, mas quando a produção passa da manufatura para a indústria a produção do objeto deixa de ser apenas externalização, e as esferas epistêmica e ontológica deixam de coincidir, pois a relação com o ser outro do objeto produzido não é mais uma relação necessária de externalização, mas uma relação de venda, que eventualmente permite uma externalização. E a quarta esfera é a superestrutural, que para Hegel

²⁵ O sinal $\Leftrightarrow$ não está sendo usado como conectivo lógico “se, e somente se”, mas sim para indicar a relação dialética entre sujeito e objeto. Esta relação se dá nas duas direções, do sujeito para o objeto e do objeto para o sujeito, a interdeterminação é mútua e vai de um para o outro, por isso usar uma flecha que aponta para os dois lados. Toda vez que usarmos este símbolo no texto será para exprimir uma relação dialética de interdeterminação entre os conceitos.

aparece apenas como Estado, e em Marx e Engels aparece como poder hostil que determina, como Estado, economia, ideologia etc.

Para fins didáticos, vamos distribuir os quatro aspectos da alienação nas esferas, mas, assim como os quatro aspectos se imbricam, as esferas também se imbricam e cada aspecto está em mais de uma esfera. O primeiro aspecto, a alienação/estranhamento do produto do trabalho, está nas esferas epistêmica, ontológica e na produtiva, mas apenas toca na superestrutura sem poder interferir nela. O segundo aspecto, enquanto alienação/estranhamento do trabalho, está na esfera produtiva, mas tem reflexos nas outras esferas, principalmente porque é no ambiente do trabalho que os trabalhadores podem minimamente determinar a coisa criada que nos determina e, enquanto alienação dos meios de produção da vida material, está na esfera superestrutural, permeando as outras duas esferas e as determinando. O terceiro aspecto, a alienação/estranhamento do indivíduo em relação ao gênero, está na esfera produtiva e na superestrutural, pois é nestas esferas que o gênero humano é impedido de viver da natureza. E o quarto aspecto, o estranhamento do indivíduo em relação ao seu próprio ser social, está nas esferas superestrutural, epistêmica e ontológica, mas se enraíza na esfera produtiva, pois o próprio ser social humanos deixa de ser visto como tal. A superestrutura de compra e venda da força de trabalho faz com que os seres humanos deixem de se ver como seres humanos em sociedade, que é a esfera epistêmica e ontológica, e essa estrutura de produção e o fato de os seres humanos não se verem como seres humanos afeta significativamente a esfera produtiva.

Marx entende que a relação sujeito $\Leftrightarrow$ objeto não é puro objeto do pensamento, mas algo que depende do real sensível que determina a autoconsciência, que diferenciar objetos de um mesmo tipo e o autodiferenciar-se são atividades básicas do entendimento. Essa alienação/estranhamento é positiva, nos *Manuscritos* só percebemos a externalização do objeto como algo apropriado pelo burguês. Nas palavras de Marx:

O trabalhador encerra sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim é o objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. A exteriorização (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto tem um significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência *externa* (*äussern*), mas bem além disso, [que se torna uma existência] que existe *fora dele* (*ausser ihm*), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Macht*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha (Marx, 2018, p81)

Nessa passagem, vemos ele apreendendo a alienação/estranhamento de Hegel no processo de produção, mas já está dedicada uma maior parte do texto à apropriação como

aspecto a ser considerado, pois o capitalismo opera com a lógica da lei de oferta e procura, o que induz a um aumento da produção, obrigando os trabalhadores a produzirem mais, tornando cada trabalhador proporcionalmente menor que o produto resultado do processo de trabalho. É nesse processo que o defrontamento com o objeto se torna uma força hostil, ou seja, a relação ontológica do ser com o objeto fica oculta e subsumida pela relação de venda da força de trabalho, o objeto não é mais produto do trabalho, mas mercadoria.

Esse processo de defrontamento está mencionado nas páginas 18 e 19²⁶, porém, sobre a positividade desta relação epistêmica-ontológica com o objeto, temos na *Contribuição à Crítica da Economia Política* a passagem em que Marx concorda com Hegel de maneira muito mais clara. Marx aponta a relação do mundo real e da produção da vida material com a consciência, e como, ao produzir, o ser humano produz algo material no mundo que o defronta, entretanto discordando no que toca em relação ao conceito. Ele afirma:

Para a consciência - e a consciência filosófica é determinada de tal modo que para ela o pensamento que concebe é o homem real, e o mundo concebido é, como tal, o único mundo real – para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como o verdadeiro ato de produção - que apenas recebe um impulso do exterior - cujo resultado é o mundo, e isso é exato porque (aqui temos de novo uma tautologia) a totalidade concreta, como totalidade de pensamento, como uma concreção de pensamento, é, na realidade, um produto do pensar, do conceber; não é de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da intuição e da representação, mas é elaboração da intuição e da representação em conceitos. O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo mental, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira em que o pode fazer, maneira que difere do modo artístico, religioso e prático de se apropriar dele. O objeto concreto permanece em pé antes e depois, em sua independência e fora do cérebro ao mesmo tempo, isto é, o cérebro não se comporta senão especulativamente, teoricamente. No método também teórico [da Economia Política] o objeto - a sociedade - deve, pois, achar-se sempre presente ao espírito, como pressuposição. (Marx, 2009, p259-260)

Nessa passagem, está resumida a concepção epistemológica de Marx. Assim como quase todos os seus conceitos, a epistemologia pode ser enquadrada dentro do conceito chave de construção social, entretanto uma construção social que existe a partir de processos fisiológicos. Nesse caso, o “cérebro pensante” concebe como verdadeiro tudo aquilo que apreende e que ele entende como é produzido. Nesse mesmo parágrafo está o acordo com Hegel de que a externalização do objeto produzido é, na realidade concreta, produto do

²⁶ O defrontamento, nesse sentido em que aparece com o estranhamento, traz necessariamente a ideia de confronto, é a ideia de estar em face de algo desconfortável, desagradável, um despertencimento, onde a coisa não pertence ao eu e o eu não pertence à coisa. Enquanto na alienação esse defrontamento pode trazer um tipo de satisfação, ao ver o produto da autoefetivação da subjetividade, no estranhamento não existe satisfação.

pensamento, ou seja, da Razão, e o desacordo, pois este produto da Razão, do conceito, não é produto do conceito separado na representação, de que é uma atividade humana sensível. Essa apreensão passa por uma etapa de entender como a coisa apreendida se forma, ou seja, sua causa, neste aspecto Marx concordando com Hegel, que a apreensão da coisa passa pela Razão²⁷ e que quando um objeto é produzido pela externalização da subjetividade na realidade concreta, conhecemos sua causa, que é uma causa racional, ou seja, o objeto produzido é produto da Razão. Mas Marx discorda, pois afirma que o “cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira em que o pode fazer”, essa apropriação é um processo que independe da racionalidade, uma atividade básica do intelecto.

Ou seja, foram precisos anos a mais de estudos para sintetizar e esclarecer as intuições presentes nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Nele, Marx parte dessa apreensão, mas desenvolve no seguinte percurso: uma vez externalizado o objeto como produto do trabalho, a alienação/estranhamento do produto que ocorre na relação homem $\Leftrightarrow$ objeto fica oculta pela relação de trabalho da compra da força de trabalho, ou seja, pelo fato de que os homens, ao vender sua força de trabalho, não veem o produto do seu trabalho como produto do seu trabalho, o produto é mercadoria para burgueses vender e o que o trabalhador consegue com seu trabalho é o seu salário. A relação de compra e venda da força de trabalho gera o primeiro aspecto da alienação/estranhamento descrito por Marx nos *Manuscritos*, que é entre o homem e a mercadoria.

A alienação/estranhamento do produto que ocorre na relação homem $\Leftrightarrow$ objeto, pelo fato de que os homens, ao vender sua força de trabalho, além de não verem o produto do seu trabalho como seu, coisificam-se, gera o primeiro aspecto de alienação/estranhamento entre o homem e a mercadoria. O segundo aspecto da alienação/estranhamento é o do homem, de sua atividade, é a que se dá devido ao fato de que, com a venda da força de trabalho ao burguês, o trabalhador não possui seus meios de trabalho, quem possui os instrumentos de trabalho e as matérias primas é o burguês, o que gera uma simplificação da função. A alienação/estranhamento do homem de sua atividade é a que se dá devido ao fato de que o trabalhador não possui seus meios de trabalho, levando-o a vender sua força de trabalho ao burguês. Quem possui os instrumentos de trabalho e as matérias primas é o burguês, só o que os trabalhadores possuem é sua força de trabalho.

A relação entre a divisão das funções e a alienação/estranhamento está em uma passagem, um pouco longa, de *A Ideologia*, nela está sintetizado todo este processo. Ao

²⁷ A Razão é usada em um sentido de causalidade, explicado na página 21.

estudar o processo de divisão do trabalho, como ele começa na antiguidade e se desenvolve, com seus avanços e retrocessos, Marx e Engels apontam que é a divisão das funções que inicia a divisão da sociedade em classes. Para além disso, em uma anotação de Marx no manuscrito, que aparece na edição como nota, o filósofo ainda aponta que o Estado hegeliano, como forma autônoma, alienado/estranhado, se impõe às sociedades divididas em classes como interesse coletivo, mas este interesse coletivo é ilusório, posto que a divisão da sociedade em funções faz com que cada classe defenda apenas seus interesses. Eles afirmam:

²⁸ Além disso, com a divisão do trabalho, dá-se ao mesmo tempo a contradição entre o interesse dos indivíduos ou das famílias singulares e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam mutuamente; e, sem dúvida, esse interesse coletivo não existe meramente na representação, como “interesse geral”, mas, antes, na realidade, como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho está dividido. E, finalmente, a divisão do trabalho nos oferece de pronto o primeiro exemplo de que, enquanto os homens se encontram na sociedade natural e, portanto, enquanto há a separação entre interesse particular e interesse comum, enquanto a atividade, por consequência, está dividida não de forma voluntária, mas de forma natural, a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado. Logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar; o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico crítico, e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida – ao passo que, na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que

²⁸ “é precisamente dessa contradição do interesse particular com o interesse coletivo que o interesse coletivo assume, como *Estado*, uma forma autônoma, separada dos reais interesses singulares e gerais e, ao mesmo tempo, como comunidade ilusória, mas sempre fundada sobre a base real [*realen*] dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal, tais como os laços de sangue, a linguagem, a divisão do trabalho em escala ampliada e demais interesses – e em especial, como desenvolveremos mais adiante, fundada sobre as classes já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um desses aglomerados humanos e em meio aos quais há uma classe que domina todas as outras. Daí se segue que todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito de voto etc., não são mais do que formas ilusórias – em geral, a forma ilusória da comunidade - nas quais são travadas as lutas reais entre as diferentes classes (algo de que os teóricos alemães sequer suspeitam, muito embora lhes tenha sido dada orientação suficiente nos *Deutsch Französische Jahrbücher* e n’*A sagrada família*), e, além disso, segue-se que toda classe que almeje à dominação, ainda que sua dominação, como é o caso do proletariado, exija a superação de toda a antiga forma de sociedade e a superação da dominação em geral, deve primeiramente conquistar o poder político, para apresentar seu interesse como o interesse geral, o que ela no primeiro instante se vê obrigada a fazer. É justamente porque os indivíduos buscam apenas seu interesse particular, que para eles não guarda conexão com seu interesse coletivo, que este último é imposto a eles como um interesse que lhes é “estranho” e que deles “independe”, por sua vez, como um interesse “geral” especial, peculiar; ou então os próprios indivíduos têm de mover-se em meio a essa discordância, como na democracia. Por outro lado, a luta prática desses interesses particulares, que se contrapõem constantemente e de *modo real* aos interesses coletivos ou ilusoriamente coletivos, também torna necessário a ingerência e a contenção práticas por meio do ilusório interesse “geral” como Estado. (A. M.)” (Nota da edição)

eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico. (Marx e Engels, 2007, p37-38)

Para simplificar a vida, cada família cumpre uma função dentro da sociedade, e dentro da família cada um cumpre uma função. Isso se desenvolve na antiguidade e na idade média, mas no capitalismo, para aumentar a produção, cada trabalhador passa a ser responsável por apenas uma pequena parte do processo de produção, de tal modo que estes ficam cada vez menos envolvidos com o processo produtivo. Assim, para produzir um móvel, um trabalhador corta a árvore para o dono da terra onde estão as árvores, outro trabalhador divide o tronco em tábuas para o dono da serraria, um terceiro corta as tábuas no formato de uso e, por fim, um quarto cola e aparafusa as partes para montar o móvel.

Esse é o segundo aspecto, a alienação/estranhamento da atividade. Quando vende sua força de trabalho em troca de dinheiro, o trabalhador passa a não ter mais os meios de trabalho, ferramentas e matérias primas para executá-lo em uma contradição na qual, para ter acesso aos meios de trabalho, ele precisaria vender força de trabalho para poder trabalhar, mas, para além disso, sua atividade o caracteriza apenas como trabalhador, não existe mais uma função que ele cumpra na sociedade que o torne único. Nos *Manuscritos*, Marx escreve:

O trabalhador se torna, portanto, um servo do seu Objeto. Primeiro, porque ele recebe um objeto do Trabalho, isto é, recebe trabalho; e, segundo, porque recebe meios de subsistência. Portanto, para que possa existir, em primeiro lugar, como trabalhador e, em segundo, como sujeito físico. O auge dessa servidão é que somente como trabalhador ele [pode] se manter como sujeito físico e apenas como sujeito Físico é trabalhador (Marx, 2018, p 81-82)

Se, por um lado, na Idade Média os servos precisavam fazer, e muitas vezes criar, suas ferramentas, roupas etc., ao romper com os laços de servidão, os trabalhadores não têm mais acesso à terra do senhor feudal, não podem mais produzir seus meios de trabalho. Empurrados para as cidades, sem poder produzir, são constrangidos a vender sua força de trabalho, sendo assim só têm para oferecer sua força de trabalho. Relembrar que esse processo não é linear e regular, mas com as mudanças de um lugar, gerando saltos quantitativos e qualitativos quando essas novas técnicas e tecnologias são replicadas em outros lugares. Em alguns lugares da Europa já haviam iniciado a transição da manufatura para a indústria, e a produção já deixara de ser artesanal²⁹.

²⁹ É importante pontuar que essa passagem do feudalismo para o capitalismo, por vezes, parece indicar que a vida dos trabalhadores era melhor antes do capitalismo, como se eles não fossem explorados, quando, na verdade, era uma forma diferente de exploração. A questão não é se a vida no feudo era melhor do que na cidade, mas o fato de que os trabalhadores não puderam escolher permanecer no campo ou ir para a cidade, eles foram forçados a ir para a cidade e se tornar mão-de-obra para a indústria.

A divisão das funções que surge na pré-história para facilitar a vida, atribuindo funções para que cada ser humano não precise fazer todas as coisas, sendo não uma divisão natural, mas voluntária, que, em contrapartida, permite a criação da propriedade, exploração e a acumulação por parte de uma classe, para além disso, engessou as pessoas em funções fixas das quais as pessoas não podem escapar, e a superação disso está no comunismo, onde os homens poderão cumprir dentro da sociedade as funções que quiserem. Nesse sentido, a vida em sociedade é o aspecto estranhado, construído socialmente, que nos defronta e nos determina. Por isso, o segundo aspecto da alienação nos *Manuscritos* está inicialmente na esfera produtiva, apenas na relação entre os homens e sua atividade, mas conforme essa estrutura começa a ser replicada, vai entrar na esfera da superestrutura, especialmente em seu aspecto jurídico que legitima as relações de produtividade criadas. Essas relações são criadas em situações específicas em cada lugar, mas o capitalismo sempre tenta replicar o que tem êxito em um lugar, em outros lugares.

Com essa simplificação do trabalho, nenhum trabalhador se envolve profundamente com o trabalho, tornando a função dentro da esfera produtiva irrelevante ao trabalhador, pois sem perceber sua parte no processo produtivo, este não se importa com o trabalho que executa. A atividade torna-se mecânica e indiferente pois, mesmo sendo produção da vida material e atendendo às necessidades humanas, seu fim não é atender às necessidades humanas ou ser produção da vida material, mas salário para o trabalhador e lucro para o burguês. Marx afirma que isso confere ao trabalho um caráter enfadonho.

A administração e algumas vertentes da economia não tentam fazer uma abordagem histórica para seus dados, veem apenas os dados crus. Desse modo, não apreendem que com a transição do artesanato à manufatura, do artesão ao operário, foi separando o trabalhador do produto do seu trabalho e do próprio trabalho, esse processo foi visto pela administração como uma racionalização oportuna e necessária ao aumento da produção e consequente diminuição dos preços e aumento dos lucros. No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels expõem isso de maneira sintética, eles afirmam:

O crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho despojam a atividade do operário de seu caráter autônomo, tirando-lhe todo o atrativo. O operário torna-se um mero apêndice da máquina e dele só se requer o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender. Desse modo o custo do operário se reduz, quase exclusivamente, aos meios de subsistência que lhes são necessários para viver e perpetuar sua espécie. Ora, o preço do trabalho, como toda mercadoria, é igual ao seu custo de produção. Portanto, à medida que aumenta o caráter enfadonho do trabalho, decrescem os salários (Marx e Engels, 2017, p27-28)

Marx consegue observar essa forma de alienação/estranhamento pois na época, na Alemanha, ainda existia o trabalho dos artesãos que, usando o mesmo exemplo do móvel, ia na floresta, cortava a árvore, serrava o tronco, cortava as tábuas, colava e aparafusava os móveis e os vendia inteiros aos consumidores finais, estabelecendo assim um vínculo muito maior entre o homem, seu trabalho e o produto do seu trabalho.

Se essas análises não tivessem sido feitas nesse período, a relação do artesão com a mercadoria e com a atividade, diferenciando-se da relação do operário com a mercadoria e com a atividade, talvez teria sido esquecida, e a relação de produção burguês $\Leftrightarrow$ operário talvez fosse de tal modo reproduzida que o operário passasse a ser visto como custo de produção para o burguês. Por isso, a administração e a economia veem o trabalhador como custo de produção, e não como parte necessária à produção, isto porque as relações sociais de produção do modo capitalista foram em tal escala replicadas, que hoje são vistas como relações naturais, necessárias e que sempre existiram.

O terceiro tipo de estranhamento é o estranhamento do seu ser genérico. O que Marx chama de ser genérico é o ser humano enquanto animal, enquanto ser biológico, gênero é usado por Marx em um sentido muito próximo ao que é usado na biologia³⁰, sendo assim quando Marx fala do gênero humano está falando do homem que não é somente construção social, mas também ser biológico, o que fica bem claro na passagem abaixo dos Manuscritos Econômicos-Filosóficos, onde Marx explica a alienação/estranhamento do ser genérico. Ele afirma:

O homem é um ser genérico (*Gattungswesen*), não somente quando prática e teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também – e isto é somente uma outra expressão da mesma coisa – quando se relaciona consigo mesmo como [com] o gênero vivo, presente, quando se relaciona consigo mesmo como [com] um ser *universal*, [e] por isso livre.

A vida genérica, tanto no homem quanto no animal, consiste fisicamente, em primeiro lugar, nisto: que o homem (tal qual o animal) vive da natureza inorgânica, e quanto mais universal o homem [e] do que o animal, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive. Assim como plantas, animais, pedras, ar, luz etc., formam teoricamente uma parte da consciência humana, em parte como objetos da ciência natural, em parte como objetos da arte – sua natureza inorgânica, meios de vida espirituais, que ele tem de preparar prioritariamente para a fruição e para a digestão-, formam também praticamente uma parte da vida humana e da atividade humana. Fisicamente o homem vive somente destes produtos da natureza, possam eles aparecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece

³⁰ A taxonomia da biologia divide os seres vivos em Reino, Filo, Classe, Ordem, Família, Gênero e Espécie, sendo que o Gênero e Espécie dão o nome científico do ser vivo, portanto para os seres humanos o gênero é *homo* e a espécie é *sapiens*. Marx usa esse termo de acordo com a ciência da época.

precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo *inorgânico*, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o Instrumento de sua atividade vital. A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza. (Marx 2018, p83-84)

Ou seja, por estar vivendo nesse tipo de sociedade, o ser humano foi separado do seu ser genérico, da vida “natural”, mas é mais complexo. Como dissemos, na pré-história essa associação era voluntária, mas os seres humanos ainda conseguiam viver da natureza, na idade média e no início da modernidade também, no capitalismo não, este é o estranhamento do ser genérico. Na natureza, todo ser vivo tem condições de se manter vivo, a natureza provém e os homens vivendo em sociedade ainda conseguiam viver da natureza, mesmo produzindo já sua vida material e se diferenciando dos animais, mas no capitalismo, com a compra e venda da força de trabalho, rompem com a natureza, cercando terras, limitando o uso de terras e criando leis que impeçam o uso de coisas naturais como pegar lenha em uma floresta ou água em um rio, a propriedade privada priva os homens de obter seus meios de subsistência. Assim, os homens impedem a si mesmos de viver da natureza. Marx afirma que nesse processo o ser humano cria uma segunda natureza.

Em comparação com o ser genérico, temos o ser social, ou seja, o ser humano socialmente construído. Quando os seres humanos passam a produzir sua vida material, passam a produzir a humanidade, a vida em sociedade humaniza o ser biológico homem, não se trata de uma negação do ser genérico, pois o ser social consegue abarcar a existência do ser genérico e do ser biológico. Os seres humanos biológicos trabalhando criam sua vida material, transformando o que a natureza fornece. Sendo ser genérico, na relação de troca com outros seres genéricos, é um ser social, por isso essas três categorias não são excludentes. O que separa os seres humanos do seu ser genérico e do seu ser social é o modo de produção capitalista. O estranhamento do ser social é o quarto aspecto descrito por Marx nos *Manuscritos*.

A produção da vida material é que determina o ser social do homem, despejando seu conteúdo nos homens, fazendo deles um ser social, indivíduos juntos agindo, produzindo a vida material, estabelecendo relações de produção, criando uma sociedade. Por outro lado, o conceito de sociedade se diferencia do ser social no seguinte ponto: a sociedade expressa

apenas relações materiais e visíveis e o ser social é a sociedade somada ao imaterial que a permeia. Isso Marx coloca nos manuscritos do seguinte modo:

Acima de tudo é preciso evitar fixar mais uma vez a “sociedade” como abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o *ser social*. Sua manifestação de vida – mesmo que ela também não apareça de forma imediata de uma manifestação *comunitária*, realizada simultaneamente com outros – é, por isso, uma externalização e confirmação da *vida social*. A vida individual e a vida genérica do homem não são diversas, por mais que também – e isso necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais *particular* ou mais universal da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais *particular* ao mais *geral*. (Marx, 2018, p107)

A organização da sociedade em um modo de produção é que os constrange a vender a força de trabalho, é o que determina estranhamento do homem pelo homem, outro modo de falar do quarto aspecto de estranhamento. Originado no fato de o homem subjugar o homem, forçando o a vender sua força de trabalho, isso faz com que os homens não se reconheçam como homens. O burguês não reconhece o trabalhador como homem, trabalhador não reconhece o burguês como homem, acontece, assim, uma objetificação bilateral, é a reificação. A sociedade humana já não se forma mais voluntariamente, para facilitar a vida dos homens, mas se impõe como meio de exploração.

Todo auto-estranhamento (*Selbstentfremdung*) do homem de si e da natureza aparece na relação que ele outorga a si e à natureza para com os outros homens diferenciados de si mesmo. Por isso o auto-estranhamento religioso aparece necessariamente na relação do leigo com o sacerdote ou também, visto que aqui se trata do mundo intelectual, de um mediador etc. No mundo prático efetivo (*praktische wirkliche Welt*) o auto-estranhamento só pode aparecer através da relação prático-efetiva (*praktisches wirkliches Verhältnis*) com outros homens. O meio pelo qual o estranhamento procede é [ele] mesmo um [meio] *prático*. Através do trabalho estranhado o homem engendra, portanto, não apenas sua relação com o objeto e o ato de produção enquanto homens que lhe são estranhos e inimigos; ele engendra também a relação na qual outros homens estão para a sua produção e o seu produto, e a relação na qual ele está para com estes outros homens. Assim como ele [engendra] a sua própria produção para a sua desefetivação (*Entwirklichung*), para o seu castigo, assim como [engendra] o seu próprio produto para a perda, um produto não pertencente a ele, ele engendra também o domínio de quem não produz sobre a produção e sobre o produto. Tal como estranha de si a sua própria atividade, ele apropria para o estranho (*Fremde*) a atividade não própria deste. (Marx, 2018, p87)

Aqui, Marx também aponta como o terceiro e quarto aspectos do estranhamento se relacionam. Os homens reificados pelo modo de produção capitalista veem-se como inimigos competindo pela mesma vaga de trabalho e não como associados para facilitação da vida, ou

seja, a compra e venda da força de trabalho determina tanto o estranhamento do ser genérico, quanto do ser social de maneira profunda.

Desenvolvendo seus estudos, e principalmente seu método com Engels, Marx avança no entendimento dos aspectos da alienação/estranhamento. A alienação/estranhamento dos meios de produção da vida material é o estranhamento que determina a alienação/estranhamento dos outros aspectos, aparecendo como alienação/estranhamento do trabalho, dos produtos do trabalho, do ser genérico e do ser social. Essa advém da divisão do trabalho, que com o desenvolvimento de forças produtivas cria a propriedade privada, que priva os outros seres humanos de ter acesso aos meios de produção da vida material e constrange os seres humanos a comprar ou vender força de trabalho. Se um indivíduo não tem capital acumulado, ele tem que vender sua força de trabalho para poder comer, se abrigar, viver... Se um indivíduo tem capital acumulado, ele deve comprar a força de trabalho de outrem para produzir mais riqueza e acumular mais capital, pois, se ele não o fizer, em algum momento seu capital acumulado vai acabar e para viver ele será forçado a vender sua força de trabalho.

Como os outros aspectos de alienação/estranhamento, trata-se de uma coisa que criamos, externada que nos determina, porém o defrontamento com os meios de produção da vida material é um defrontamento com um poder hostil. A propriedade privada impede que os seres humanos possam se autodeterminar livremente, mesmo os membros da classe dominante, estes ainda têm autonomia para escolher o que fazer, mas é limite imposto pelo poder hostil do estranhamento dos meios de produção da vida material que, se não escolherem algo em que possam explorar o mais-valor, eventualmente vão perder os meios de produção da vida material.

Esse aspecto do estranhamento está de forma latente nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, pois Marx não separa a necessidade da compra e venda, da força de trabalho, de outros aspectos. A separação é feita em *A Ideologia Alemã*, onde os outros aspectos são abordados como parte do estranhamento dos meios de produção da vida material, e no *Manifesto do Partido Comunista*, onde os outros aspectos ficam latentes e eles explicam o estranhamento dos meios de produção da vida material, falando da ampliação da prática de compra e venda da força de trabalho, que passa a constranger os homens livres à uma exploração cínica. Eles afirmam:

Onde quer que tenha conquistado o Poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus "superiores naturais", para só deixar subsistir apenas, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras

exigências do "pagamento à vista". Afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavaleiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despidorada e brutal.

A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas como dignas e encaradas com piedoso respeito. Fez do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio fazer seus servidores assalariados. (Marx e Engels, 2017, p23-24)

Talvez, se não existisse a alienação/estranhamento dos meios de produção da vida material, provavelmente a alienação só existiria em seu aspecto ontológico-epistêmico. Mas a alienação dos meios de produção da vida material permeia as quatro esferas: superestrutural e produtiva de maneira mais clara, ontologicamente, pelo fato de que ela subsume o ser social dos homens, cooptando e dominando sua visão de mundo, e epistemologicamente na percepção do mundo, pois eles não se veem fora de uma estrutura de vida baseada na compra e venda de mercadorias.

Em *A Ideologia Alemã*, descreve-se o processo de simplificação das relações de produção e como essas novas relações de produção simplificadas, difundiram-se pelo mundo. A partir dessa difusão, são destruídas as forças produtivas locais e as particularidades dos países e, fazendo isso, onde se instalam, recriam as relações sociais simplificadas que vão recriar a consciência e a visão de mundo burguesas. Sobre isso, Marx e Engels afirmam:

A grande indústria, apesar desses meios protecionistas, universalizou a concorrência [...], criou os meios de comunicação e o moderno mercado mundial, submeteu a si o comércio, transformou todo capital em capital industrial e gerou, com isso, a rápida circulação [...] e a centralização dos capitais. Criou pela primeira vez a história mundial, ao tornar toda nação civilizada e cada indivíduo dentro dela dependentes do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades, e suprimiu o anterior caráter exclusivista e natural das nações singulares. Subsumiu a ciência natural ao capital e tomou da divisão do trabalho a sua última aparência de naturalidade. Destruiu, em geral, a naturalidade, na medida em que isso é possível no interior do trabalho, e dissolveu todas as relações naturais em relações monetárias. [...] Destruiu, onde quer que tenha penetrado, o artesanato e, em geral, todos os estágios anteriores da indústria. Completou a vitória [da cidade] de comercial sobre o campo. Seu [pressuposto] é o sistema automático. [...] Essas forças produtivas, sob o regime da propriedade privada, obtêm apenas um desenvolvimento unilateral, convertem-se para a maioria em forças destrutivas e uma grande quantidade dessas forças não consegue alcançar a menor utilização na propriedade privada. A grande indústria, em geral, criou por toda parte as mesmas relações entre as classes da sociedade e suprimiu por meio disso a particularidade das diversas nacionalidades. (Marx e Engels, 2007 p 59-61)

Para além disso, o Capitalismo cria uma superestrutura política e jurídica, desenvolvida para atender às necessidades do modo de produção³¹ e, nesse sentido, a sociedade burguesa cria formas jurídicas que favoreçam a alienação dos homens, com os meios de produção da vida material. Por isso, superestruturalmente, alienação é a situação em que os homens são constrangidos por uma força externa a sua autonomia a vender sua força de trabalho.

Desse modo, poderíamos afirmar que a alienação e/ou estranhamento acontece em três esferas. A primeira é a autoobjetivação do homem através da produção de sua vida material. Essa alienação e/ou estranhamento positiva é o reconhecimento do objeto do trabalho como exterior àquele que produz e atividade básica do entendimento. A segunda esfera é quando, para além da exterioridade do objeto, este é expropriado do trabalhador que o produziu para gerar valor ao burguês. E a terceira esfera é o poder hostil (Marx, 2018, p 81), que se estabelece com um modo de produção baseado na propriedade privada dos meios de produção e constrange todos os homens a, necessariamente, vender ou comprar força de trabalho para sobreviver.

Da análise da alienação/estranhamento que Marx fez nos *Manuscritos*, decorre o conceito de alienação/estranhamento desenvolvido em *A Ideologia Alemã*, junto com Engels. Marx apreende que a origem da alienação/estranhamento nas esferas produtiva e superestrutural está na propriedade privada dos meios de produção da vida material. É a propriedade da terra, das máquinas, do dinheiro, de todas as coisas que podem ser usadas para se extrair mais-valor, sendo o trabalhador separado dos meios de produção do produto do trabalho, apropriados pelo burguês, que faz com que os homens sejam constrangidos a vender sua força de trabalho para sobreviver, tornando-os mercadoria, reificando-os.

As observações de Marx e Engels sobre a alienação/estranhamento foram possíveis, pois, como dissemos, naquela época o mundo estava passando pela transição do artesanato para a manufatura e da manufatura para a indústria. Essa transição criou relações sociais de produção da vida material. Os homens, que produziam a vida material para atender às suas necessidades, passaram a vender sua força de trabalho para outrem. Essas relações de compra e venda da força de trabalho, para além da alienação, tiveram outra consequência: os que compravam a força de trabalho a compravam por um valor menor do que a riqueza produzida pela força de trabalho. A diferença entre o valor da riqueza produzida pelo trabalho e o valor pago pela força de trabalho usada para produzir é denominada mais-valor.

³¹ Todo modo de produção faz isso.

Quando passa pela produção de excedente, o mais-valor é visto como consequência do processo produtivo, o que foi descrito tanto por Adam Smith quanto por David Ricardo, autores da Economia Nacional, em suas análises. Mas quem analisa o processo filosoficamente e o transforma em conceito é Karl Marx. Em sua investigação acerca da exploração do homem pelo homem, ele encontra na extração de mais-valor a forma mais refinada e sutil de exploração. É por poder extrair mais-valor do trabalho alheio que o burguês passa a ver o trabalhador como custo de produção e não como aquele que realmente materializa o trabalho e realmente produz riqueza.

Essas relações sociais de produção da vida material e de troca de objetos necessários à vida material mudam e se desenvolvem com o desenvolvimento de forças produtivas. No modo de produção capitalista, muitas mudanças na produção e troca das coisas da vida material são pensadas com o intuito de se aumentar o mais-valor. Muitas mudanças são criadas pelos trabalhadores com o intuito de facilitar seu trabalho, mas os burgueses se apropriam delas, e são usadas para aumentar o mais-valor. O trabalhador pensa um método de diminuir seu trabalho, mas o burguês usa esse método, sem diminuir o trabalho dos trabalhadores, diminuindo a quantidade de trabalhadores envolvidos no processo produtivo.

Desse modo podemos estabelecer que a força da burguesia se assenta na propriedade privada, ou seja, na separação dos homens dos meios de produção da vida material, e continua a se desenvolver quando os Estados legitimam relações sociais de produção que favorecem essa separação, constringendo a humanidade a comprar ou vender força de trabalho para produzir a vida material, isto gera um processo global de reificação dos sujeitos.

Por fim, a alienação também pode ser percebida em dois sentidos. O primeiro é o filosófico, onde criamos algo que se separa de nós e nos determina, e o segundo é o sentido literal de alienação, que é separar, a separação entre o trabalhador e os meios de produção da vida material. Os trabalhadores são separados dos meios de produção da vida material, esses não lhes pertencem, não têm acesso a eles. Com isso, são separados dos produtos do trabalho, estão separados dos meios de trabalho, estão separados do seu ser social e do seu ser genérico. Isso isolado, cria uma ideia idílica de que alguns movimentos ainda podem ser retomados, propondo uma ruptura, seja através do afastamento da sociedade capitalista para viver em comunidades alternativas, seja se marginalizando dentro da sociedade capitalista com movimentos de contracultura, mas que são sempre malvistas³². A questão posta é saber de que

³² Como o movimento punk.

outras coisas o capitalismo pode ter separado os homens, e para entender isso precisamos entender a administração e a economia no século XX.

A alienação/estranhamento são conceitos que movem um grande debate no século XIX. Podemos afirmar desde já que, se houve alguma mudança nos conceitos no século XX, não foi na esfera epistêmica/ontológica, nem na esfera superestrutural. Como já dissemos, a relação ontológica da apreensão da externalidade do objeto é um processo fisiológico que não se altera, e a parte jurídica ou ideológica da superestrutura é uma coisa que o capitalismo não permitirá que mude, é a condição de compra e venda da força de trabalho, ou seja, a alienação dos meios de produção da vida material.

1.5 – Gramsci, Croce e o conceito no século XX

Agora veremos a disputa intelectual que ainda existe principalmente entre Antônio Gramsci e Benedito Croce, o primeiro defendendo os conceitos marxistas e o segundo conceitos hegelianos. No decorrer do século XX, mais autores trataram do tema de alienação, como Lukács e Mészáros, entretanto o conceito foi desenvolvido em um debate interno do marxismo, seja observando seus aspectos sociológicos e culturais, com a explicação de como os conceitos permanecem no século XX, seja aplicando o conceito à estética, sem observar se são desenvolvidas novas formas de alienação nas mudanças na produção na vida material. Eles demonstram que, mesmo com a produção mudando, a teoria marxiana ainda é válida, contudo não há um debate forte com autores idealistas nem mudanças significativas em como a alienação é vista. A parte que nos interessa neste trabalho é ver como o debate com o idealismo progride com Gramsci defendendo a posição marxiana e Croce utilizando o conceito hegeliano, o que enfraquece após eles, pois não houve um número representativamente forte de hegelianos defendendo alienação como Hegel e Croce usavam. Ou seja, a alienação como estabelecida por Marx é explicada e difundida por outros autores, sem o debate com o idealismo.

Antonio Gramsci foi um pensador materialista histórico italiano que viveu entre 1891 e 1937. Esteve preso entre 1926 e 1937, devido à sua luta política. Neste período ele escreveu uma série de Cadernos que foram publicados postumamente com o nome de *Cadernos do Cárcere*. Nestes vemos que Gramsci precisou enfrentar o idealismo do mesmo modo que Marx e Engels em seu tempo. O debate com o hegelianismo foi intenso, principalmente porque, na época, intelectualmente, enquanto o marxismo estava entre os mais ativos

representantes das forças progressistas, o hegelianismo estava entre os mais influentes representantes intelectuais das forças conservadoras.

Como o debate total de Gramsci com o idealismo não é o foco deste trabalho, vamos nos concentrar na discussão com Benedetto Croce. Gramsci o desenvolve no *Caderno 10* escrito no cárcere, especialmente nos §5 e §41, onde estão mais evidentes o uso de Croce do conceito de alienação, apesar de aparecerem também nos §6, §7, §8, §10, §11, §21 entre outros.

Croce era, na época, um dos mais importantes intelectuais do mundo, sendo chamado para congressos e conferências em diversas universidades, e, para além da vida acadêmica, escrevendo para importantes jornais. No cárcere, ao retomar a discussão com Croce, Gramsci aponta que Croce, como Feuerbach, coloca na fé a atribuição de criar um novo pensamento, ou melhor. Gramsci diz que Croce tenta induzir que a religião crie um novo tipo de pensamento:

A posição de Croce em face da religião é um dos pontos mais importantes que devem ser analisados para compreender o significado histórico do crocianismo na história da cultura italiana. Para Croce a religião é uma concepção da realidade, com uma moral conforme a essa concepção, apresentada em forma mitológica. Portanto, cada filosofia é religião, ou seja, cada concepção de mundo, enquanto se torna “fé”, isto é, em que é considerada não como atividade teórica (de criação de novo pensamento), mas como estímulo à ação (atividade ético-política concreta, de criação de nova história). (Gramsci, 2024A, p13)

A diferença é que Feuerbach, ao formular que a religião, cria um novo pensamento, não entende essa ação como ético política. Croce, por outro lado, vê essa ação como tal, como podemos ver na citação acima. Desse modo, mais uma vez é posta na filosofia uma disputa entre uma visão de mundo que inverte a posição dialética entre o ideal e o material, entre a criação de uma nova história e a história concreta, criando uma nova visão de mundo. Ao fim e ao cabo, a ideia de se reescrever a história como sendo base de uma força motriz para a criação de um novo mundo não é algo novo. A questão que fica posta a partir de Marx é que a história pode ser material, baseada em fatos, ou idealizada, baseada em elocubrações do que aqueles que contam a história querem que ela seja. Dos dois modos a motivação é política: ou a mudança do mundo com a superação das contradições e da dominação de classe, ou a conservação do mundo como está. Sobre esse reescrever a história e o que Croce acredita ser o papel da religião neste processo, Gramsci comenta:

A filosofia da práxis pretende, ao invés disso, justificar não com princípios genéricos, mas com a história concreta, a historicidade das filosofias, historicidade que é dialética porque dá origem a lutas de sistemas, a lutas

entre formas de ver a realidade, e seria estranho se aqueles que estão convencidos de sua própria filosofia considerassem as crenças do adversário concretas e não ilusórias (e é disso que se trata, pois de outra forma os filósofos da práxis teriam que considerar suas próprias concepções ilusórias ou serem céticos e agnósticos). Mas, o mais interessante é o seguinte: que a doutrina de Croce sobre a origem prática do erro nada mais é do que a filosofia da práxis reduzida a uma doutrina particular. Neste caso, o erro de Croce é a ilusão dos filósofos da práxis. Somente esse erro e essa ilusão devem significar, no caso dessa filosofia, nada mais do que uma «categoria histórica» transeunte para mudanças na práxis, ou seja, a afirmação da historicidade das filosofias não apenas, mas também uma explicação realista de todas as concepções subjetivistas da realidade. A teoria das superestruturas nada mais é que a solução filosófica e histórica do idealismo subjetivista. Ao lado da doutrina da origem prática do erro está a teoria das ideologias políticas explicada por Croce em seu significado como instrumentos práticos de ação: mas onde encontrar o limite entre o que deve ser entendido como ideologia no sentido estrito de Croce e a ideologia no sentido da filosofia da práxis, ou seja, todo o conjunto de superestruturas? Também neste caso, a filosofia da práxis serviu à Croce para construir uma doutrina particular. Por outro lado, tanto o «erro» quanto a «ideologia como instrumento prático de ação», para Croce, também podem ser representados por sistemas filosóficos inteiros que são todos um erro, pois se originam de necessidades práticas e necessidades sociais. Embora ele não tenha escrito isto explicitamente até agora, não seria surpreendente se Croce sustentasse a origem prática das religiões mitológicas e assim explicasse o seu erro por um lado, e sua resistência tenaz às críticas das filosofias seculares por outro, pois alguma dica disso pode ser encontrada em seus escritos (Maquiavel, com sua concepção da religião como instrumento de dominação, poderia já ter enunciado a tese da origem prática das religiões). (Gramsci, 2024A, p93-94)

Em outras passagens podemos ver que Gramsci reconhece que Croce entende bem de Hegel e compreende sua dialética melhor que os neohegelianos, e, para além disso, entende de economia. Assim, muitas das críticas ao idealismo neohegeliano não podem ser feitas ao Croce. No *Caderno 10*, Gramsci menciona várias vezes textos em que Croce escreve sobre o materialismo histórico³³, e com esse conhecimento do materialismo histórico Croce assimila a importância da economia, mas Gramsci aponta que Croce, como outros, cai na armadilha de dizer que a filosofia da práxis é economicista³⁴, sem entender que a compreensão da economia é uma ferramenta para se entender a realidade material em suas relações de produção e troca. Desse modo, Gramsci explica que Croce analisa a teoria do valor como uma comparação elíptica. Sua crítica à economia está ligada à concepção hegeliana de um Estado enquanto

³³ Como exemplo temos: “A posição de Croce sobre isso foi expressa em vários escritos; interessante especialmente, o Prefácio de 1917 à nova edição de *Materialismo Storico*, a seção dedicada ao materialismo histórico na *Storia della storiografia italiana nel secolo XIX*” (Gramsci, 2024A, p28)

³⁴ “Croce, reduzindo a filosofia da práxis a um cânone prático de interpretação histórica, com o qual se chama a atenção dos historiadores para a importância dos fatos econômicos, não fez mais do que reduzi-la a uma forma de economicismo.” (Gramsci, 2024A, p31)

agente da história, e não enquanto expressão da economia, e que as posições da economia, enquanto uma disciplina pura, são arbitrárias, o que faz Gramsci levantar questões:

Além da objeção de que a teoria do valor tem sua origem em Ricardo, que certamente não pretendia fazer uma comparação elíptica no sentido que Croce pensa, algumas outras séries de raciocínios devem ser acrescentadas. A teoria de Ricardo foi arbitrária, e a solução mais precisa da economia crítica é arbitrária? E onde, no raciocínio, estaria a arbitrariedade ou sofisma? Seria preciso estudar bem a teoria de Ricardo, e especialmente a teoria do Estado como agente econômico, como a força que protege o direito de propriedade, ou seja, o monopólio dos meios de produção. É certo que o Estado *ut sic* não produz a situação econômica, mas é a expressão da situação econômica, porém pode-se falar do Estado como um agente econômico na medida em que é precisamente o Estado que é sinônimo desta situação. Se se estuda a pura hipótese econômica, como Ricardo pretendia fazer, não será necessário desconsiderar esta situação de força representada pelos Estados e o monopólio legal da propriedade? Que a questão não é ociosa, é demonstrada pelas mudanças trazidas na situação de força existente na sociedade civil pelo nascimento das Trade-Union, mesmo que o Estado não tenha mudado na natureza. Não se tratava, portanto, de uma comparação elíptica, feita com vistas a uma futura forma social diferente daquela estudada, mas de uma teoria resultante da redução da sociedade econômica à pura «economicidade», ou seja, ao máximo da determinação do «livre jogo das forças econômicas» [...] O valor polêmico e de educação moral e política, embora sem perder sua objetividade, era adquiri-lo somente com a Economia Crítica. O problema está então ligado ao problema fundamental da ciência econômica “pura”, ou seja, à identificação do que deve ser o conceito e do fato historicamente determinado, independente dos outros conceitos e fatos pertinentes às outras ciências: o fato determinado da ciência econômica | moderna só pode ser o de mercadoria, de produção e distribuição de mercadoria e não um conceito filosófico como Croce gostaria, para quem até mesmo o amor é um fato econômico e toda “natureza” está reduzida ao conceito de economia. (Gramsci, 2024, p104-105)

Gramsci, nessa passagem, aponta o fato de que Croce compara a teoria do valor de Ricardo à economia política vulgar, dizendo que a teoria do valor de Ricardo é arbitrária e que a economia política vulgar faz uma redução da sociedade à economia pura. Ele diz que essa prática desconsidera os acordos comerciais entre países³⁵, como se isso mudasse a natureza do estado, mas essa compreensão só poderia ser alcançada pela Economia Crítica. Ou seja, Croce, em sua crítica, não percebe que o problema está na economia política pura. Gramsci conclui dizendo:

Deve-se notar também que, se quisermos, toda linguagem é uma série de comparações elípticas, que a história é uma comparação implícita entre o passado e o presente (atualidade histórica) ou entre dois momentos distintos de desenvolvimento histórico. E por que a elipse é ilícita se a comparação for feita com uma hipótese futura, enquanto seria lícito se a comparação for feita com um fato passado (que nesse caso é assumido precisamente como

³⁵ Trade-Union

uma hipótese, como um ponto de referência útil para melhor compreender o presente)? O próprio Croce, falando de previsões, sustenta que a previsão nada mais é do que um juízo especial sobre a atualidade que só se conhece, já que não se pode conhecer o futuro por definição porque ele não existe e não existiu e não se pode conhecer o inexistente (ver *Conversazioni Critiche*, Primeira série, 150-153 pp.). Tem-se a impressão de que o raciocínio de Croce é antes o de um literato e construtor de frases de efeito. (Gramsci, 2024A, p105-106)

Mesmo com uma crítica que não incorpora a economia crítica, Croce entende de economia e debate com ela. Gramsci também precisa entender do tema para que o debate não seja dominado pela crítica idealista à economia, para que a posição dos comunistas seja clara na luta de classes, pois a crítica croceana à economia não é uma crítica que visa a transformação, enquanto a crítica comunista visa.

A escolha de Croce em discordar do materialismo histórico-dialético, de suas premissas e de suas conclusões, é política, e lhe resta atacar o materialismo histórico, acusando-o de cientificismo. É por isso que, mesmo entendendo do materialismo histórico, ele escolhe ser idealista e insistir que a Razão deva conduzir a História:

Croce reprova a filosofia da práxis por seu “cientificismo”, sua superstição “materialista”, seu suposto retorno à “Idade Média intelectual”. Estas são as reprovações que Erasmo, na linguagem da época, fez contra o luteranismo. O homem da Renascença e o homem criado pelo desenvolvimento da Reforma se fundiram no intelectual moderno do tipo Croce, mas se este tipo seria incompreensível sem a Reforma, ele não pode mais entender o processo histórico pelo qual a partir do Lutero “medieval” chegamos necessariamente a Hegel e, portanto, diante da grande reforma intelectual e moral representada pela difusão da filosofia da práxis, ele reproduz mecanicamente a atitude de Erasmo. (Gramsci, 2024A, p88)

Croce é, nesse sentido, o grande representante do pensamento conservador, com sua posição estritamente hegeliana sobre a relação do eu com o Estado, e no ponto em que o Estado é promotor da liberdade, o que faz com que ele seja um grande defensor das superestruturas. Buci-Glucksmann coloca isso da seguinte forma:

Por um lado, os intelectuais tradicionais, com seu espírito de corpo e de casta, constituem realmente uma elite dirigente mediadora do consenso entre Estado e sociedade. São, no sentido pleno, “funcionários das superestruturas”, porta vozes do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político. Seu estudo está ligado aos dos diferentes aparelhos de hegemonia da classe dominante, cuja expansão eles asseguram. Tal posição exclui que esses intelectuais sejam atravessados em seu ser social pela contradição antagônica do modo de produção capitalista (forças produtivas/relações de produção). No sentido em que poderíamos afirmar hoje que o ser social dos intelectuais-assalariados se encontra às voltas com um tipo de contradição, que questiona qualquer “modelo elitista”. Digamos que sua posição no interior desses

aparelhos torna-se contraditória com seu ser social. A experiência da desqualificação, do desemprego, a perspectiva de um desenvolvimento possível das ciências e das técnicas, liberadas das finalidades do lucro, abrem uma brecha ideológico-política no lugar que a burguesia monopolista lhes atribui, no seio da reprodução de seu sistema de dominação. (Buci-Glucksman, 1980, p55-56)

Nesse sentido, no campo intelectual, o embate com os pensadores liberais, especialmente Croce, se mostra complexo, pois, mesmo conhecendo o pensamento de Marx, Croce não aceita suas premissas, que são premissas que se contrapõe à ideologia dominante e ao senso comum, e com o espaço que ele tem em jornais, fica muito fácil para ele reforçar a ideologia dominante baseada em grande parte no senso comum. Croce pensa o Estado de modo hegeliano, e tenta avançar na perspectiva hegeliana, vendo o desenvolvimento, o avanço, a complexificação e o aumento das funções do Estado como formas de aumento da liberdade positiva. Há um ponto positivo nisso, pelo fato de o Estado ser a base para a existência de um povo, ele precisa educar este povo para que este se sinta parte do Estado. Mas, ao ignorar os pressupostos marxistas, ele ignora que o Estado é uma estrutura de dominação de classe e que, por esse motivo, não quer o povo.

Será que a estrutura é concebida como algo imóvel e absoluto ou não como a própria realidade em movimento, e a afirmação nas *Teses sobre Feuerbach* do «educador que deve ser educado» não representa uma relação necessária de reação ativa do homem sobre a estrutura, afirmando a unidade do processo do real? O conceito de «bloco histórico» construído por Sorel captou precisamente esta unidade apoiada pela filosofia da práxis. Deve-se notar quão cauteloso e prudente Croce foi nos primeiros ensaios coletados no MSEM e quantas reservas ele tinha ao enunciar suas críticas e interpretações (será interessante registrar estas reservas cautelosas) e quão diferente é seu método nestes escritos recentes, que, se atingissem o alvo, demonstrariam como ele perdeu seu tempo no primeiro período e foi extraordinariamente simples e superficial. Só então Croce ao menos tentou justificar logicamente suas afirmações cautelosas, enquanto hoje ele se tornou peremptório e não acredita que nenhuma justificativa seja necessária. Pode-se encontrar a origem prática de seu erro atual lembrando o fato de que, antes do século XIX, ele se considerava honrado de passar mesmo politicamente como seguidor da filosofia da práxis, pois então a situação histórica fez deste movimento um aliado do liberalismo, enquanto hoje as coisas mudaram muito e certas brincadeiras seriam perigosas. (Gramsci, 2024A, p95)

No que toca à alienação, Gramsci, em seus escritos jornalísticos, não aborda tanto o assunto, e quando aborda é no sentido de alienação dos meios de produção da vida material e sua superação, presente no *Manifesto do Partido Comunista*. Nos *Cadernos do Cárcere*, quando vai discutir com Croce, ele aborda o fato de que Croce usa o conceito no sentido de abandono de si em favor do Estado e no sentido em que a religião seria uma instância de

determinação da história, ficando em uma posição intermediária entre Hegel e os neohegelianos:

A aproximação dos dois termos *ética* e *política* na historiografia mais recente de Croce é uma expressão das necessidades nas quais o pensamento histórico de Croce se move: *ética* refere-se à atividade da sociedade civil, à hegemonia; *política* refere-se à iniciativa estatal-governamental e à coerção. Quando há um contraste entre ética e política, entre as exigências de liberdade e as exigências de força, entre a sociedade civil e o Estado-governo, há uma crise, e Croce chega ao ponto de afirmar que o verdadeiro «Estado», ou seja, a força guia do impulso histórico, deve às vezes ser procurado não onde se pensaria, no Estado legalmente compreendido, mas em forças «privadas» e até mesmo nos chamados revolucionários. Esta proposta de Croce é muito importante para compreender plenamente sua concepção de história e política. (Gramsci, 2024A, p96)

Gramsci cumpre um papel fundamental nesse processo de disputa intelectual, ao enfrentar o idealismo croceano. Se, por um lado, Marx e Engels confrontam uma filosofia nascente, mas que começava a ganhar força e que pretendia se afirmar como força cultural e ideologia dominante, pelo menos na Alemanha³⁶, de sua parte, Gramsci confronta um dos maiores intelectuais da Europa do seu tempo, e a posição dos neohegelianos em muitos pontos. As noções idealistas conseguiram se firmar como ideias dominantes na sociedade, pois são as ideias da classe dominante. Esse fato, porém, não se deu como os neohegelianos desejavam. Marx, Engels, Gramsci e os movimentos de esquerda tiveram muita influência na sociedade e na intelectualidade.

O hegelianismo se propagou e tentou se firmar como corrente filosófica predominante no fim do século XIX e início do século XX. Apesar dos esforços comunistas para demonstrar que é a realidade que determina a razão, e não a Razão que determina a realidade, que a realidade não corresponde à Razão, mas que a razão humana que corresponde à realidade, o

³⁶ Como Marx e Engels colocam logo no início de *A Ideologia Alemã* “Conforme anunciam os ideólogos alemães, a Alemanha teria passado nos últimos anos por uma revolução sem igual. O processo de decomposição do sistema hegeliano, que começara com Strauß, desenvolveu-se a ponto de se transformar numa fermentação mundial em que foram envolvidas todas as “potências do passado”. Nesse caos geral, formaram-se poderosos impérios para logo perecerem; emergiram heróis momentaneamente para, em seguida, serem catapultados de volta às trevas por rivais mais arrojados e poderosos. Foi uma revolução diante da qual a Revolução Francesa não passou de um brinquedo de criança; uma luta mundial diante da qual os combates dos diádicos pareceriam mesquinhos. Uma vez deslocados os princípios, os heróis do pensamento atropelaram-se uns aos outros com uma precipitação inusitada, e em três anos, de 1842 a 1845, revirou-se mais o solo da Alemanha do que nos três séculos anteriores. Tudo isso teria acontecido no terreno do pensamento puro (...) Os industriais filosóficos, que até então haviam vivido da exploração do espírito absoluto, lançaram-se então a novas combinações. Cada um se dedicava a explorar, com a maior diligência possível, a parte que lhe fora destinada por sorte. Isso não poderia se dar sem concorrência. Inicialmente, tal concorrência foi conduzida de forma bem burguesa e séria. Mais tarde, quando o mercado alemão estava abarrotado e, apesar de todos os esforços, não se conseguia mais escoar a mercadoria no mercado mundial, o negócio deteriorou-se segundo a maneira comum aos alemães, por meio da produção fabril adulterada, da piora da qualidade, da sofisticação da matéria-prima, da falsificação dos rótulos, de compras simuladas, de letras de câmbio sem cobertura e de um sistema de crédito carente de qualquer base real.” (Marx e Engels, 2007, p85-86)

disputatio não estava definido acerca de muitos conceitos, mesmo porque, nesse contexto, a disputa é também política, e vencê-la significaria se tornar a visão ideológica dominante. A noção de alienação que chegou ao senso comum, que normalmente se refere a não estar envolvido na vida política, está muito mais próxima da posição comunista do que da visão idealista, mesmo o comunismo não tendo se tornado ideologia dominante. Isso indica que a disputa ainda não está vencida.

Para além do Marxismo, existem outras linhas de pensamento na esquerda, e pensadores de outras áreas também leem textos do materialismo histórico-dialético, muitos com uma posição relativamente receptiva, como os frankfurtianos que incorporam muito do pensamento marxista em seu pensamento, mas continuam liberais. Outros os leem com uma posição que visa criticar, como Croce, que tem uma leitura crítica de Marx, porque não aceita as mesmas premissas. Isso aponta que o embate que Marx e Engels tiveram com os jovens hegelianos e que Gramsci teve com Croce é o embate que os materialistas histórico-dialéticos têm sempre que ter com o idealismo, combatendo a visão idealista de mundo e de sociedade. Gramsci enfrenta, além dos intelectuais da direita, o fascismo. O fato de que os pensadores de esquerda têm uma posição relevante no início do século XX e os avanços sociais dos trabalhadores demonstram que, com seu trabalho intelectual e político, Marx e Engels, entre outros pensadores dos meados do século XIX, conseguiram, em alguns aspectos, vencer a disputa intelectual e, pelo menos no Leste, a disputa política.

Capítulo 2 – Teoria do valor e mudanças na produção da vida material.

2. 1 – O debate sobre a teoria do valor.

Marx, ao começar seus estudos sobre economia política, discute sobre o dinheiro, o salário, o preço, o valor etc., e sua discussão é com Adam Smith, David Ricardo, Malthus, Quesnay, List, Say etc. O debate com esses autores demonstra que se sai do campo da filosofia puramente especulativa em que estava o debate com Hegel e os jovens hegelianos. Aqui focaremos em Smith e Ricardo e no debate sobre o valor e a troca.

Se fossemos fazer com o valor o mesmo que fizemos com *Entausserung* e *Entfremdung*, no sentido de tentar esmiuçar o conceito a partir da sua etimologia, veríamos que no processo histórico houve a transição do sentido do uso da palavra valor, principalmente veríamos como a sociedade capitalista muda totalmente o uso da palavra. Desse modo, sem nos detalharmos muito, valor, em latim: *valere*³⁷, significa: aparentar ter boa saúde, ter força, mérito, e no sentido moral: coragem, bravura³⁸. Não vamos entrar muito no processo pelo qual no capitalismo começamos a associar valor ao custo, ou ao preço, pois esse não é nosso foco, mas podemos especular que o valor de uma mercadoria, seja associado ao seu mérito. Se uma mercadoria merece que seja gasta uma quantia nela, de trabalho ou dinheiro para produzi-la ou adquiri-la, ela tem seu valor. Sendo assim, valor não se refere a uma cifra em uma etiqueta, mas ao merecimento de uma mercadoria: se uma mercadoria cumpre com mérito uma certa função, ela tem seu valor de uso, se uma mercadoria tem mérito de uso, as pessoas vão querer trocar por outras mercadorias que têm igual mérito, tendo mérito na troca. Assim, podemos especular que quando uma mercadoria merece que seja trocada uma quantia em mercadoria universal por ela, ela tem um mérito que é quantificado através do preço, que é a representação do valor de troca³⁹.

Smith começa pela história dos meios de produção e troca, sendo ele um economista que dá mais valor à troca do que à produção. Trata-se de uma história idealizada, mais

³⁷ Em alemão, *Wert* tem um significado bem próximo, porém etimologicamente é comparado com *pretium* em latim, e, aparentemente, passou pelo processo inverso, começou referindo-se ao preço, mas passou a ser associado ao mérito e à virtude moral, pois mesmo o preço aparece como uma característica não financeira, quando se fala em apreciar ou prezar.

³⁸ Coisa que Marx observa brevemente em *O Capital*. “Observe-se, de passagem, que, além do hebraico, possui a linguagem das mercadorias muitos outros dialetos, mais ou menos precisos. A palavra alemã “*Werstein*”, por exemplo, ao indicar que B é o equivalente a A, exprime de modo menos contundente os verbos neolatinos *valere*, *valer*, *valor*, que essa equiparação é a própria expressão do valor de A. Paris vale bem uma missa” (Marx, 2013, p74)

³⁹ Nesse sentido, uma crítica ao uso confuso da palavra valor existe no livro *O Retrato de Dorian Gray* de Oscar Wilde: “Hoje em dia, as pessoas sabem o preço de tudo, mas não sabem o valor de nada” (Wilde, 2002, p58)

próxima do que faziam os jovens hegelianos, mas que, entretanto, possuía uma certa materialidade. Porém enquanto Smith viu parte deste processo presencialmente na Escócia, Ricardo só consegue apreender a passagem do feudalismo para o capitalismo de modo especulativo, diferentemente também de Marx e Engels, que viram na Alemanha e na França um processo que aconteceu na Inglaterra alguns anos antes e tiveram contato com os operários que foram expulsos do campo. Ou seja, enquanto Smith, Marx e Engels viram esse processo a seus modos, Ricardo sabe apenas pelo relato, em livros sobre o processo de êxodo rural e de como os camponeses se relacionavam entre si, e no que se refere à troca da produção e adoção do salário substituindo o método de pagar mercadoria com mercadoria. Nessa época, a economia política, que alguns buscavam emancipar de outras disciplinas, precisava encontrar um objeto próprio para estudo, para isso os primeiros teóricos da economia política burguesa separavam a economia da política e do social. Desse modo, eles utilizavam-se de uma história muito recente para afirmar que era muito parecido na antiguidade e no medievo, como explica Michael Heinrich:

O objeto específico da economia política surge com a sociedade burguesa e no seio dela. Certamente as questões econômicas já eram objeto de discussão na pólis grega e no medievo, mas a economia política não tem como objeto simplesmente um conjunto de problemas econômicos que surgiram em diferentes contextos, mas sim a economia, ou seja, a produção e distribuição de riqueza como uma esfera independente da sociedade, regulada por leis próprias. Somente na presença de um objeto independente e autônomo podemos falar de uma ciência por si só, e somente o nascimento da produção capitalista de mercadorias permitiu pensar sobre economia dessa maneira. Porque é somente com a dissolução, operada pela produção capitalista, de toda ligação natural entre status social e atividade produtiva, de toda forma tradicional de organização social, que a política e a economia se autonomizaram como duas esferas separadas. Estado e sociedade estão então frente a frente: a vida do Estado é política, enquanto a vida social é acima de tudo econômica. A economia política como ciência empírica de uma esfera econômica separada, portanto, só é possível na sociedade burguesa. Somente sob a ótica de uma historiografia retrospectiva, que utiliza o aparato categórico hodierno como critério de juízo para as ideias do passado, os temas econômicos abordados pelos gregos e no medievo podem ser reunidos e tratados como "precursores" da ciência econômica moderna. (Heinrich, 2014, p28)⁴⁰ (tradução nossa)

⁴⁰ Das spezifische Objekt der politischen Ökonomie entsteht erst mit und in der bürgerlichen Gesellschaft. Zwar werden auch schon in der griechischen Polis und im Mittelalter ökonomische Fragen diskutiert; Gegenstand der *politischen Ökonomie* ist aber nicht einfach eine Summe ökonomischer Probleme, die in verschiedenen Zusammenhängen auftauchen, sondern *Ökonomie*, Produktion und Distribution des Reichtums, als eine *selbständige* und *eigengesetzliche* Sphäre der Gesellschaft. Es ist allein diese Selbständigkeit und Eigengesetzlichkeit des Objekts, die es erlaubt, von einer eigenständigen Wissenschaft zu sprechen. Eine derartige Wahrnehmung von Ökonomie ist erst mit der Herausbildung der kapitalistischen Warenproduktion möglich. Indem diese alle naturwüchsigen Verbindungen von gesellschaftlichem Stand und produktiver Tätigkeit, alle traditionellen Formen gesellschaftlicher Organisation auflöst, entstehen Politik und Ökonomie überhaupt erst als voneinander getrennte Sphären. *Staat* und *Gesellschaft* stehen sich jetzt gegenüber, das staatliche Leben ist *politisch*, das gesellschaftliche Leben vor allem *ökonomisch*. Politische Ökonomie als empirische Wissenschaft

Comparativamente, as análises de Marx ficam ainda mais completas, pois ele também acompanha de perto a imigração irlandesa para a Inglaterra e o avanço das relações capitalísticas no mundo. Essa saída do campo, que causa a alienação do ser genérico, é vista por Ricardo como um movimento lógico de mercado, mas essa saída não foi um movimento voluntário de busca por trabalho e sim um constrangimento provocado pela expulsão do campo com o fim das terras comuns. O deslocamento dos desterrados, buscando um lugar onde sua única mercadoria, a força de trabalho, seria mais bem paga, as cidades, foi um movimento voluntário, logo ele considera que os trabalhadores irem do campo para a cidade é um movimento de mercado. Engels, na *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, fala em expulsão dos trabalhadores do campo, isto porque, mesmo tendo uma origem burguesa, ele e Marx tiveram contato com os trabalhadores e com suas perspectivas. Essa diferença é fundamental para se entender as conclusões, inocentes ou cínicas, de Ricardo sobre a relação entre ricos e pobres. Ricardo vê as ações dos trabalhadores com um caráter volitivo e baseado na competição, para ele os homens saíram do campo porque quiseram.

Nessa perspectiva idealizada, Smith aponta que a divisão de trabalho permite a simplificação das funções e, para além disso, liberta os seres humanos de uma grande quantidade de outros trabalhos, que precisariam fazer para produzir os itens necessários à sua subsistência. Smith é o primeiro pensador a observar profundamente a importância da troca. Por um lado, a divisão do trabalho é um agente facilitador da vida, pois nenhum ser humano precisa produzir todas as coisas necessárias para sobreviver, já que ele pode trocar. Por outro, a divisão do trabalho e a troca melhoram a qualidade das coisas, pois quando cada pessoa se dedica a produzir apenas uma coisa, estas pessoas com o tempo produziram melhor e mais rápido.

Quando a divisão do trabalho se estabelece definitivamente, só uma pequena parte das necessidades de um homem passa a ser satisfeita pelo produto do seu próprio trabalho. A grande maioria das suas necessidades é satisfeita pela troca do excedente da sua própria produção, que é sempre maior do que precisa para o seu consumo, pelo excedente da produção dos outros homens. Todos os homens, portanto, mantêm-se devido à troca, tornando-se em certa medida mercadores; e a própria sociedade tende a constituir-se como uma sociedade comercial. (Smith, 1974, 27)

von einer selbständigen ökonomischen Sphäre ist daher erst in der bürgerlichen Gesellschaft möglich. Nur eine retrospektive Geschichtsschreibung, die den gegenwärtigen kategorialen Apparat als Maßstab für die Ideen der Vergangenheit verwendet, kann die bei den Griechen und im Mittelalter behandelten ökonomischen Themen als „Vorläufer“ der modernen Wissenschaft zusammenstellen. (Heinrich, 2014, p28)

Desse modo, Smith foca na troca como base para o capitalismo e para a riqueza das nações, e a explicação de Smith acerca do porquê as nações são ricas é que elas são ricas pois têm mais riqueza naturais para explorar e produzem tipos variados de mercadorias. Para ele, são as trocas e a possibilidade de troca que movimentam a economia, e estas tendências são naturais. Por isso, sempre que Smith ou Ricardo falam que uma coisa tende a uma certa direção, como na passagem acima, eles consideram que essa é sua direção natural.

Smith afirma que indivíduos isolados vão aumentar a sua produção para trocar. Ou seja, mediante a possibilidade de troca, sobre a produção de uma mercadoria específica, ela pode ser criada, ou aumentar, ou diminuir, ou pode aparecer concorrentes, tudo visando a troca. Isso explica que, para Smith, na história os ricos se tornam ricos por produzirem mercadorias que permitam mais trocas⁴¹, e esta importância que ele põe nas trocas é que vai levá-lo a desconsiderar aspectos importantes da produção e a dedicar os capítulos II e III da sua obra a detalhar e comentar o processo de divisão do trabalho, para explicar como se deu o desenvolvimento do processo de troca e sua importância para o capitalismo.

Por outro lado, Ricardo foca na produção, tentando entender o valor da mercadoria, sua relação com a produção, investigando a relação entre o objeto e seus vários tipos de valores. Assim, ele não observa a relação do homem com o objeto, ele vê o objeto apenas como mercadoria, apenas como algo dado.

Marx avança, pois olha o objeto antes da troca como uma potencialidade, coisa que Smith e Ricardo não fazem. Marx percebe que a realização do consumo se dá pela troca, e é na venda que a mercadoria realiza suas potencialidades como objeto. Um casaco de linho só realiza sua potência de proteger do frio se alguém o usa para proteger-se do frio, enquanto vai de uma mão para outra, como mercadoria, é apenas matéria ocupando um espaço, com uma finalidade que nunca se cumpre.

Deve notar-se que a palavra valor tem dois sentidos diferentes, podendo exprimir a utilidade de um dado objeto ou a possibilidade de esse objeto servir para comprar outras mercadorias. No primeiro caso trata-se do "valor de uso", e no segundo do "valor de troca". As coisas que têm grande valor de uso têm freqüentemente pequeno ou nenhum valor de troca; e, pelo contrário, aquelas que têm maior valor de troca têm muitas vezes pouco ou nenhum valor de uso. Nada é mais útil do que a água; mas com ela quase nada se pode comprar e quase nada pode ser trocado por ela. Um diamante, pelo contrário, não tem quase nenhum valor de uso; mas pode normalmente servir para obter uma grande quantidade de outras mercadorias. (Smith, 1974, p31)

⁴¹ Smith afirma que a troca é antiquíssima e foi assim desde o início das civilizações, na antiguidade o que os reis podiam trocar era a proteção.

Vemos que a dupla acepção da palavra valor já é considerada por Adam Smith, mas somente no sentido de valor de uso e valor de troca. Por causa do trabalho, ele não explora o que na coisa faz dela ser uma coisa valorosa. Smith usa isso como explicação do que motiva a troca, mas vai fazer suas observações no sentido de investigar como a troca de mercadorias se desenvolve e como ela ocorre nas nações ricas. Ricardo é quem vai analisar as questões que envolvem os vários processos em torno da produção de valor. Ele pontua que existe: o valor de uso e o valor de troca, mas também valor relativo, valor absoluto, valor nominal, valor real, valor corrente, valor monetário, valor invariável e valor comparativo.

Valor relativo e valor comparativo referem-se à mesma condição do valor em situações diferentes, referem-se ao valor da mercadoria em relação a outras mercadorias. Entretanto valor comparativo é usado quando se comparam mercadorias variadas e valor relativo para comparar as mercadorias com o dinheiro. Smith e Ricardo trabalham o dinheiro como mercadoria equivalente, como mercadoria que compra outras mercadorias, o que Marx vai chamar de mercadoria equivalente universal. Porém a investigação de Marx é uma investigação causal sobre o valor, coisa que os Smith e Ricardo não fizeram, pois para eles a discussão acerca do valor se circunscrevia à produção de valor pelo trabalho e como este produzia o valor natural da mercadoria.

Descrever que as mercadorias são equivalentes e como são equivalentes, também que, por essa natureza equivalente, é necessário a criação de uma mercadoria como termo médio que represente o valor numérico das mercadorias e que permita o entesouramento, descrevendo ainda como essas equivalências operam na economia, não explica absolutamente nada sobre como criamos o valor. Ricardo ainda consegue explicar como extraímos mais-valor, como através do trabalho e do trabalho explorado aumentamos o valor da mercadoria como valor agregado, mas não explica como o criamos. Marx, na passagem abaixo, encontra a explicação incluindo uma palavra que outros economistas muitas vezes ignoram: “socialmente”. Todo valor, especialmente o dinheiro é socialmente construído, é socialmente acordado. Marx afirma:

A forma de equivalente geral é, em suma, forma de valor. Pode, portanto, ocorrer a qualquer mercadoria. Por outro lado, uma mercadoria só assume forma de equivalente geral [...] por estar e enquanto estiver destacada como equivalente por todas as outras mercadorias. E só a partir do momento em que esse destaque se limita, terminantemente, a uma determinada mercadoria, adquire a forma unitária do valor relativo do mundo das mercadorias consistência objetiva e validade social universal. Então, mercadoria determinada, com cuja forma natural se identifica socialmente a forma de equivalente, torna-se mercadoria-dinheiro, funciona como dinheiro. Desempenhar o papel de equivalente universal torna-se sua

função social específica, seu monopólio social, no mundo das mercadorias. (Marx, 2013, p91)

Observa-se que o valor de uso é individual e relacional entre o consumidor final e o objeto, e que o valor de troca é socialmente construído, enquanto Ricardo desenvolve as questões referentes aos diferentes valores que a mesma mercadoria pode apresentar. Teorizando que valor corrente é o preço de uma mercadoria que não é seu preço natural, que pode estar elevado por causa de uma escassez, ou pelo fato de que uma mercadoria está na moda. Valor absoluto refere-se ao valor da mercadoria incluídos todos os custos: maquinário, mão-de-obra, materiais, custos fixos etc. Valor de troca, valor real, valor nominal e valor monetário, são modos pelos quais Ricardo se refere ao preço, ou seja, à cifra nas tabelas dos mercados. O problema dessa tentativa de explicar os diferentes números, preços, que aparecem como valor de uma mercadoria, apenas acrescentando adjetivos à palavra valor, é que apenas se desloca a dificuldade, ou seja, escolher uma mercadoria⁴² como padrão de valor e tentar explicá-la apenas como diferentes valores não explica o que é o valor, isso ainda precisa ser explicado, que é o que Marx aponta em *Salário, Preço e Lucro*:

Em geral, é evidente que, ao fazermos do valor de uma mercadoria (digamos, o trabalho, o cereal ou qualquer outra mercadoria) a medida geral e o regulador do valor, apenas deslocamos a dificuldade, uma vez que determinamos um valor por um outro que, por seu lado, também precisa de ser determinado. (Marx, 2010 p97)

Com o conceito de construção social, Marx consegue explicar os vários modos como Ricardo se refere ao valor usando filosofia. Marx percebe que os vários usos do termo valor, acompanhados a cada vez por um adjetivo diferente, na verdade não se referem a valores de modo algum. Ele explica que como o dinheiro é mercadoria equivalente universal, os valores de uso e de troca são permanentes, no sentido em que permanecem no objeto, mesmo que variem conforme a época. Desse modo, o valor de uso é a função que um objeto exerce para o ser humano, e valor de troca é a possibilidade que aquele objeto tem de ser trocado para ser valor de uso para outro, por mais que o valor de troca varie em preço. Ou seja, no número em dinheiro pelo qual a mercadoria é trocada, o seu valor de troca permanece, e o que Ricardo havia chamado de valor absoluto é o que Marx chama o custo de produção da mercadoria, o que Ricardo chama de valor invariável é o que Marx chama capital constante. Marx entende a teoria de Ricardo, mas corrige sua nomenclatura confusa.

⁴² Dinheiro.

Smith e Ricardo invertem a realidade, chamando o valor numérico de valor real e o valor de cada mercadoria de valor nominal. Isso porque esses autores não conseguem conceber que uma arroba de trigo será sempre uma arroba de trigo, rendendo sempre aproximadamente a mesma quantidade de pão ou farinha, do mesmo modo que a mesma quantidade de algodão sempre vai produzir uma quantidade proporcional de linho, do mesmo modo uma barra de ouro será sempre uma barra de ouro e tem sempre o mesmo valor de uso.

Smith e Ricardo fazem assim pois analisam os objetos apenas como mercadoria. Ao fazer isso, desconsideram todas as características qualitativas e quantitativas dos objetos. Eles universalizam os objetos como mercadoria que tentam explicar o valor, o que é, como surge, porque existe. Essa simplificação é desfeita por Marx em *O Capital*, onde ele explica que, ao considerar o objeto apenas como mercadoria, todo o processo de produção fica oculto, todo o trabalho humano de modificação da natureza se esvanece, aparecendo de forma fantasmagórica no objeto. Marx afirma:

À primeira vista, a mercadoria parece ser coisa trivial, imediatamente compreensível. Analisando-a vê-se que ela é algo muito estranho, cheio de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas. Como valor de uso, nada há de misterioso nela, quer observemos sob aspecto de que se destina satisfazer necessidades humanas, com suas propriedades, quer sob o ângulo de que só adquire essas propriedades em consequência do trabalho humano. É evidente que o ser humano, por sua atividade, modifica de modo que lhe é útil a forma dos elementos naturais. Modifica, por exemplo, a forma da madeira, quando dela faz uma mesa. Não obstante a mesa ainda é madeira, coisa prosaica, material. Mas logo se revela mercadoria, transforma-se em algo ao mesmo tempo perceptível e impalpável. Além de estar com os pés no chão, firma sua posição perante as outras mercadorias e expande ideias fixas de sua cabeça de madeira, fenômeno mais fantástico do que se dançasse por iniciativa própria. (Marx, 2013, p92-93)

Com esse desvelamento Marx compreende e demonstra que o que cria valor é o trabalho humano no objeto. É evidente que, por sua utilidade, frutas, legumes e outras coisas consumidas *in natura* culturalmente possuem valor em si por seu uso, mas, economicamente, assim como mercadorias manufaturadas, é o trabalho humano de colher e transportar que agrega um valor que permite que o mais-valor possa ser extraído destas mercadorias. Oswaldo Coggiola explica a diferença entre Marx e outros autores, apontando os méritos no trabalho de Marx sobre o desvelamento de como construímos valor socialmente. Ele afirma:

A mercadoria é uma forma fenomênica da produção material; o capital é a relação social correspondente a essa forma quando ela se torna preponderante. Quando isso acontece, produz-se um incremento em relação ao valor original - um mais-valor - mediante a exploração (uso) da força de trabalho, transformada ela própria em mercadoria. Diversos autores postularam que a troca comercial faz parte da "natureza humana", deduzindo

dessa premissa a naturalidade da busca e da obtenção do lucro, forma transmutada do mais valor. Uma conclusão com dois pressupostos: a) a consideração não histórica da troca; b) a eliminação do caráter específico da troca na sociedade dominada pelo capital, que inclui o comércio (troca) da força de trabalho. Em carta a Friedrich Engels, Marx resumiu a inovação teórica de sua obra principal, *O capital*: “O que há de melhor no meu livro é: 1) (e é sobre isso que repousa toda a compreensão dos fatos) sublinhar, desde o primeiro capítulo, o duplo caráter do trabalho segundo ele se expresse como valor de uso ou como valor de troca; 2) a análise do mais-valor, independentemente de suas formas particulares: lucro, juros, renda da terra, etc” (Coggiola, 2021, p09-10)

Ricardo ainda avança em relação a Smith. Ele observa que é possível uma variação nos preços das mercadorias, pois é possível plantar a mesma quantidade em menos espaço, ou usar variantes mais produtivas, ou ter as plantações afetadas por secas ou cheias prolongadas, o que afeta tanto o consumo direto de vegetais, como a produção de matérias primas para a indústria⁴³. Mas o que nos interessa nesse aspecto é que o produto que o trabalho consegue transformar em mercadoria depende da quantidade de material, independentemente se esse trabalho é realizado por 100 pessoas ou por uma pessoa com a ajuda de uma máquina. Se depois do trabalho se obtêm 1Kg de ouro, de farinha ou de linho, o valor de uso de cada uma destas mercadorias é sempre o mesmo. Assim, na variação do preço, o que muda de valor de troca é o dinheiro, pois seu valor de uso é menor. Se se usa o dinheiro para comprar mercadorias e eu preciso usar mais desse dinheiro para comprar a mesma quantidade de mercadoria, foi o dinheiro que perdeu, ao mesmo tempo, valor de uso e valor de troca, pois para o dinheiro o valor de uso é seu valor de troca. Ricardo considera que os preços das mercadorias são naturais e necessários, que existem altas e baixas conforme a moda ou tendência, mas que após essas altas o preço volta ao seu natural. Isso é devido a que o preço, na época, estava fortemente ligado à obtenção dos metais. A inflação começa a ser estudada na segunda metade do século XIX, e sua descrição é feita adequadamente no século XX. É interessante observar que o fenômeno é vastamente descrito antes de ser conceitualizado.

Marx assinala nesse sentido em *O Capital*, mas Smith e Ricardo não poderiam sinalizar nesse sentido, pois partem de premissas diferentes. Eles acreditam realmente que para cada mercadoria existe um preço natural, não entendiam, e nem conseguiriam antever, o que viria a ser a inflação, especialmente no século XX. Este fenômeno econômico começa a aparecer no fim do século XIX e se manifesta pela desvalorização geral do dinheiro perante todas as outras mercadorias.

⁴³ Manufatura, na época.

Ao desfazer a simplificação sobre a mercadoria, Marx percebe que para entender o valor não basta ver o dinheiro como mercadoria equivalente universal nas relações de troca, é preciso ver antes, retroceder o olhar e entender o objeto sem ser mercadoria, para entender como os objetos se tornam mercadoria e como esse objeto é aceito como mercadoria. Desse modo, historicamente podemos compreender o enigma da forma equivalente, ou seja, como um objeto que aparece como um valor de uso adquire um valor de troca que não possui qualquer relação com suas características físicas, pois ele é trocado por outro objeto, o que é um valor de troca, por ser um valor de uso, por suas características físicas serem diferentes do primeiro objeto, sem que o valor de troca deste segundo objeto tenha relação com suas propriedades físicas, já que este processo de trocas leva à criação do dinheiro como forma acabada da mercadoria equivalente. Isso fica expresso na passagem abaixo:

A forma relativa do valor de uma mercadoria (o linho) expressa seu valor por meio de algo totalmente diverso do seu corpo e de suas propriedades (o casaco); essa expressão está assim indicando que oculta uma relação social. O oposto sucede com a forma de equivalente. Ela consiste justamente em que o objeto material, a mercadoria, como o casaco, no seu estado concreto, expressa valor, possuindo de modo natural, portanto forma de valor. Isto só vigora na relação de valor em que a mercadoria casaco ocupa a posição equivalente em face a mercadoria nenhum. Ora, as propriedades de uma coisa não se originam de suas relações com outras, mas antes patenteiam nessas relações; por isso, parece que o casaco tem, por natureza, a forma de equivalente bom, do mesmo modo que possui as propriedades de ter peso ou de conservar calor. Daí o caráter enigmático da forma equivalente, o qual só desperta a atenção do economista político, deformado pela visão burguesa, depois que essa forma surge, acabada, como dinheiro. Empenha-se, então, em explicações para dissolver o misticismo que envolve o ouro e a prata, acrescentando-lhes mercadorias menos esplendentes e sempre recitando, monótona e prazerosamente, o catálogo das mercadorias vulgares, que, em outros tempos de, desempenharam papel de equivalente das demais. Não suspeita que a mais simples expressão de valor, como 20 m de linho = 1 casaco, já requer a solução do enigma da forma de equivalente. (Marx, 2013, p79-80)

Desse modo, o que Marx aponta é que o objeto, por suas características materiais, possui uma utilidade à vida humana (abrigo, proteção, alimento etc.), o valor de uso, o qual é, geralmente, necessário à vida. O valor de uso também pode ser criado socialmente quando criamos objetos que têm valor de uso, mas que este valor de uso não provém de necessidades naturais, ou seja, criamos necessidades e no capitalismo muitas destas necessidades para aumentar o lucro⁴⁴. As pessoas criam coisas para elas mesmas usarem. Por vivermos em

⁴⁴ É notório o caso da Gillette, que nos anos 30 do século XX colocou um anúncio na revista *Vogue* no qual dizia para as mulheres raparem os pelos das axilas. Esse anúncio foi feito para vender lâminas para mulheres, dobrando o público-alvo da empresa, mas criou uma necessidade artificial.

sociedade, existe um intercâmbio que as pessoas fazem entre suas criações, ou seja, as pessoas criam objetos para si e para os outros, nisso começam as primeiras trocas⁴⁵. Em *O Capital* fica claro que, ao trocarmos mercadorias com propriedades físicas distintas, os valores quantitativos ou qualitativos destas mercadorias trocadas não possuem uma equivalência necessária de suas propriedades físicas. Ou seja, quando trocamos a mercadoria A pela mercadoria B é porque B é diferente de A e, por essa diferença, atende outro valor de uso. Estas diferentes propriedades físicas fazem com que as quantidades sejam calculadas com medidas diferentes. Desse modo, é impreciso calcular o valor de uso de uma mercadoria para trocar pelo valor de uso de outra, neste processo alguma mercadoria com propriedades muito distintas era usada como termo médio⁴⁶. Por isso, foi preciso criar uma mercadoria que pudesse representar o valor equivalente entre as quantidades diferentes e propriedades diferentes dos objetos que estavam sendo trocados, o que cria socialmente o valor de troca.

Para chegar ao dinheiro como mercadoria universal, Marx precisa estudar o uso que os economistas fazem do termo. Eles falam em mercadoria especial, mercadoria geral, mercadoria equivalente, entre outros termos semelhantes. Mas dois fatos impedem economistas de avançar em suas análises. O primeiro é a percepção idealizada da história. Ainda que elogiada por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*⁴⁷ como primeira tentativa, esses economistas veem a história como uma história idealizada de como as trocas facilitaram as nossas vidas, e que todos os seres humanos se beneficiaram dela, tudo sempre feito com as melhores intenções desde sempre. E o segundo é que o capitalismo ainda não tinha avançado tanto assim no desenvolvimento de forças produtivas, e o avanço no desenvolvimento de forças produtivas significa desenvolver novas possibilidades de exploração e extração de mais-valor. A competição estimulada na época de Marx permitiu que ele visse muitas dessas possibilidades sendo desenvolvidas, deste modo ele consegue apreender detalhes do capitalismo que os fisiocratas não conseguiram. Ao buscar aumentar a exploração, o capitalismo simplifica suas relações e isso deixa mais clara suas contradições, evidenciando o que era mascarado em um capitalismo menos desenvolvido.

Desse modo, outros economistas afirmam que uma pessoa A cortava a madeira na floresta, vendia para a pessoa B na cidade, que fazia o móvel e vendia para os consumidores.,

⁴⁵ Processo bem descrito por Engels, em *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado*.

⁴⁶ Em determinadas épocas e lugares, eram utilizadas sementes especiais para determinados povos (como o cacau para os astecas), mas quase sempre um metal.

⁴⁷ “Os franceses e os ingleses, ao tratarem da conexão desses fatos com a chamada história apenas de um modo extremamente unilateral, sobretudo enquanto permaneciam cativos da ideologia política, realizaram, ainda assim, as primeiras tentativas de dar à historiografia uma base materialista, ao escreverem as primeiras histórias da sociedade civil [*bürgerliche Gesellschaft*], do comércio e da indústria” (Marx e Engels, 2007, p33)

posteriormente, uma pessoa A contratava pessoas para cortar a madeira nas florestas, vendia para a pessoa B na cidade, que contratava pessoas para fazer os móveis e vender para os consumidores. Marx vê que a pessoa A contrata pessoas para cortar madeira nas florestas, a pessoa B compra a madeira e contrata uma pessoa C para trazer a madeira para a cidade, contratando pessoas para carregar a madeira, então os contratados da pessoa B montam os móveis, que são vendidos a um comerciante D, que contrata pessoas para venderem esses móveis aos consumidores. Ou seja, esses economistas acompanharam o desenvolvimento da produção e da troca, enquanto a produção ainda era um processo que envolvia apenas famílias. Na época de Marx, as famílias proprietárias cuidavam somente da parte administrativa.

Um aumento no número de envolvidos no processo que vai da fabricação até o consumo de um simples móvel demonstra um aumento no nível de exploração, por apresentar um número maior de explorados, posto que cada um dos contratantes no exemplo dado, A, B, C e D, quer, e consegue, explorar as pessoas por eles contratadas. É isso que Marx está denunciando nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*: que a complexificação dos processos de produção e troca aumenta a alienação dos seres humanos em relação aos objetos criados e cria novas formas de alienação, e no *Manifesto do Partido Comunista* ele afirma que a busca por criar mais-valor e por novas formas de criar mais-valor foi o que massificou a alienação do trabalho. Assim, entender a criação de valor feita pelo trabalho é necessário para entender como o processo de troca apresentou melhoras na vida em sociedade, mas também permitiu, facilitou, ampliou e normalizou a exploração do homem pelo homem através do trabalho, da troca do trabalho por mercadoria universal. O que Coggiola explica na citação abaixo:

A classe operária moderna surgiu quando a força de trabalho foi transformada em mercadoria; na época da formação do capitalismo, essa transformação foi marcada por uma violenta e continuada expropriação das condições de sobrevivência dos trabalhadores, incluindo seus conhecimentos adquiridos e suas formas e habilidades de/para produzir. A formação do proletariado na Europa aconteceu pela via da expropriação da população rural, que se estendeu desde finais do século XV até a primeira metade do século XVII, com a intervenção do Estado na expropriação das massas camponesas e também em sua proletarianização efetiva, ou seja, em sua incorporação ao processo capitalista de produção. (Coggiola, 2021, p34-35)

Cria-se o dinheiro como termo médio para que as trocas possam ser equivalentes. O dinheiro, por suas características materiais não tem utilidade, sua utilidade é social, acordada para as trocas. Entretanto o dinheiro, enquanto mercadoria universal, permite o entesouramento, o acúmulo de uma mercadoria que não perece e não se desgasta. Muito disso Marx apreendeu com economistas clássicos, mas seu avanço está em conseguir 1- explicar

filosoficamente de forma causal as proposições dos economistas que sempre partiram de dados prontos; e 2- descobrir as camadas da relação entre o trabalho e as formas de valor, desvelando as sutilezas de como, retomando a relação epistêmica, percebemos o valor, como ele aparece para nós. Outro avanço é demonstrar como o entesouramento aliena a humanidade. Smith já havia demonstrado que o entesouramento permite a compra do trabalho alheio, do tempo alheio, mas Marx mostra que essa compra de trabalho aliena os seres humanos de quatro modos. Como que vimos no primeiro capítulo, entender este processo que começa a ser descrito com Smith ajudou Marx a entender como a humanidade criou socialmente esta estrutura de alienação do trabalho, e como, historicamente, estas relações foram se complexificando.

No capitalismo, o objetivo é sempre extrair mais-valor e aumentar a extração de mais-valor. A própria noção de trabalho produtivo demonstra isso. Aumentar a extração de mais-valor pode ser de modo direto ou indireto, com a mudança do capital constante na relação com o capital variável. O capital constante é aquele que não muda uma vez que se o tenha obtido – o maquinário, os galpões –, o capital variável é o trabalho vivo, a força de trabalho que precisa ser adquirida todo mês.

Quando consideramos as mercadorias como valores, estamos considerando-as somente sob o aspecto de trabalho social realizado, fixado, ou, se assim quiserem, cristalizado. Consideradas desse modo, só podem ser diferenciadas umas das outras enquanto apresentarem quantidades maiores ou menores de trabalho; assim, por exemplo, um lenço de seda pode incorporar uma quantidade maior de trabalho do que um tijolo. Mas como são medidas as quantidades de trabalho? Pelo tempo que dura o trabalho, computado este em horas, em dias etc. Naturalmente, para aplicar essa medida, todos os tipos de trabalho são reduzidos a um trabalho médio, ou simples, considerado como a sua unidade. (Marx, 2010 p100)

A relação simplificada entre capital constante e capital variável é que o capital constante possui limites físicos relacionados à velocidade e tamanho da produção, uma máquina que produz em sua velocidade máxima X objetos por dia, não vai conseguir $X+1$ para aumentar o lucro do burguês, e o capital variável tem como limite a individualidade de cada trabalhador, o trabalhador A pode produzir, sem pressão, X objetos por dia, o trabalhador B, $X+2$, o trabalhador C, $X-2$, mas, se pressionados da maneira adequada, todos podem produzir $X+10$. Essa diferença entre o limite do capital constante e o limite do capital variável é fundamental para se entender o mais-valor relativo e o mais-valor absoluto.

O mais-valor absoluto é quando o burguês aumenta a taxa de mais-valor, fazendo o trabalhador produzir mais sem aumentar seu salário. Por exemplo: estabelecendo metas de produção, o mais-valor relativo é quando o burguês investe em maquinário, o que permite que

um número menor de trabalhadores possam produzir o mesmo que um número maior produzia antes, permitindo ao burguês demitir pessoas, aumentando o exército industrial de reservas, forçando a diminuição dos salários através da diminuição do valor da força de trabalho. No mais-valor relativo, o burguês aumenta seu lucro com base no aumento do tempo de trabalho efetivo por meio da redução do tempo de trabalho necessário. O mais-valor relativo não se limita ao maquinário. A organização da produção e inovações nos processos também podem levar a um aumento do mais-valor relativo. Toda inovação incorporada ao processo produtivo é mantida porque aumenta o mais-valor dos burgueses, inclusive as novas relações de trabalho e troca.

Aqui é importante apontar a diferença entre mais-valor e lucro. Lucro é um conceito simples que se refere ao valor que sobra, em dinheiro, depois que foram pagos todos os custos e a mercadoria foi vendida, e depois de remunerados todos os capitais. Mais-valor, por outro lado, é a quantidade de valor criada pelos trabalhadores no processo produtivo, e que é apropriada pelo burguês. Se o trabalhador é custo de produção, qual é a diferença? Se um pequeno empresário produz sozinho, sem empregados, 100 peças por mês (casacos de linho, sapatos, painéis, o que for), ele pode contratar uma pessoa que vai ajudá-lo a produzir 200 peças por mês. Entretanto essa pessoa não vai receber o valor das 100 peças que produziu (retirados os custos de materiais), vai receber um salário socialmente determinado (hoje determinado por lei no Brasil) e a diferença entre o que ela produz e o que ela recebe, que vai para o burguês, é o mais-valor. Assim, os trabalhadores foram transformados em custo de produção.

No processo histórico, a incorporação desses trabalhadores na produção gera o crescimento das empresas. Isso naturaliza a compra e venda da força de trabalho, mas na verdade os trabalhadores são quem cria o valor, mas a percepção sobre isso muda. O burguês não contrata uma pessoa se não for para poder extrair mais-valor. Não compensa contratar alguém que, ao aumentar a produção, aumenta somente o suficiente para pagar o próprio salário. E, considerando o mais-valor absoluto, dentro dos limites físicos, sempre é possível fazer a pessoa produzir mais.

Ainda podemos falar de quando os economistas da economia nacional falam de lucro. Tentando explicar o lucro através do preço, tudo se torna muito arbitrário, como nas seções IV e V do Capítulo I do *Princípios de Economia Política e Tributação* de Ricardo, onde Ricardo tenta desenvolver que, para calcular o preço de uma mercadoria, o que é feito é: gasta-se A com materiais, B com mão-de-obra, C com gastos fixos e D é a margem de lucro que o capitalista extrai. Assim, para eles a mercadoria vai ter o preço $A+B+C+D = X$. O preço médio

dessa mercadoria é Y, logo, para ser competitivo, X precisa ser o mais próximo possível de Y, melhor se for menos que Y. E ele fala nisso como se fosse uma coisa óbvia:

A economia política não é apenas uma ciência entre as outras que se desenvolveu junto à sociedade burguesa; é, ao invés disso, um dos lugares centrais nos quais se explica a autorreflexão da sociedade: na economia política a sociedade burguesa chega a uma representação de si mesma. Com a afirmação da produção capitalista de mercadorias e a livre concorrência, os indivíduos sozinhos, tendem a ser expulsos de seus relacionamentos sociais tradicionais e de sua dependência pessoal, ficando frente a frente no mercado como proprietários isolados de mercadorias, empenhados na busca de sua própria vantagem econômica. O indivíduo reduzido a proprietário de bens apresenta-se agora como a quintessência do ser humano enquanto tal. À medida que toda estrutura social espontânea é gradualmente dissolvida e substituída pela força material do mercado, a sociedade não é mais sinônimo de uma coletividade que precede os indivíduos e os liga uns aos outros, mas parece que são esses indivíduos desconectados de qualquer vínculo social que constituem a própria sociedade. Com isso, porém, a possibilidade de uma socialização desses “indivíduos singularizados” (Marx) empenhados exclusivamente na consecução de seus objetivos econômicos, isto torna-se um problema para um pensamento que visa investigar as conexões sociais. Como a economia é o centro da sociedade burguesa, somente a economia política pode, em última análise, responder à questão sócio filosófica sobre o que é essa sociedade burguesa. (Heinrich, 2014, p28-29) ⁴⁸

O que Heinrich explica aqui é que a economia política surge como autoafirmação da sociedade burguesa, como justificação de suas práticas, o que Ricardo tenta fazer, e que também serviu como propaganda destas práticas para que promovessem a atomização e o isolamento dos indivíduos, estimulando a concorrência e reduzindo os homens à condição de meros proprietários de mercadorias. É nesse contexto que Marx se volta para o estudo da economia, pois ele percebe que o que determina os pressupostos materiais no modo de produção capitalista é a economia e que o pensamento economicista foi se infiltrando na sociedade, passando a determinar as relações sociais para além da produção.

⁴⁸ Die politische Ökonomie ist aber nicht nur irgendeine sich gemeinsam mit der bürgerlichen Gesellschaft herausbildende neue Wissenschaft. Sie ist eine der zentralen Instanzen *gesellschaftlicher Selbstreflexion*: in der politischen Ökonomie erhält die bürgerliche Gesellschaft eine Anschauung von sich selbst. Mit der Durchsetzung kapitalistischer Warenproduktion und freier Konkurrenz werden die einzelnen Individuen tendenziell aus ihren traditionellen gesellschaftlichen Bezügen und persönlichen Abhängigkeiten herausgelöst und stehen sich als isolierte, ihren ökonomischen Vorteil verfolgende Warenbesitzer auf dem Markt gegenüber. Das auf den Warenbesitzer reduzierte Individuum erscheint jetzt als Inbegriff des Menschen. Indem allmählich alle naturwüchsigen gesellschaftlichen Strukturen aufgelöst und durch die sachliche Gewalt des Marktes ersetzt werden, ist Gesellschaft nicht mehr ein den Einzelnen vorausgesetztes und sie verbindendes Gemeinwesen; vielmehr scheint sie selbst erst durch diese von allen gesellschaftlichen Banden losgelösten Individuen konstituiert zu werden. Damit wird aber die Möglichkeit einer Vergesellschaftung dieser nur ihre ökonomischen Zwecke verfolgenden „vereinzelt Einzelnen“ (Marx) zum Problem für ein Denken, das den gesellschaftlichen Zusammenhang reflektiert. Da Ökonomie der Kern bürgerlicher Gesellschaftlichkeit ist, kann die sozialphilosophische Frage nach dem, was die bürgerliche Gesellschaft nun eigentlich ist, letzten Endes auch nur von der politischen Ökonomie beantwortet werden. (Heinrich, 2014, p28-29)

O capitalismo, como é tratado pelos economistas, refere-se apenas a um sistema econômico, Marx, por outro lado, percebe que não é apenas um sistema econômico, mas o modo de produção da vida material. O modo de produção da vida material é como a humanidade se organiza para ter coisas, este ter coisas é expresso tanto no sentido material quanto no intelectual⁴⁹. No feudalismo toda a produção da vida material era ligada ao feudo, no capitalismo é ligado ao capital. Quando falamos em importância da produção é porque o modo de produção vai determinar nossas vidas sociais e intelectuais, como os economistas fisiocratas entendiam. Eles compreenderam o capitalismo apenas como sistema econômico, ou seja, produção e troca de mercadorias para suprir as necessidades, deixando de perceber todas as camadas que são determinadas pela vida material. Não percebem que a produção da vida material não determina somente as relações de trabalho e troca, mas também que a sociedade reproduz em outros campos da vida a produção da vida material. As escolas do século XIX copiaram a hierarquia da fábrica, isso é evidente, mas também os próprios exércitos nacionais, que abandonaram a tradicional estrutura hierárquica hereditária feudal por uma meritocrática industrial com mobilidade, onde o soldado, que recebe o soldo, pode subir na carreira conforme demonstra seu valor. Assim, a produção da vida material determina toda a vida. Com essa explicação, Marx precisa trazer para a economia questões sobre a sociedade e sobre a existência que os economistas não consideravam.

Tanto Ricardo quanto Smith partem da sua realidade presente para descrever e entender os processos econômicos. O título do livro de Smith é emblemático para exemplificar isso: *Investigação sobre a Natureza e as causas da Riqueza das Nações*. Lá ele observa as nações ricas, buscando compreender por que elas são ricas, entretanto não se aprofunda ao investigar as causas, considerando muito do que é socialmente construído como natural. Para ele estas nações são ricas pois são ricas em recursos naturais e não precisam trazer recursos do exterior, especialmente minérios. Ele observa as nações ricas, descreve sua organização e a dinâmica das suas economias, desconsiderando o processo histórico de cada local e as diferenças culturais. Em *Princípios da Economia Política e da Tributação*, Ricardo se aprofunda na observação de como a organização da economia consegue criar valor, ou seja, a causa da riqueza das nações para Ricardo é a criação de valor através do trabalho. Diferentemente de outros economistas que idealizavam a história, Marx vai buscar na história material, no processo histórico, as causas mais profundas das riquezas das nações.

⁴⁹ Que na filosofia do século XIX aparece como espiritual.

A economia política clássica se refere a um período de 1776 até 1871. Nesse período, havia uma convergência terminológica e, no que se refere ao objeto de estudo, a economia era estudada separada de aspectos sociais. Os termos seguiam as definições dos primeiros pensadores que os utilizou, assim o termo valor usado por Smith possui o mesmo sentido do usado por Ricardo, o que muda de um autor para o outro são os adjetivos que acompanham os conceitos. O trabalho fica subsumido na mercadoria na forma de custo de produção.

Para a economia política moderna, um valor de uso ou um bem possui valor apenas porque nele estava objetivado ou materializado trabalho humano. Para tirar disso todas as consequências, devia-se estabelecer que o trabalho que produz as mercadorias tem um caráter tão dual e contraditório quanto a própria mercadoria. Para Karl Marx, “o erro de Ricardo é que ele está interessado somente na magnitude do valor. O que Ricardo não investiga é a forma específica na qual o trabalho se manifesta como o elemento comum nas mercadorias”. Desse modo, Marx considerou a distinção do trabalho produtor de mercadorias entre trabalho *concreto* e trabalho *abstrato*, distinção ausente na economia política clássica e expressão da contradição própria da mercadoria, seu diferencial e sua base para uma teoria do valor baseada no trabalho. (Coggiola, 2021, p16-17)

Outro avanço de Marx que apontamos no primeiro capítulo foi usar a epistemologia para explicar a apreensão do valor, ou melhor dizendo, a percepção do valor e essa relação epistêmica faz Marx apreender a fantasmagoria da mercadoria e a fetichização. Fantasmagoria refere-se ao fato de que quando vemos um objeto apenas como mercadoria, todas as possibilidades daquele objeto estão nele de forma fantasmagórica, e, para além disso, quando nos referimos ao dinheiro como mercadoria equivalente universal, fica oculto que, enquanto mercadoria universal, ele representa o trabalho humano abstrato. Ou seja, no dinheiro está fantasmagoricamente toda a riqueza produzida pelo trabalho humano, isso por que o dinheiro representa toda a riqueza produzida pelo trabalho humano.

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos deles neles incorporado corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas resumem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato (Marx, 2013, p60)

Na perspectiva mais moderna da administração, toda mudança implementada pelos burgueses visa, invariavelmente, aumentar seu lucro. O investimento em maquinário é feito para que haja um aumento da produção, pela lei da oferta e da procura, o aumento da produção deveria diminuir o preço, entretanto o preço não vai ser alterado, o burguês já sabe que aquela sociedade aceita pagar aquele preço por aquela mercadoria. Segundo a administração, o raciocínio para a implementação de um maquinário é a seguinte: se o

aumento da produção promovido pela máquina pagar a compra da máquina sem subir o preço, então compensa comprar a máquina. Nenhum investimento em maquinário aumenta o preço da mercadoria.

O que apontamos aqui foi que, uma vez entendida a possibilidade de extração de mais-valor, isso atuou como catalizador na busca pela extração de o mais-valor e pelo aumento desta extração. Isso motivou a burguesia a alienar as pessoas dos meios de produção da vida material e, na busca de continuar aumentando a extração de mais-valor, a criar-se novas relações de trabalho. Essas mudanças nas relações de produção e troca visam sempre favorecer a burguesia, para que esta consiga extrair mais-valor. Para além disso, foi a troca que permitiu a alienação do trabalho e favoreceu a alienação/estranhamento de toda população onde o modo de produção capitalista se implantou.

2. 2 – Taylor: administração despersonalizada

Para esta parte do trabalho, foi necessário ler alguns livros de administração para investigar qual base conceitual os administradores de empresas usaram para fazer as mudanças nas relações de trabalho, na produção no século XX. Nesse processo foi possível perceber que esses livros são, de certo modo, superficiais. Os princípios administrativos são básicos e intuitivos, misturando o que Frederick W. Taylor chamou em 1911 de administração empírica e de administração científica. É interessante observar que a retomada histórica nesses livros é de no máximo 20 anos. Podemos ver isso em seus referenciais bibliográficos: os livros da década de 50 fazem referência a livros e artigos que foram escritos depois da década de 1930, os da década de 1970, aos da década de 1950 em diante, e segue assim até a década de 2010. Na biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia, existem aproximadamente dezesseis livros com o título *Teoria Geral da Administração*⁵⁰, de nove autores diferentes. Todos esses livros usam os princípios que Taylor elaborou em seu conteúdo, sem lhe dar o devido crédito, sem falar seu nome e sem que ele esteja na bibliografia.

Desse modo, vamos ver como começa a administração enquanto ciência. Em seu livro *Princípios de Administração Científica*, Taylor relata sua experiência trabalhando em algumas fábricas no Estados Unidos. A partir dessas experiências, ele desenvolveu seu método, que no

⁵⁰ Tendo mais dois com o título Uma Introdução à Teoria Geral da Administração, um com o título: Teoria Geral da administração: uma introdução e dois com o título TGA.

decorrer da obra aparecem como quatro passos que são repetidos algumas vezes conforme a área aplicada. No caso, ele aplica esses quatro passos à quatro trabalhos: manejar lingotes de ferro, manejar pás, conferir esferas de rolamento e o ofício de pedreiro. Taylor trata a aplicação do método como se fosse coisa muito distinta em cada área, mas os passos são similares. O primeiro passo consiste na observação por parte da gerência sobre processos executado pelo operário, dividi-lo em etapas para que estas etapas possam ser repensadas de modo que levem menos tempo, com menos esforço e gastando menos matéria prima, evitando desperdício⁵¹.

O segundo passo Taylor coloca como seleção de pessoal, mas é o passo mais longo do processo e não trata somente da seleção de pessoal. Para implementá-lo é necessário escolher dentre os operários que trabalham na empresa um grupo que irá produzir dentro do método repensado no primeiro passo. Dentre esses, alguns operários se adaptarão melhor que outros, os que não se adaptarem serão demitidos por dois motivos: um, por não se adaptarem; e dois, para que sejam exemplos ao restante da fábrica, que ainda está produzindo com os métodos antigos, do que vai acontecer se não se adaptarem, quando toda a fábrica estiver operando no novo método. Entre os que se adaptaram, são selecionados os que mais produziram nos novos métodos desenvolvidos no primeiro passo para treinar o restante da fábrica. O terceiro passo é esse treinamento no novo método e a adaptação do pessoal à nova velocidade, desta vez sob a vigilância de um dos operários adaptado ao novo método, que se torna encarregado, e com bonificação financeira para os que se adaptarem com maior facilidade.

O quarto passo é a divisão das responsabilidades entre os operários dentro do novo método. Com isso, alguns operários são promovidos a supervisores e outros à gerência. Esse quarto passo não é tão evidente em suas intenções. Não se trata apenas de promover os operários mais eficientes, mas esta promoção é usada como forma de convencimento, para que os outros operários pensem que, se forem mais eficientes, também poderão ser promovidos. Pelo texto, parece que Taylor realmente acreditava nisso, porém sabemos que isso é impossível. Não é viável que todos sejam supervisores ou gerentes, alguém sempre vai ter que produzir.

Taylor também aponta que a mudança de paradigma da administração empírica para a administração científica é um processo que é rápido na regulação das máquinas, mas que leva até três anos para mudar a “atitude mental” dos trabalhadores, e que esta só ocorre por causa dos altos salários, mas isso não é suficiente, por isso o quarto passo.

⁵¹ Taylor reescreve este primeiro passo várias vezes, conforme a área da indústria que está observando, pois há diferenças entre eles. Os outros três passos são iguais.

Em uma das passagens mais interessantes, Taylor (p61-63) explica que os estudos sobre a fadiga até então eram escassos e visavam compreender o limite do esforço humano em ambientes simulados, enquanto seu estudo visava descobrir “o melhor rendimento diário que um bom operário pode realmente obter durante anos seguidos sem prejudicar-se” (Taylor, 1976, p63). Ou seja, nessa parte, em certa medida, Taylor humaniza os operários, ao invés de vê-los como peças descartáveis no processo produtivo, porém em outras partes, ao falar da seleção dos operários, Taylor é insensível à vontade dos operário. A investigação de Taylor acerca da fadiga e o limite do trabalhador não foi feita com a intenção de prevenir a fadiga, ou a melhora da vida dos trabalhadores, mas visando que os trabalhadores conseguissem trabalhar o máximo sem parar a produção por cansaço e sem adoecer, para que não precisasse ser substituído, pois, é mais barato evitar a exaustão do que selecionar e treinar outros trabalhadores. Assim, Taylor observa a quantidade de força despendida em cada etapa do processo, para avaliar qual a produção média e poder padronizar a produção, independentemente de quem estivesse trabalhando. Com isso, a pausa era programada para antes do limite, de modo que a produção não parasse.

O intuito de Taylor, à primeira vista, parece justo, afirmando que a dicotomia patrão-operário é maléfica para a produção e que todos deveriam trabalhar juntos para produzir mais, melhor e progredir juntos, mas no decorrer do livro vemos como é cínica e falsa essa afirmação. Gramsci denuncia isso no *Americanismo e Fordismo*:

De fato, Taylor expressa com cinismo brutal o objetivo da sociedade americana: desenvolver no trabalhador, ao máximo grau, as posturas maquinais e automáticas, quebrar o velho nexo psicofísico do trabalho profissional qualificado que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador e reduzir as operações produtivas ao único aspecto físico maquinal. (Gramsci, 2024B, p29)

Talvez a contribuição mais positiva de Taylor à produção da vida material não tenha sido nos métodos em si, mas sua padronização das mercadorias. Se, por um lado, a padronização das mercadorias faz com que as pessoas tenham a mesma vida material, por outro, diminui a diferença entre as peças individuais, garantindo a mesma qualidade nas peças (ou que elas sejam igualmente ruins).

No século XX, a partir do taylorismo, a indústria inicia um processo de racionalização científica da produção. Esse processo visa aplicar os quatro princípios de administração científica e os quatro passos do método da administração científica, variando conforme a área da indústria. Tomada pela perspectiva da alienação, esses métodos potencializam a reificação de um modo mais intenso do que o descrito por Marx.

Taylor era engenheiro e em seu livro referencia o trabalho de outros engenheiros, afirmando que seu livro é produto de um trabalho coletivo, apontando uma série de artigos escritos entre 1880 e 1906⁵² nos Estados Unidos e na Inglaterra, que visavam diminuir o tempo de produção, padronizar a produção e os produtos e estabilizar a relação entre os trabalhos e as empresas, diminuindo o tempo ocioso dos trabalhadores, sem levá-los à exaustão e compensando-os com salários mais altos.

Taylor faz questão de diferenciar os mecanismos da administração científica da filosofia da administração científica (pág., 117-119), ele faz isto afirmando que é devido ao fato de que é muito simples confundir seus métodos com seus princípios, mas, segundo ele, são os princípios que elaboram os mecanismos e que podem decidir a mudança dos mecanismos. Ele explica:

A administração científica, em essência, consiste em certa filosofia que resulta, como foi antes explanado, em uma combinação dos quatro grandes princípios fundamentais da administração:

- Primeiro -desenvolvimento duma verdadeira ciência
 - Segundo – seleção científica do trabalhador.
 - Terceira – Sua instrução e treinamento científico.
 - Quarto – cooperação íntima e cordial entre a direção e os trabalhadores.
- (Taylor, 1976, p.119)

Como podemos ver, os princípios são a base teórica de como a administração científica se implementa em uma indústria, são o resumo conceitual dos quatro passos que ele desenvolve em seu método. E como mecanismos ele dá exemplos de como os quatro princípios da administração científica vão ser teorizados em cada indústria em que são implementados. Começando por criticar a administração empírica, ele fala de mudanças que podem ser incorporadas em qualquer indústria. Superficialmente, ele pensava um método universal de administração da produção e do trabalho. Como mecanismo, ele afirma:

Como elementos do mecanismo do sistema podem ser referidos: estudo do tempo, com os materiais e métodos para realizá-lo corretamente; chefia numerosa e funcional e sua superioridade sobre o velho sistema do contramestre único;

- Padronização dos instrumentos e material usados na fábrica e também de todos os movimentos do trabalhador para cada tipo de serviço;
- Necessidade duma seção ou sala de planejamento;
- Princípio de exceção na administração no da régua de cálculo e recursos semelhantes para economizar tempo;
- Fichas de instrução para o trabalhador;
- Ideia de tarefa na administração, associada a alto prêmio para os que realizam toda a tarefa com sucesso;
- Pagamento com gratificação diferencial

⁵² A partir de 1906, Taylor passa a dedicar seu tempo à divulgação do método da administração científica nas indústrias nos Estados Unidos, mas seu livro só será publicado em 1911.

- Sistema mnemônico para classificar os produtos manufaturados e ferramentas usadas, etc.;
 - Sistema de rotina;
 - Novo sistema de cálculo de custo, etc.
- (Taylor, 1976, p117-119)

Assim, vemos que Taylor elaborou no final do século XIX e início do XX a “administração científica do trabalho”. Seu objetivo declarado era aumentar a produtividade das fábricas por meio da padronização de tarefas, da separação entre concepção e execução e do uso de métodos racionais de controle do tempo e do movimento⁵³.

Na introdução do seu livro, Taylor coloca três intenções presentes ao escrever sua obra. Na terceira ele afirma que o processo de administração científica por ele desenvolvido se aplica à todas as áreas da vida em sociedade, inclusive dentro das próprias casas das pessoas. Em suas palavras:

Para provar que a melhor administração é uma verdadeira ciência, regida por normas, princípios e leis claramente definidos, tal como uma instituição. Além disto, mostrar que os princípios fundamentais da administração científica são aplicáveis a todas as espécies de atividades humanas, desde nossos atos mais simples até ao trabalho nas grandes companhias que reclamam a cooperação mais apurada. (Taylor, 1976, p28)

Isso é uma contradição que vai se desenvolvendo conforme o livro avança e Taylor não a corrige. A contradição é presente e evidente para quem se pergunta: qual a vantagem de implementar esse método em uma casa? O método de Taylor visa diminuir o tempo de produção por unidade, e ainda nos perguntamos: como isso seria aplicado nas casas das pessoas ou no serviço público? E por que isso deveria ser aplicado nas casas das pessoas ou no serviço público?

No que toca o serviço público, por exemplo, podemos deduzir que diminuir os processos para que sejam mais ágeis poderia facilitar a vida dos próprios servidores, mas o serviço público ocorre por demanda e não por meta de produção. O objetivo de uma empresa privada é gerar excedente para que o proprietário lucre, assim, quanto mais a empresa produzir, maior será o lucro, conforme a lei da oferta e da procura. A empresa estatal tem como objetivo atender à população, o que significa que se a empresa estatal não gera excedente, mas atende à população, ela está cumprindo sua função, e, deste modo, sendo

⁵³ “Enquanto na vida comum qualquer *shopkeeper* sabe muito bem a diferença entre o que alguém faz de conta que é e aquilo que ele realmente é, nossa historiografia ainda não atingiu esse conhecimento trivial. Toma cada época por sua palavra, acreditando naquilo que ela diz e imagina sobre si mesma (Marx e Engels, 2007, p.50)

eficiente. Essa premissa serve para qualquer departamento de qualquer instância do Estado. Sendo assim, empresas estatais atendem por demanda, e uma vez que a demanda seja atendida os servidores podem descansar, posto que já fizeram o serviço no menor tempo possível. Mas isso contribui com a visão, preconceituosa e equivocada, de que servidores públicos não fazem nada e que tem que diminuir o número de servidores.

Para além disso, hoje esse pensamento foi levado à esfera da vida pessoal, com a ideia de que as pessoas são empresárias de si mesmas. Essa é a raiz dessa ideologia, mas, para além disso, o que passou despercebido por Taylor foi que seu método não precisa de um grande conhecimento técnico para ser implementado. Isso é uma forte evidência de como reproduzimos em outras áreas de nossas vidas as estratégias da produção da vida material.

As críticas ao pensamento de Taylor não são novas. A obra de Antonio Gramsci, especialmente o *Caderno 22, Americanismo e Fordismo*, inclui uma reflexão profunda sobre os efeitos sociais e políticos da organização científica do trabalho proposta por Taylor. Gramsci dedica atenção ao taylorismo e ao fordismo, não apenas como técnicas de gestão industrial, mas como fenômenos que transformam a cultura, a subjetividade e a própria forma de dominação capitalista.

Gramsci percebeu que a administração científica do trabalho não era neutra, nem resultado do progresso técnico. Ao contrário, ela representava um projeto de reorganização social no qual a classe trabalhadora seria submetida a um novo tipo de disciplina que intensificava ainda mais a exploração sob a aparência de racionalidade, eficiência e até de preocupação com o bem-estar físico do operário.

Gramsci reconheceu a importância histórica do taylorismo e do fordismo como etapas do desenvolvimento capitalista, mas ofereceu uma interpretação crítica. Para ele, o cuidado com o corpo do trabalhador, destacado por Taylor, não tinha caráter humanitário. Tratava-se, antes, de uma técnica para maximizar a exploração da força de trabalho.

Gramsci mostra como o taylorismo reduz o trabalhador a uma espécie de engrenagem de precisão. O estudo dos movimentos, a repetição incessante e o ritmo imposto pela máquina transformam o corpo humano em extensão da tecnologia. A atenção de Taylor ao não cansar demais o operário não se explica por uma preocupação ética, mas pelo cálculo econômico: um trabalhador exausto adoece, comete erros, gera perdas e reduz a produtividade.

Por isso, dividir o tempo que o operário trabalha em sessões menores, mas, com pausas controladas, limita a fadiga, mas isso significa preservar a força de trabalho como capital vivo, prolongando sua utilidade e assegurando que possa ser explorada de maneira contínua e intensa. A exploração não diminui, se torna sistemática e duradoura.

Gramsci nota que a racionalização taylorista conduz a uma intensificação do ritmo de produção. Ao eliminar movimentos “desnecessários”, o sistema faz com que o trabalhador realize mais em menos tempo. O que parece uma redução de esforço físico é, na verdade, uma concentração e um aproveitamento máximo da energia humana.

O resultado é paradoxal: o operário trabalha de maneira aparentemente “menos cansativa” em termos imediatos, mas sua força de trabalho é consumida de modo mais racionalizado e completo. A exploração se aprofunda, não porque o trabalhador trabalha mais horas, mas porque, em cada hora, extrai-se dele mais mais-valor.

Outro ponto fundamental da crítica gramsciana é a análise da estrutura de supervisão criada pelo taylorismo. Para que o sistema funcione, não basta o engenheiro projetar os métodos; é preciso haver uma hierarquia de fiscalização no interior da fábrica, com capatazes, supervisores e chefes de setor. Gramsci percebe que essa hierarquia tem um efeito político profundo: divide a classe trabalhadora. Os supervisores, que muitas vezes são antigos operários promovidos, passam a desempenhar funções de controle sobre seus colegas. Isso cria uma cisão interna, fazendo com que parte da classe seja cooptada para o papel de vigilante do capital. No sentido prático, o trabalhador se vê explorado por outro trabalhador, mas agora investido de autoridade pela gerência. Essa situação mina a solidariedade de classe e dificulta a organização coletiva. A exploração capitalista torna-se mais eficiente porque utiliza a própria força de trabalho para manter a disciplina.

É obvio pensar que os chamados altos salários representam uma forma transitória de retribuição. A adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho não pode ocorrer só pela coação social: este é um “preconceito” bastante difuso na Europa [e especialmente no Japão], que não demorará a ter graves consequências para a saúde física e psíquica dos trabalhadores, um “preconceito” que, por outro lado, só tem base no endêmico desemprego que ocorreu no pós-guerra. Se a situação fosse “normal”, o aparelho de coerção necessário para a obtenção do resultado desejado custaria mais do que os altos salários. Por isto, a coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consenso, e isto pode ser obtido, nas formas próprias de uma determinada sociedade, através de uma maior retribuição que permita um determinado teor de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de esforço. Mas, assim que os novos métodos de trabalho e de produção se generalizarem e difundirem, assim que o novo tipo de operário for criado universalmente e o aparelho de produção material se aperfeiçoar ainda mais, a excessiva rotatividade será automaticamente limitada por um extenso desemprego e os altos salários desaparecerão. Na realidade a indústria americana baseada nos altos salários ainda explora um monopólio constituído sobre o fato de ter a iniciativa dos novos métodos; os salários de monopólio correspondem aos lucros de monopólio. Mas o monopólio necessariamente será antes limitado e depois destruído pela difusão dos novos métodos, tanto nos E.U. [Estados Unidos] como no exterior (veja-se o fenômeno japonês dos baixos preços das mercadorias) e junto com os grandes lucros também desaparecerão os altos salários. De outra parte, sabe-

se que os altos salários estão necessariamente vinculados a uma aristocracia operária, e não são pagos a todos os trabalhadores americanos (Gramsci, 2024B, p.35-36)

A supervisão não apenas controla, mas também educa o trabalhador a se autocontrolar. Gramsci aponta que o taylorismo faz parte de um processo mais amplo de disciplinamento social: o operário aprende a vigiar seus próprios gestos, a internalizar a norma e a ajustar sua conduta. A gerência, nesse sentido, é uma pedagogia da submissão, que transforma o trabalhador em cúmplice da lógica do capital. Esse é outro ponto em que a reificação se intensifica.

Gramsci não se limita a criticar o aspecto econômico da exploração. Ele mostra que o taylorismo é também uma forma de hegemonia cultural. A racionalização do trabalho é apresentada como progresso técnico inevitável, como avanço civilizatório que traria benefícios para todos. Essa narrativa encobre as relações de dominação que estão na base do processo. Ao mesmo tempo, o taylorismo contribui para moldar uma nova mentalidade operária: disciplinada, fragmentada, habituada à repetição e à obediência. A fábrica taylorista não é apenas um local de produção de mercadorias, mas também de produção de homens adaptados ao capitalismo moderno.

A crítica de Antonio Gramsci ao taylorismo mostra que a administração científica do trabalho não deve ser vista como mera inovação técnica. Trata-se, outrossim, de uma estratégia de classe, que visa maximizar a exploração da força de trabalho e disciplinar os operários, fragmentando sua solidariedade e moldando sua realidade. O cuidado de Taylor em não cansar demais o operário era, para Gramsci, apenas um cálculo de eficiência para preservar a força de trabalho para explorá-la melhor. A supervisão e a gerência, por sua vez, introduzem uma hierarquia que faz com que trabalhadores vigiem e explorem outros trabalhadores, enfraquecendo a unidade de classe.

Na América a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo: até o atual momento, esta elaboração está apenas na fase inicial e por isto é (aparentemente) idílica. Está ainda na fase de adaptação psicofísica à nova estrutura industrial, buscada através dos altos salários; ainda não ocorreu (antes da crise de 1929), exceto esporadicamente, talvez, nenhum florescimento “superestrutural”, isto é, ainda não foi posta a questão fundamental da hegemonia. (Gramsci, 2024B, p.10)

Assim, o taylorismo deve ser compreendido como parte de um projeto de hegemonia capitalista, em que a técnica e a ciência são utilizadas como instrumentos de dominação social. Ao desvelar esse processo, Gramsci nos ajuda a pensar criticamente sobre as formas

contemporâneas de organização do trabalho e sobre os modos sutis pelos quais a exploração continua a se reproduzir e ampliar.

Não é possível provar que foram as mudanças que começaram com Taylor que levaram à aceleração do processo de financeirização da economia, mesmo porque este processo começa antes, e Taylor não fala dos acionistas enquanto desenvolve seu método, mas podemos considerar que a mentalidade que ele ajuda a desenvolver é determinante para que o processo se acelere. Se as mudanças que ele propôs não tivessem sido incorporadas é possível que o processo de financeirização da economia tivessem demorado mais para acontecer. Isso pode ser afirmado quando consideramos que até os anos 60 do século XX os administradores das empresas eram pessoas que subiam de cargo vindas da produção. As obras e os esforços de Taylor e outros autores é que levaram à emancipação da administração como ciência autônoma. E a administração é que vai levar para a produção conceitos econômicos e fazer estes conceitos econômicos se imporem sobre a produção.

Deste modo, é uma inferência plausível afirmar que o processo de cientificização da administração de empresas influencia o processo de substituição de pessoas com formação técnica ligada à produção, por pessoas com formação economizada, que veem as partes da produção como custos e operações, sem entender seu fundamento técnico. Essas pessoas veem na financeirização um meio de levantar fundos para o investimento mais rápido que o entesouramento tradicional. Assim, as empresas entram no mercado de ações, levantam fundos, fazem investimentos que se tornam lucro para os acionistas, processo que, ao ser repetido muitas vezes por muitas empresas, leva à financeirização da economia.

Noam Chomsky, no seu livro *Réquiem para o Sonho Americano*, advoga nesse sentido, demonstrando que através do processo de financeirização da produção, a administração das empresas perde seu caráter de produção da vida material e assume um caráter meramente monetário. Ele afirma:

Cada vez mais o negócio do país não era a produção fabril e industrial, pelo menos no que diz respeito à produção industrial dentro dos Estados Unidos. Podia-se ver isso até na escolha de diretores de empresas. Nas décadas de 1950 e 1960 era grande a probabilidade de que o executivo-chefe escolhido para comandar uma grande empresa americana fosse o engenheiro, alguém diplomado por uma instituição como o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), talvez em engenharia industrial. Havia a sensação na classe dos gestores e donos de empresas que esse era o perfil ideal para lidar com a mentalidade e a natureza da sociedade - que representava por assim dizer, a mão de obra, o mercado que iria encarar com entusiasmo o futuro de suas respectivas corporações. Com o tempo essa sensação foi se revelando cada vez menos verdadeiro. (Chomsky, 2018, p51-52)

O que podemos extrair da citação de Chomsky é que, até os anos 1960, um trabalhador chegava à administração da empresa onde trabalhava depois de passar pela produção, conforme o ideal taylorista, e que sua formação tinha relação com o que a empresa produzia. Um engenheiro mecânico em sua formação aprende, entre outras coisas, a fazer carros e, trabalhando na Ford, por exemplo, ele iria cuidar para que a empresa fizesse carros. O mesmo com um engenheiro eletricista na Philips ou na General Eletrics. Assim, os gestores das grandes empresas possuíam um vínculo maior com o que estavam produzindo. Mesmo alienados, esses homens sabiam o que estavam produzindo e tomavam decisões administrativas com base na sua formação.

Posteriormente, quase como se fosse um passo racional, lógico e necessário para a administração racionalizada, esses gestores que tinham uma formação vinculada à produção foram substituídos por profissionais formados em administração ou economia. Isso interferiu de maneira negativa na produção. Um engenheiro entende de fazer carros, um administrador entende de “fazer” dinheiro, essa mudança na gestão das grandes empresas fez com que as decisões tomadas pela gestão não fossem guiadas para que o produto fosse melhor ou mais duradouro, mas para que o seu custo de produção fosse menor e com isso a empresa aumentasse seus lucros. O taylorismo criou seu próprio fim. As empresas assumiram uma postura mais cínica em relação à qualidade dos objetos, o que fica evidente comparando certos objetos feitos hoje com alguns feitos anos atrás. Chomsky expõe desse modo:

Já mais recentemente, cúpulas diretoras e altas de gestões de empresas passaram a ser formadas por pessoas oriundas de faculdades de administração, versadas e tarimbadas em artificiosos esquemas financeiros de várias espécies e assim por diante. E isso modificou a atitude, não só das empresas, mas também de seus dirigentes para com elas. Há menos lealdade com uma empresa e mais lealdade a si mesmo. Hoje em dia, a forma pela qual se pode progredir nas corporações é mostrando bons resultados no trimestre seguinte. Não é mais o futuro de longo prazo da empresa e sim aquilo que o Executivo pode fazer no trimestre seguinte Além do mais isso é determinante para o seu salário suas gratificações etc ,portanto, que agora as práticas empresariais podem ser concebidas visando a obtenção de lucros de curto prazo e com isso o Executivo consegue ganhar rios de dinheiro mesmo que queira virar empresa, ele simplesmente leva o dinheiro e uma rescisão Milionária, Esse tipo de coisa provocou uma mudança considerável na forma pela qual as empresas passaram a ser conduzidas (Chomsky, 2018, p52)

Isso se deu pois o mais-valor não é fixo, pode aumentar ou diminuir, dependendo das relações sociais de produção e do desenvolvimento de forças produtivas de uma determinada sociedade. Ou seja, a relação de compra e venda da força de trabalho é uma relação social de produção que permite a extração de mais-valor, mas existem outras relações sociais de

produção que interferem, ou mesmo dentro da relação de compra e venda da força de trabalho que permitem aumentar ou diminuir o mais-valor.

É essa possibilidade de aumento do mais-valor que faz Marx perceber que existe o mais-valor absoluto e o mais-valor relativo. O mais-valor absoluto é a quantidade de riqueza apropriada pelo burguês no fim do processo produtivo, no final da jornada de trabalho. No capítulo X de *O Capital*, Marx analisa como os burgueses aumentam a extração de mais-valor sem aumentar o número de horas de trabalho dos trabalhadores. O que o exemplo de Taylor demonstra é que uma nova técnica ou tecnologia, ao diminuir o tempo de produção de algo, faz com que seja produzido mais desse algo no mesmo tempo de jornada de trabalho, ou seja, produz-se mais com a mesma força de trabalho, aumentando a riqueza produzida pela mesma quantidade de força de trabalho, sem que os trabalhadores tenham um retorno equivalente desse aumento da riqueza, pois estão vendendo a mesma força de trabalho que vendiam antes.

Outra forma de aumentar o mais-valor, que surge a partir do taylorismo, é estabelecer metas que os trabalhadores têm de cumprir para manter seus empregos, e, quando ultrapassadas as metas, os trabalhadores são bonificados, mas os bônus não equivalem ao aumento da riqueza, ao aumento do mais-valor. Outro fator que pesa é que as novas tecnologias permitem que se produza o mesmo com menos trabalhadores, o que causa desemprego, cria exército industrial de reserva e mantém os salários baixos. Mais recentemente na nossa história surgiu o autoatendimento nos bancos, nos cinemas, as compras na internet e, fora do Brasil, em postos de combustíveis, isso se equivale ao que acontece nas redes de *fast food*, que não utilizam do serviço de garçons e o próprio consumidor pega a refeição no balcão e leva à mesa.

As implicações mais evidentes disso são duas. A primeira é que os trabalhadores terceirizados sempre vão ter menos benefícios no longo prazo do que quando contratados diretamente pelas empresas, mesmo que possam receber mais. A segunda é que trabalhadores terceirizados atendem às mais diversas funções na cadeia produtiva, o que dificulta sua organização em sindicatos para a luta por melhores condições de trabalho, mais estabilidade, segurança social, em caso de acidente de trabalho, entre outras pautas que foram conquistadas pelos trabalhadores, categoria por categoria. Assim, de um modo geral, a terceirização precariza ainda mais as condições de trabalho dos trabalhadores.

Essas novas relações produtivas que visam lucros cada vez maiores, a despeito da qualidade e sem conhecer, ou se importar, com o que estão produzindo, criaram o conceito de obsolescência programada. A obsolescência programada antevê a substituição de um produto de consumo por um mais novo, garantindo que o consumidor continue comprando. As

empresas criam um produto que tem um tempo de uso limitado por um desgaste programado. Esse recurso é usado pelas empresas, pois se elas fazem um produto duradouro, elas vendem menos novos produtos. Com isso, como na relação do consumidor com a utilidade do objeto descrita por Marx no primeiro livro de *O Capital* (Marx, 2013), quando ele debate a questão do valor de troca x valor de uso, vemos que o valor de uso se modifica, a relação dos homens com os objetos de uso aos poucos tem se tornado tão cínica quanto as relações de produção.

Nos *Manuscritos*, Marx afirma: “Com a valorização do mundo das coisas, aumenta, em proporção direta, a desvalorização do mundo dos homens.” (Marx, 2017, p192) pois, os produtos da manufatura estavam se tornando mais importantes do que os homens que as produziam. Hoje, o mundo das coisas perde valor, mas o mundo dos homens não está sendo inversamente valorizado, o que indicaria uma relação inversamente proporcional entre o mundo das coisas e o mundo dos homens na época. Entretanto, com as mudanças desenvolvidas no século XX, hoje vemos que essa proporção não se manteve, o mundo das coisas perdeu seu valor sem que houvesse uma valorização do que é humano.

Entender o debate sobre como se cria valor é importante para entendermos por que acontecem as mudanças na produção, pois essas mudanças não são criadas somente por necessidade ou criatividade, essas mudanças visam o aumento da extração de mais-valor. Sendo assim, no próximo capítulo veremos como Taylor promove mudanças na produção, visando o aumento da extração de mais valor. Esse processo de acumulação se deu tendo como base capital produtivo em relações de trabalho e produção de mercadorias. No próximo capítulo, veremos como o capital financeiro se descola do capital produtivo e como isso modifica a percepção da propriedade.

Capítulo 3 – Ação e propriedade

3.1 – Autonomização do Capital

Smith, Ricardo, Malthus e outros economistas pré-Marx, conforme as tendências da época, acreditavam na economia como algo natural, regida por leis naturais e necessárias, esta é uma das explicações do porquê não trabalhavam a definição do seu objeto de trabalho, não trabalhavam conceitualmente. Trabalhar a definição do objeto de trabalho em uma ciência humana, como a economia, exige a definição do conceito e a descrição das suas operações em relação aos seres humanos que as operam. Acreditando que a economia é algo natural, acreditavam que riqueza, valor, trabalho eram conceitos unívocos e que a economia operava do mesmo modo em todos os lugares. Um dos trabalhos filosóficos de Marx, na sua crítica da economia política, foi justamente demonstrar que esses conceitos não são unívocos, pois cada país os está usando de um jeito, mas, ainda com os diferentes usos, esses possuíam um cerne com uma unidade de representação nas relações de troca, e os diferentes usos dos termos, muitas vezes, dependiam do desenvolvimento de forças produtivas.

Sendo assim, por tratar a economia como algo natural e necessário, os outros autores não se debruçam sobre as questões econômicas, para além da descrição dos processos econômicos, sem investigar as causas e origens das relações econômicas. Com isso, não era seu foco dar atenção às relações sociais de produção. A questão acerca da produção e da simples troca, por exemplo, para na expressão $D-M-D'$. Colocar a circulação da mercadoria em fórmulas é um recurso para facilitar a visualização. Desse modo, ao destrinchar o processo de produção e troca, Marx vai explicando ao longo de *O Capital* que, historicamente, a produção era familiar, que se trocava por dinheiro para comprar as mercadorias que a família não produzia. O $M-D-M$, este processo de troca, permitiu que algumas famílias acumulassem D o suficiente para comprar força de trabalho de outras pessoas, criando mais-valor, sendo expresso na fórmula $D-M-D'$. Nesse contexto, o excedente de D entesourado também passa a ser usado para comprar os materiais e aumentar a produção, extraindo um mais-valor maior do que de outras famílias, sendo expresso na fórmula $D-P-M-D'$. Ou seja, dinheiro é usado como investimento na produção para criar mercadorias, que vão ser vendidas e resulta em mais dinheiro, que passa a ser expresso na fórmula $D-M-P-M-D'$. O dinheiro é usado para comprar mercadorias, que vão para a produção, se tornam novas mercadorias e vão ser vendidas para se obter mais dinheiro. Nesse processo, a produção sai do artesanato para a manufatura e da manufatura para a indústria.

Esse processo, no qual as pessoas vão valorizando D e agindo para conseguir mais D, agindo em razão de D, é o que Marx chama de autonomização do capital, na qual D não é apenas dinheiro, mas tudo aquilo que é usado para extrair mais-valor, toda forma de propriedade passa a ser usada para a extração de mais-valor. Sendo assim, quando D capital é usado na venda de crédito, na compra de títulos para criar D', o capital se torna fictício. Ou seja, o capital vai se substantivando e, da perspectiva operacional, o capital financeiro se descola do capital produtivo.

Esse processo foi longo e necessitou criar relações de trabalho. As relações de trabalho estão subsumidas às relações produtivas e às relações sociais de produção. Nesse sentido, estamos afirmando que as relações sociais de produção, relações produtivas e relações de trabalho descrevem relações distintas na produção da vida material. As três são “determinadas, necessárias e independentes de sua vontade” (Marx, 1978, p130), mas enquanto as relações sociais de produção descritas por Marx indicam relações de classes, a relação entre os burgueses e os trabalhadores e, em alguns casos, as relações entre os grandes burgueses e os pequenos burgueses, uso relações de trabalho e relações produtivas para indicar relações que não são apenas relações entre classes, estão dentro das relações sociais de produção, mas também se dão dentro das próprias classes e categorias. Elas não deixam de ser relações de classe, mas estão dentro das próprias classes. Desse modo, relações sociais de produção são relações de classe, de compra e venda da força de trabalho. Relações produtivas são relações entre burgueses e burgueses, burgueses e trabalhadores e trabalhadores e trabalhadores que não estão no mesmo ambiente de trabalho. E relações de trabalho são relações entre trabalhadores dentro do mesmo ambiente de trabalho.

As relações produtivas aparecem historicamente depois das relações sociais de produção, enquanto as relações sociais de produção surgem com a divisão do trabalho na *gens* e na tribo, criando as classes, as modificações na produção da vida material torna os trabalhos mais específicos, criando as categorias. Desse modo, na idade média as guildas representavam as diferentes categorias nas relações produtivas, do mesmo modo que contemporaneamente os sindicatos representam outras categorias. A relação produtiva entre as diferentes categorias gera disputas entre os subalternos e nem sempre afetam a classe dominante. As relações de trabalho são todas as relações dentro do ambiente de trabalho, das menos institucionalizadas entre dois trabalhadores do mesmo nível hierárquico, ou entre administradores e administrados. Os administradores, que, no caso da grande indústria e das grandes finanças, não são necessariamente proprietários, são também assalariados que exercem uma exploração por procuração, sendo eles mesmos também explorados. Hoje, nas indústrias ou em

instituições financeiras, existem relações hierárquicas descritas por organogramas, onde as dezenas de diretores, coordenadores, supervisores, gerentes etc. são subordinados uns aos outros, porém de forma setorizada. Assim, o diretor da área A, mesmo sendo hierarquicamente superior ao gerente da área B, não pode interferir no seu trabalho, precisa falar com o diretor da área B, assim, mesmo sendo empregados do mesmo burguês e pertencendo à mesma classe, a organização de classe fica obstruída por estas relações de trabalho.

Assim, as relações sociais de produção são as relações historicamente construídas, vinculadas à função social da classe dentro da sociedade. O capitalismo simplificou as relações de classe, deixando apenas duas classes, uma que compra a força de trabalho e uma que vende. Entretanto, no processo histórico, as relações de trabalho entre cada categoria foram mudando.

Essa estratificação dos trabalhadores cria relações de trabalho e produção que, visando favorecer a burguesia, foram aumentando a extração de mais-valor. Além da estratificação, também temos a terceirização, que é quando uma empresa contrata outra para executar um trabalho ou uma parte do trabalho, pois é mais barato contratar uma outra empresa do que selecionar e treinar trabalhadores.

Marx avança em relação aos economistas clássicos, pois percebe que a circulação da mercadoria e do dinheiro começa com o processo de simples troca e percebe que este processo de produção e troca vai mudando com o tempo, não sendo tão natural como os fisiocratas pensaram, incorporando o processo histórico à análise da economia política. O processo de simples troca refere-se ao estágio de desenvolvimento de forças produtivas no qual os homens produzem para sobreviver e trocam as mercadorias entre si, o dinheiro começa a circular, mas é pouco, então vende-se sua produção para ter dinheiro, para comprar outras mercadorias, o que facilita o processo de troca. O processo de simples troca pode ser expresso pela fórmula M-D-M, onde M significa mercadoria e representa um valor de uso, D significa dinheiro e representa o valor de troca, o que significa que os produtores vendiam suas mercadorias para comprar outras mercadorias pelo seu valor de uso. É o processo de simples troca que permite o entesouramento, no qual alguns destes produtores guardaram o D a ponto de usar o D para aumentar a produção de M e conseguir mais D, e esse D a mais é usado para produzir M e vender por mais D do que foi investido, o D'. Esse processo dura algumas dezenas de anos e vai se espalhando pelo mundo, o D começa a ser chamado de capital, ou seja, o valor de troca D é usado para produzir valor de uso que será trocado por um valor de troca maior do que o que foi investido: D-M-D'. Nesse processo, o capital se autonomiza.

O entesouramento foi um dos fatores que permitiram a alienação do trabalho, deixando aos homens a única M da qual não poderiam ser privados, sua força de trabalho, que eles vendem para ter D para comprar as M que são seus meios de sobrevivência. A venda da força de trabalho dentro da sociedade aparenta ser uma relação de simples troca, mas não é. Na relação de simples troca, os produtores trocavam a mercadoria produzida por dinheiro e esse dinheiro por uma outra mercadoria que tinha aproximadamente a mesma quantidade de trabalho que a mercadoria originalmente vendida. Os trabalhadores, por outro lado, ao vender sua força de trabalho, criam um valor maior do que o que recebem em dinheiro e do que conseguem comprar em mercadorias depois. Assim, nessa relação a fórmula que expressaria a venda da força de trabalho é $M'-D-M$, e se a crítica à esta afirmação for que M na simples troca, na verdade, representa o valor de uso do produtor no fim da idade média, basta lembrar que tanto Smith como Ricardo afirmam que o capitalista compra a força de trabalho como valor de uso, compram o tempo alheio e o usam para produzir, o que Marx afirma assim:

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador. Para o trabalho reaparecer em mercadorias, tem de ser empregado em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza. O que o capitalista determina ao trabalhador produzir é, portanto, um valor de uso particular, um artigo especificado. A produção de valores de uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle. Por isso, temos inicialmente de considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada. (Marx, 2013, p211)

Marx, nessa passagem, parte da relação de compra e venda da força de trabalho para explicar que quando um A compra a força de trabalho de B, ele compra com o objetivo específico de produzir um objeto útil a um C, que comprará esse objeto de A para satisfazer suas necessidades. Por isso, foi preciso entender o que é trabalho, para além da relação de compra e venda da força de trabalho, pois o trabalho existe fora desta relação social de produção do modo de produção capitalista.

Na segunda metade do século XX, nos Estados Unidos, é retomado o processo de financeirização da economia. Trata-se de um mecanismo de acúmulo de capitais e de aumento da exploração, que é feito transformando empresas dos mais variados tipos, das mais variadas áreas em instituições financeiras. O começo parece simples, as empresas, antes familiares, decidem abrir seu capital colocando seus títulos na bolsa de valores. Elas calculam o valor de suas propriedades, somam o quanto querem lucrar e dividem esse valor em ações, que são negociadas nas bolsas de valores. Paralelamente, houve um fato que atuou como incentivo

para que o capital financeiro se desenvolvesse mais e que o capital produtivo se apequenasse nos anos 70 do século XX. Depois da Segunda Guerra Mundial, os EUA criaram o acordo de Bretton-Woods, que adotou o câmbio fixo, mas ajustável, em relação ao ouro. A onça de ouro ficava fixada em USD\$35, com o ajuste automático quando a inflação passasse de 10%. Esse controle cambial manteve a importância do capital produtivo, mas durou até 1974, quando o acordo de Bretton-Woods foi revogado pelos acordos da Jamaica, onde os países signatários de Bretton-Woods adotaram o câmbio flutuante. Isso permitiu o desenvolvimento do capitalismo financeiro através da especulação e do capital fictício.

O objetivo que motivava essa divisão da empresa em partes e, posterior, venda era o de levantar capital rápido, para ser reinvestido na produção, e quem comprava as ações esperava o retorno de seu investimento na forma de dinheiro. Na verdade, esse dinheiro é parte dos lucros obtidos com o investimento feito com o dinheiro levantado na venda das ações, mas esse modo de operar com ações durou nos séculos XIX e XX. Marx consegue antever isso no *Grundrisse*. Ele afirma:

Quando se consideram os tratados correntes de Economia, deve saltar à vista, em primeiro lugar, que neles tudo é posto duplamente. P. ex., na distribuição figuram renda da terra, salário, juros e lucro, enquanto na produção, terra, trabalho e capital figuram como agentes da produção. No caso do capital, é desde logo evidente que é posto duplamente, 1) como agente da produção; 2) como fonte de renda; como determinadas formas de distribuição que são determinantes. Por essa razão, juros e lucro figuram também enquanto tais na produção, uma vez que são formas nas quais o capital aumenta, cresce, momentos, portanto, de sua própria produção. Juros e lucro, como formas de distribuição, subentendem o capital como agente da produção. São modos de distribuição que têm por pressuposto o capital como agente da produção. São, igualmente, modos de reprodução do capital. (Marx, 2011, p49)

O economista François Chesnais afirma que esse mecanismo de acumulação surge quando os outros mecanismos de acumulação descritos por Marx, em *O Capital*, já acumularam de tal modo, que a estrutura de acumulação D-M-D' começa a não acumular o suficiente, então o capital portador de juros começa a acumular através da venda de crédito (sejam empréstimos, seja investindo em ações, seja comprando títulos dos governos), lucrando através da estrutura D-D', ou seja sem um vínculo direto com a produção.

Esse capital busca "fazer dinheiro" sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e de outros pagamentos recebidos a títulos de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de crédito e de dívidas, especialmente entre bancos (Chesnais, 2005, p35)

Essa estrutura fictícia já existia sem força na época de Marx, mas a proporção que ela toma nos anos 80 e 90 do século XX foi algo sem precedentes. Chesnais aponta que, nos anos 30 do século XX, esses mecanismos começam a tomar a forma que têm hoje, porém o que os impediu foram os nacionalismos da época, que por incentivar a indústria nacional acabava favorecendo a estrutura D-M-D'. Ou seja, nos anos 30 do século XX, alguns investidores começam a querer investir na estratégia D-D', mas a Segunda Guerra Mundial impede o avanço e a popularização desta estratégia. E somente vinte anos após a guerra é que essa forma vai se desenvolver plenamente, pois imediatamente após a guerra o mundo estava quase destruído, o que fazia necessário mercadorias para o reconstruir, ou seja, era necessário capital produtivo, o que permitiu que o capital mantivesse sua reprodução ampliada, usando a estrutura D M-D'.

Segundo Chesnais a novidade no pós-guerra são os fundos de investimento, e passa a ser feito um grande apelo para que pessoas normais invistam nas bolsas de valores. E como essas pessoas não têm muito dinheiro para investir, elas se juntam em um fundo de investimento e dividem os dividendos de uma carteira de ações, a qual é controlada por uma instituição financeira. No caso dos Estados Unidos, para não depender da previdência social, trabalhadores são levados a investir em fundos previdenciários, um banco pega uma parte do salário desses trabalhadores e investe em ações com a promessa de que pagarão os dividendos aos trabalhadores quando eles decidirem se aposentar.

Trata-se da questão da distância da finança em relação às atividades de produção e de investimento no sentido amplo (tecnologia incluída), do olhar fortemente externo que ela põe sobre aquilo que constitui o cerne da atividade produtiva. Entretanto, as suas bases estão presentes em Marx. No livro III de *O Capital*, ele desenvolve uma teoria da "autonomia" da finança que é acompanhada de uma problemática de sua "exterioridade à produção". Os capitalistas financeiros partilham com os proprietários mundiais, que não cultivam suas terras, mas confiam a gestão delas a fazendeiros, o traço rentista que consiste em se pôr em posição de exterioridade à produção. Falando dos empréstimos às empresas, Marx define o juro como "a mais-valia obtida pela simples posse do capital [pois que] se eu possuidor permanece fora do processo de produção; o juro é então produzido pelo capital subtraído de seu processo" (*O Capital*, livro III, capítulo XVIII). Tão logo haja desenvolvimento ou ressurgimento da Bolsa e forte subida ou retomada dos proprietários-acionistas, essa "subtração" cria um problema muito sério. Uma vez passada época heroica dos "grandes barões da indústria", da qual Henry Ford foi o último representante, o capitalismo norte-americano foi forçado a encontrar uma alternativa. A resposta aos perigos que "subtração" faz pensar sobre a acumulação industrial foi o poderoso administrador tecnocrata privado, que, beneficiário de uma delegação quase completa de poder dos proprietários-acionistas tem grande liberdade para investir e financiar a pesquisa-desenvolvimento (P&D) a

partir dos lucros retidos. Foi essa figura que Burnham, Galbraith e Chandler teorizaram. Com a distância do tempo compreende-se até que ponto a vitória temporária do administrador (um longo) e de quase meio século) foi apenas um subproduto do enfraquecimento considerável dos proprietários-acionistas rentistas produzido na ocasião da crise de 1929. (Chesnais, 2005, p53)

Essas pessoas normais colocando suas economias em fundos de investimento permitem ao sistema bancário fazer mais especulação financeira, movendo um dinheiro que não é deles. Nesse processo, os grandes capitalistas ganham mais dinheiro com a especulação e o trabalhador tem a ilusão de ser um investidor⁵⁴

A transição do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro se deu como meio de aumentar o mais-valor, e, para além disso, serviu para ajustar⁵⁵ o sistema produtivo, para que os bancos controlassem a cadeia produtiva através do crédito e de carteiras de ações.

O que vimos é que Marx avança muito em relação aos economistas e aos jovens hegelianos. Nesse sentido, seu avanço acontece pois ele entende a importância da compreensão da história real, material, não idealizada da humanidade. Ele consegue avançar mais e antever o futuro, por conhecer o passado, por conhecer o que os economistas contam quando descrevem o processo de produção. É por conhecer o passado que ele entende o que é diferente em sua época. E, por perceber como é diferente em sua época, ele pode tentar antever o que o futuro pode trazer. Há a crítica às possibilidades postas por Marx, dizendo que ele pratica futurologia, mas lendo a obra de Marx percebemos que não se trata de dizer como o futuro vai ser. Ele aponta possibilidades para o desenvolvimento das relações sociais de produção e intercâmbio, futurologia seria dizer quais máquinas e técnicas a humanidade vai desenvolver e como isso afetaria nossa sociedade, isso Marx não faz. Quanto às relações sociais de produção e troca ele aponta três possibilidades:

1– O comunismo, com o fim da propriedade privada dos meios de produção da vida material e o fim da sociedade dividida em classes;

2 – A barbárie, o capitalismo avançando em sua face mais violenta, imperialista e exploratória, deixando as negociações de lado e destruindo forças produtivas em grande quantidade para poder lucrar novamente com a reconstrução do mundo;

3 – O aumento da exploração, com novos meios e métodos de aumentar a extração de mais-valor, maior concentração de renda na mão de um número cada vez menor de indivíduos, até o esgotamento completo dos recursos naturais do planeta.

⁵⁴ Cf. David Harvey, 2011, p51.

⁵⁵ O termo “ajustar” (*adjustments*), como é muitas vezes usado na economia liberal, parece uma ironia, pois estes ajustes nada têm a ver com justiça, apesar da origem da palavra.

Marx anteviu essas possibilidades como distintas, mesmo que hoje em dia saibamos que as possibilidades 2 e 3 não se opõem necessariamente, e muitas vezes a segunda decorre da terceira. Smith, Ricardo e os outros economistas da época⁵⁶ acreditavam que o mundo a partir dali se desenvolveria com justiça, equilíbrio econômico e crescimento infinito.

Quando observamos as causas das duas grandes guerras e o quanto a burguesia de cada país se beneficiou da destruição e reconstrução das cidades, vemos que Marx estava certo sobre a segunda possibilidade. E quando vemos os rumos da economia na segunda metade do século XX, especialmente com a financeirização da economia e o fim da União Soviética, vemos que Marx estava certo sobre a terceira possibilidade. Agora, com o avanço da extrema direita nos Estados Unidos da América, parece que a burguesia quer usar a segunda possibilidade novamente para destruir forças produtivas. A única possibilidade que a burguesia global não permitiu que acontecesse foi o comunismo. A URSS, outros países socialistas e os Países não Alinhados⁵⁷ foram constantemente sabotados, bloqueados em negociações, espionados, atacados das mais diversas formas, menos literalmente, pois era a guerra fria, e os países que queriam se tornar socialistas sofreram com golpes de estado financiados pelo bloco capitalista.

Tudo o que dissemos aqui é socialmente construído, é socialmente criado durante séculos pela divisão do trabalho que nos estranha. A extração de mais-valor nos aliena, o fato de termos obstáculos cada vez maiores para produzir nossa vida material e para comprar diretamente de quem produz nos aliena. De um modo geral, todas as facilidades criadas entre os séculos XIX e XX nos alienam. Não preparar a própria comida, comprar as roupas, os móveis, as casas, o transporte, o lazer, tudo produzido em massa, tudo *fast*, tudo *prêt-à-porter*, tudo pronto para o consumo, tudo nos alienando, pois se estamos produzindo nossas próprias coisas, nossa comida, nossa roupa, nossos móveis etc. não temos tempo de produzir para o capital. A produção em massa já estava começando no século XIX, mas a escala que essa produção atingiu e o nível de países envolvidos nela, no século XX, foi inesperado.

Desse modo, a financeirização aparece como forma histórica⁵⁸ de mediação da propriedade privada, especialmente da grande propriedade privada, do grande capital. Se no passado a propriedade era tudo aquilo que pode ser usado para explorar o trabalho alheio, e

⁵⁶ Talvez com exceção de Malthus.

⁵⁷ O Movimento dos Países Não Alinhados é um agrupamento de países que não se alinhavam com nenhum dos dois grandes blocos da Guerra Fria, nem com suas alianças militares (OTAN e Pacto de Varsóvia) e surgiu nos anos 60 do séc. XX.

⁵⁸ Forma histórica é como a coisa aparece em determinado estágio do desenvolvimento de forças produtivas, não sendo uma forma necessária à coisa. No feudalismo, o feudo era a forma histórica da propriedade, no capitalismo, a forma histórica do trabalho é o trabalho assalariado, na antiguidade grega, a forma histórica do estado era a Cidade-estado, ou seja, é a forma transitória em que a coisa aparece para nós.

para o pequeno burguês ainda é isso, a partir do século XX a grande propriedade aparece como a propriedade de títulos bancários que administram tudo aquilo que é usado para explorar o trabalho alheio. Apontar a diferença entre o grande capital e o capital pequeno é importante. A mediação da propriedade pela ação é válida para a grande indústria e para a grande propriedade rural, para a pequena e média propriedade, para a pequena e média indústria, cuja propriedade não é negociada nas bolsas de valores. Capital se refere a tudo aquilo que pode ser usado para extrair mais-valor da força de trabalho alheia, mas para a grande propriedade industrial ou rural os títulos negociados nas bolsas de valores aparecem como forma histórica da propriedade, seja em seu caráter mais permanente na indústria ou em seu aspecto peregrino como *commodity*⁵⁹. Com isso, percebemos que a determinação da vida material da grande maioria das pessoas, especialmente no ocidente, atualmente passa pelas bolsas de valores, e apenas o que é artesanal consegue, em certa medida, desviar desta forma histórica da propriedade privada dos meios de produção da vida material⁶⁰.

Esse processo explica a grande homogeneização global das vestimentas e, em grande parte, da alimentação, dos empregos, dos carros, dos eletrodomésticos e eletroeletrônicos. Esse processo levou todo o século XX para se espalhar pelo mundo. O *prêt-à-porter* criou um mercado mundial de moda que dita o que é bom, ruim, adequado, elegante, popular e elitizado. A indústria da moda determina quais tecidos vão ser comercializados, com isso, quais produtores, de quais lugares irão se beneficiar, ignorando as roupas tradicionais e históricas de cada região, que coexistiram com o mercado da moda por boa parte do século XX. E, para além da vestimenta, o capitalismo cria um mercado de adornos que caminha paralelo ao mercado da moda.

No que toca à alimentação, fora as produções locais, hoje o mundo se alimenta de arroz, milho, soja, batata, trigo, frango, vaca e porco, estes estão globalmente distribuídos e, com alguma variação regional, temos as hortaliças: alface, repolho, brócolis, tomate, pimentão, vagem. Conforme o lugar do mundo, algumas hortaliças se adaptaram melhor que outras, tendo suas especificidades locais, mas são as mesmas hortaliças. Do mesmo modo, as bactérias do leite fazem com que cada região do mundo produza um queijo específico, mas os

⁵⁹ A *commodity* é uma mercadoria de baixo valor agregado, oriundo de extração ou plantio. Quando se fala em *commodity* mineral, as mineradoras têm suas ações nas bolsas de valores, porém para as grandes propriedades rurais os proprietários adiantam o dinheiro necessário para fazer o plantio, com ações de um tipo específico vendem essas ações, fazem o plantio, colhem, vendem, geralmente para a indústria, e retornam o investimento com parte do lucro para os investidores.

⁶⁰ Esta é uma visão simplificada, usada como recurso metodológico, pois existem ações governamentais de ONGs e entidades da sociedade civil que visam preservar práticas tradicionais de produção, as quais, sem esse apoio, não conseguiriam competir com o grande capital. Essa simplificação é feita com o objetivo de expor como a financeirização da economia afeta a vida do ser humano médio.

queijos mais baratos são predominantemente produzidos com o leite de vaca. Muito disso é devido à transnacionalidade das empresas de produtos alimentícios (Kraft e Nestlé, por exemplo), que no século XX conseguiram levar seus produtos a outros países, mas foi preciso produzir localmente para reduzir custos e garantir o mercado.

Os avanços dos métodos de conservação permitiram a circulação de grandes quantidades de alimento. A carne produzida no Brasil abastece grande parte da Europa e do oriente-médio, as batatas que abastecem o McDonald's no mundo todo são plantadas no Canadá e nos Estados Unidos. Ainda no exemplo do McDonald's, a carne e a alface são produzidas no Brasil, o pão, o queijo e os molhos nos Estados Unidos. Esse exemplo ilustra todas as redes de *fast-food*. Essas redes se adaptam aos gostos locais, mas, para além das redes de *fast-foods*, temos as grandes redes de supermercados, do mesmo modo estas têm procedimentos semelhantes. As grandes redes de supermercado adaptam seus serviços, como padaria e açougues aos gostos e produtos de cada região onde estão suas filiais, e negociam com produtores locais para comercializar produtos regionais, mas, de um modo geral, as grandes redes de supermercados distribuem os produtos da grande indústria.

Antes das mudanças que apontamos aqui, cada região do mundo produzia seu transporte com suas características locais, sejam carroças, carruagens, trens ou barcos. No início do século XX, as burguesias locais investiram e criaram automóveis, ônibus, caminhões, trens e barcos que possuíam uma certa identidade com o local onde eram fabricados. Durante o século XX, essas indústrias locais foram adquiridas ou incorporadas pelas grandes montadoras europeias ou estadunidenses⁶¹, mas a competição e as pesquisas de mercado levaram as fabricas a criar modelos cada vez mais parecidos. Para além disso, as pesquisas com aerodinâmica demonstraram que os veículos com menor resistência ao vento são mais econômicos, o que levou as montadoras a criar carros com menor resistência. Assim, todos os veículos foram adquirindo a mesma aparência, independentemente de onde foram criados, e um processo parecido aconteceu com os eletrodomésticos e com os eletroeletrônicos⁶².

⁶¹ Apesar da resistência das indústrias coreanas e japonesas.

⁶² A competição por mercado, buscando entender e atender as expectativas dos consumidores, ajuda a entender isso, mas existe uma pesquisa da Gartner, Inc.(empresa estadunidense de pesquisa de mercado) que indica que o desenho das mercadorias passa por um ciclo, que foi chamado *Gartner hype cycle* (Ciclo de moda da Gartner), que afirma que o desenho de toda nova tecnologia passa por cinco estágios: o gatilho tecnológico, o pico de expectativas infladas, a cova da desilusão, o declive da iluminação e o platô de produtividade. Esses estágios se expressam assim: uma nova tecnologia aparece e tem muito interesse e muito investimento em torno dela, isso leva a uma criatividade exagerada e muitas mercadorias com acréscimos que possuem utilidade, mas não funcionalidade; essas mercadorias mais diferenciadas deixam de ser produzidas e algumas inovações nas mercadorias passam a dar o retorno esperado, essas são copiadas e orientam as mudanças da mercadoria, até que as mudanças nas mercadorias se estabilizem, chegando a um platô.

Essas mercadorias de vestuário, alimentação, transporte e eletros possuem um impacto cultural, em grande parte porque são expressões culturais, mas também por aparecerem em peças de entretenimento, como filmes, séries de televisão ou por algum músico renomado, ou um esportista famoso fazer sua divulgação. Por um lado, esse processo mostra como nossa vida material não é mais autoobjetivação das nossas subjetividades, por outro mostra como grande parte da nossa vida material foi uniformizada e decidida nas bolsas de valores, nos escritórios das grandes empresas, por administradores contratados que não são proprietários. A mediação da propriedade feita pelas bolsas de valores afasta da produção da vida material uma grande parte das decisões sobre a produção da vida material, a indústria e a propriedade rural tomam suas decisões olhando as bolsas, olhando o mercado.

Nesse sentido, mercado é mais um ser outro que aparece quando falamos da produção da vida material, especialmente como a grande mídia o mostra, com humor e vida própria. Quando lemos sobre economia, vemos falar sobre o ânimo do mercado, esse ser outro que defronta as decisões dos governos e lança milhares ao desemprego para pressionar o Estado. É algo que nós criamos socialmente, que nos determina e que nós só podemos determinar socialmente, sendo-nos estranho. Ele já aparecia para Marx, mas apenas enquanto emanção abstrata. O defrontamento, a percepção do mercado enquanto ser outro, totalmente outro, externo, defronte ao eu, vem com a financeirização da economia.

No século XX, como parte da dinâmica do mercado, aumenta a influência da especulação financeira, que não é algo novo, mas no século XX toma formas especialmente nocivas para os trabalhadores e lucrativas para os especuladores. A existência de carteiras de ações, como a Black Rock e a Vanguard, permitem uma movimentação de ativos em uma velocidade que viabilizou a criação de bolhas especulativas de tamanho e em frequência nunca vista. A bolha especulativa acontece quando, no mercado de ações, muitos investidores compram muitas ações de uma empresa ou de um setor da indústria, com isso, o valor da empresa ou do setor no mercado começam a crescer mais do que a produção consegue acompanhar criando valor. O valor criado no mercado é fictício em relação à produção, deste modo, quando os investidores vão receber os dividendos, estes são menores do que os investimentos iniciais, o que pode levar à falências das empresas sobre a qual foi especulado.

O mecanismo de que a especulação se utiliza para lucrar rápido com a bolha funciona comprando muitas ações de uma empresa que está em dificuldades financeiras, essa procura por si já faz o preço das ações subirem e os especuladores vendem essas ações assim que elas têm uma alta mínima. Com essa alta mínima, os especuladores têm seu lucro e os investidores que compraram depois da alta ficam com as ações, gerando o aumento de valor que a

produção não consegue acompanhar, fazendo os investidores que compraram na alta perder parte do investimento. A especulação é imoral e lógica, favorece o lucro rápido sem favorecer a produção, às custas de muitas perdas por parte dos investidores e perda de credibilidade do mercado de ações. A especulação engana os investidores menos experientes, pois vende as ações partindo de uma premissa a de que, com os investimentos, a produção necessariamente aumenta, e aumenta na proporção dos investimentos, essa premissa é falsa. A relação entre produção e investimentos não se dá em uma escala linear proporcional, não adianta entrar com muito dinheiro, se existe um limite físico para a produção. É a bolsa de valores que deveria acompanhar a produção, e não tentar especular para que a produção tente acompanhar a bolsa de valores. A motivação para a especulação mais tradicional é um pouco complexa, nela existe um aspecto de manipulação do mercado. Se a empresa ou setor sobre o qual se especulou se recuperar com os investimentos, tudo bem, se não se recuperar, a alta artificial compensou os especuladores.

Um tipo recente⁶³ de especulação financeira é o *day trading*, que foi possibilitado pelos avanços na telefonia, propiciando o aumento da velocidade de comunicação. As bolsas de todo o mundo se comunicando em minutos, permitiram uma volatilidade maior na oscilação dos preços das ações, esta volatilidade fez com que a variação diária do preço de uma ação pudesse compensar comprar a ação em um dia e vender no dia seguinte, daí o nome. As plataformas digitais de investimento, que foram autorizadas a atuar nas bolsas de valores como carteiras de ação, se beneficiaram muito desta estratégia. A estratégia é a mais simples da especulação financeira: comprar na baixa e vender na alta, se possível em um dia. O objetivo não é investir ou fazer crescer a carteira de ações para lucrar com dividendos, mas lucrar o mais rápido possível, com a variação do valor da própria empresa da qual as ações estão sendo compradas. Essa estratégia é problemática por vários motivos. Comparativamente com a especulação anterior, a compra de ações não é feita como investimento manipulatório, mas como aposta oportunista.

No que toca este trabalho, toda especulação desfaz ainda mais a relação entre o acionista e a propriedade, enquanto a especulação alimenta uma grande bolha, especialmente quando se trata de um setor que quando estoura, prejudica muita gente, sai em muitos jornais e levanta a questão da regulação do mercado. O *day trading* se favorece de pequenas bolhas, que também não são acompanhadas pela produção, mas quando estouram chamam pouca atenção, dado que quem quebra não são investidores formais que perdem muito dinheiro, mas

⁶³ Da década de 1980.

muitos investidores menores que perdem pouco dinheiro. Contudo por se tratar, geralmente, de trabalhadores, eventualmente eles podem perder todas as suas economias.

Essas formas de autonomia do capital não ocorrem sem ação humana. O que as caracteriza como autonomia do capital é que, nessas movimentações, os agentes não estão pensando nos seres humanos, mas no capital, e, neste interim, nenhum agente consegue controlar ou prever como o capital ou o mercado vai se comportar, e é esta falta de previsibilidade ou controle que Chesnais chama de autonomia do capital. Se, por um lado, os agentes liberais da burguesia querem a mínima, ou nenhuma, interferência do Estado no mercado, por outro, quando essa autonomia foge ao seu controle ou ao previsto e não beneficia estes agentes liberais, eles culpam o Estado por não intervir. Ou seja, a burguesia não percebe o Estado como uma emanção da sociedade civil, seu comportamento indica que para ela a emanção da sociedade civil é o mercado, e o Estado é seu subalterno e deve socorrer o mercado. Sobre o que Tragtenberg aponta:

Os executivos e dirigentes das grandes corporações, especialmente norteamericanas, tendem cada vez mais a influenciar os processos decisórios estatais sob o capitalismo. A grande empresa, estruturalmente, mantém as relações de produção capitalistas, procurando ao mesmo tempo manter sua relativa autonomia frente ao Estado e à sociedade civil. Cabe aos *managers* harmonizar os interesses dos técnicos dessas grandes empresas, integrando-os aos dos acionistas e operários. (Tragtenberg, 2004, p09)

3. 2 – A nova aparência da propriedade

Usarei o termo outramento para deixar explícito que os objetos separados do Eu se tornam um Ser Outro em relação ao eu, pois outras acepções dos termos alienação e estranhamento, em português, por vezes trazem outros significados, não sendo suficientemente claros para explicitar isso. Para além disso, no caso do trabalho estranhado, o outramento é socialmente organizado e anterior à participação do indivíduo na produção da vida material, os indivíduos só percebem esse Ser Outro quando participam da produção da vida material.

Existe mais de um outramento na relação entre a empresa e o corpo de proprietários, o primeiro deles é evidenciado pela expressão pessoa jurídica. Há um distanciamento formal entre o proprietário e a propriedade, esse outramento existe mesmo que a empresa tenha apenas um dono, quando uma empresa é dividida em ações e estas são compradas por pessoas que não se envolverão de modo algum com a empresa. Esse outramento é de uma categoria

diferente do da pessoa jurídica, tratando-se de um distanciamento maior entre o acionista e a propriedade que a ação representa. Passa a existir, então, uma relação com a representação da propriedade e não mais com a propriedade.

No livro *Administração, Poder e Ideologia*, Maurício Tragtenberg analisa como a delegação da administração dos proprietários para os administradores transforma a relação com a propriedade, e a relação dos administradores com a propriedade administrada, propriedade que não lhes pertence, mas cujos interesses eles devem defender. Tendo tido contato com as empresas em sua pesquisa, Tragtenberg explica muito da relação entre os acionistas e os administradores. Ele afirma:

A ideologia proprietária clássica aparece claramente definida por Charles Rippert. Segundo ele, só o proprietário é sujeito do Direito Civil; a empresa não é um ente do qual ele tome conhecimento. Em se tratando de sociedade por ações, preceitua ele, é através do conceito de personalidade moral que a identidade entre propriedade e direção é mantida, apesar da cisão operada na sociedade por ações. Nestas sociedades o acionista cede o controle de sua empresa, pois seu papel é o de mero fornecedor de capital; a responsabilidade de direção cabe aos técnicos especializados, aqueles que cumprem as funções de controle. Verificamos, a partir disso, que não se lida, aqui, com a propriedade em seu sentido clássico, porém a lei não responde a isso. É que as relações jurídicas não correspondem ao desenvolvimento sócio-econômico; isso não permite compreender a corporação moderna. Porém o teórico Berle coloca uma questão: como os diretores podem ser estimulados se os lucros ficam com os acionistas? Verifica-se, então, uma contradição entre o papel social da corporação e seu invólucro privado. Para Berle⁶⁴, um excesso de lucro conseguido sobre um retorno ao investidor ficaria como incentivo aos controladores. (Tragtenberg, 2004, p11-12)

Nesse processo de emancipação da pessoa jurídica em relação às pessoas, quais são os limites da entidade jurídica? O termo entidade jurídica seria mais adequado pois, durante o século XX, especialmente na sua segunda metade, a partir da financeirização da economia, existe um maior distanciamento entre a empresa e qualquer definição de pessoa. Como evidência desse distanciamento, temos o fato de que em todo processo judicial contra grandes empresas, especialmente nos casos de responsabilidade por crimes ambientais ou falhas de segurança, a responsabilidade é sempre humanizada, personalizada; encontra-se um responsável que geralmente só cumpria ordens e então os gestores são responsabilizados, os gestores, nunca os proprietários, e a empresa é sempre preservada. Nesse sentido, existe uma contradição entre os administradores e os acionistas, esta contradição reside no fato de que os administradores têm mais poder do que os acionistas dentro das empresas, e quando este

⁶⁴ Corporação moderna e propriedade privada, 1934.

poder interno cria algum problema, são os próprios administradores que precisam solucioná-los, preservando os acionistas. Tragtenberg explica:

Para Berle, o problema da empresa nos EUA não é o da iniciativa privada, mas sua sujeição aos novos ditadores da economia. Para milhares de operários e proprietários, inexistente a iniciativa individual, a atividade é grupal, tornando insignificante o indivíduo. Para ele, controle significa direcionamento da economia, e isso acabará por provocar, em nível cada vez mais elevado, a separação entre controle e estrutura de propriedade e anulação do indivíduo no mundo da indústria. O problema maior é saber se na realidade a corporação funciona tendo em vista o interesse de seus acionistas. Concretamente, o que se observa é uma ampliação da área de poder do *manager* na área de distribuição dos lucros, apesar de esse poder ser delegado. Tal é a separação entre propriedade e controle que é bem possível que os controladores funcionem contrariamente aos interesses da propriedade. Verifica-se o fenômeno inusitado de a propriedade privada ser negada pela corporação; ela é autônoma, porém, no plano interno, o grupo controlador manda. (Tragtemberg, 2004, p11)

O argumento liberal para essa situação é que a empresa foi prejudicada no seu valor de mercado, que suas ações tiveram queda na bolsa e esse “prejuízo” já basta, mas os gestores, que estão preocupados com o lucro dos acionistas, que tomam decisões pensando nestes lucros dos acionistas, são demitidos e a empresa afirma que já puniu os responsáveis. Mas esse distanciamento entre os acionistas desejosos do lucro e os administradores só é vantajoso para os acionistas. Quanto mais um administrador pensa com o bolso, mais ele favorece os acionistas. Mas se, por pensar com o bolso, ele toma uma decisão que, ao favorecer os lucros do próximo trimestre, prejudica a sociedade como um todo e esse prejuízo é criminoso, esse administrador é demitido sem hesitações.

Reitero a questão: quais são os limites da empresa, da entidade jurídica? Uma pessoa física, se comete um crime, é julgada e punida, mas as entidades jurídicas, impessoais, podem contrariar a lei, culpar o gestor que, pelo alto salário, esquece que é um trabalhador assalariado, mas as empresas não perdem nenhum benefício pelos atos de contravenção, quando muito pagam uma multa e indenizam, de algum modo, as vítimas.

A empresa, essa emanção do capital despersonalizado, pode ter atingido o mesmo *status* do Estado? Para entender ontologicamente como se formam as empresas, suas formas de existência, o que justifica seu poder sobre as pessoas e como esse poder pode ser mais bem exercido podemos usar a própria noção hegeliana de Estado, enquanto entidade para a qual delegamos nossa autonomia como um processo de alienação. Quando as entidades jurídicas existem no modo de produção capitalista, elas se colocam como entidades que representam o pensamento de um grupo de pessoas, tendo a autoridade para decidir sobre a vida delas. Elas

se tornam como um Estado, no sentido de que sua autonomia existe perante os cidadãos, perante o Estado e perante as outras empresas, ou seja, como forma autônoma perante a sociedade civil. As diretorias das empresas agem como soberano, deliberando e decidindo sobre as pessoas que fazem parte delas.

Evidente que Estado e empresa são entidades abstratas que se tornam maiores que seus criadores, mas as diferenças são significativas. O exercício aqui é refletir sobre como o Estado, sendo uma reprodução da produção da vida material, reflete as relações sociais de produção da sociedade civil, mas esta digressão é feita para apontar a contradição que a financeirização da economia cria. As empresas, no passado, apareceram como emanção da organização da produção perante a sociedade civil. Um ser humano cria uma entidade dependente dele para que possa, perante a sociedade civil, organizar sua propriedade e usá-la para extrair mais-valor, e isso é copiado até o ponto que essas emanações precisam ser regulamentadas. O Estado aparece como emancipação autônoma justamente para que ele possa intervir para garantir a estabilidade do sistema. As classes dominantes criam uma entidade acima de seu próprio poder para manter o *status quo*, pois deixadas à vontade da classe dominante a exploração aumentaria a tal ponto que a manutenção do capitalismo seria insustentável.

No século XX, a empresa aparece como emanção autônoma, como tentativa de contornar os limites impostos pelo Estado, não no sentido da exploração, mas de outras estratégias como o monopólio, o cartel, o truste etc., estratégias de mercado que levam a uma concentração de renda cada vez maior. Nesse sentido, a empresa e investidores podem praticar a especulação como bem entendem, criando escassez e crises artificiais. Como tentativa de limitação do poder da empresa em relação à sociedade, o Brasil tem o CADE Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que pouco pode fazer contra essas estratégias.

Desse modo, o Estado, sendo criado para limitar e legitimar as ações da classe dominante, é impedido de limitar as ações da classe dominante, pois essas ações são feitas por S.A.s. Quando algo chega a ser um crime, são crimes cometidos por uma sociedade anônima e não pelos proprietários, e a sociedade anônima permanece inalterada, pois se a sociedade anônima demite os administradores responsáveis e isso é considerado punição, as S.A. continuam com os lucros e sem ser responsabilizada pela contravenção. Desse modo, a burguesia proprietária descobriu um jeito de punir os trabalhadores que fizeram o que era esperado que eles fizessem e os burgueses permanecem com os lucros, ilesos.

Sob o ponto de vista de Hegel, a diferença fundamental entre o Estado e as empresas é a diferença fundamental entre alienação e estranhamento. Enquanto a alienação, ou seja, a

delegação da autonomia à forma Estado, faz do indivíduo partícipe da forma Estado, a delegação de sua autonomia à forma empresa não é voluntária, pois é trabalho alienado, estranhado. Essa autonomia de entregar sua força de trabalho à forma empresa impede os seres humanos de exercer sua autonomia plenamente. Ao entregar sua autonomia para a empresa, os trabalhadores não se tornam partícipes da empresa, mas ser estranho do qual a empresa precisa para a produção. Como essa forma de entrega da autonomia é socialmente criada e herdada, esta forma de delegação da autonomia à empresa é um estranhamento, e a determinação sobre essa forma de estranhamento só pode ser mudada socialmente. A delegação da autonomia à forma Estado também não é tão voluntária como Hegel pensava.

Dentre as artimanhas legais existentes, essa separação entre os proprietários e a propriedade permite, por exemplo, a aquisição para a liquidação, quando uma carteira de ações se torna majoritária em uma empresa para desfazê-la, eliminando a concorrência. Esse é o tipo mais agressivo de aquisição de uma empresa contra a outra, e pode ser feito por motivos diferentes dos econômicos, como é o caso de Elon Musk comprando o Twitter para que as pessoas pudessem agir de maneira racista e anônima na internet, fomentando discurso de ódio e a extrema direita.

3.3 – Complicações do capital autônomo.

A financeirização altera a forma que a propriedade aparece para nós, como ela modifica a forma de expropriar o trabalho excedente. Para entender como a propriedade aparece, é preciso entender como o trabalho aparece na filosofia antes de Marx, especialmente para John Locke. Locke vê toda atividade da humana como trabalho. Ele afirma que como Deus deixou a terra para os seres humanos, tudo sobre a terra pertence aos homens por direito, que cada um é dono do próprio corpo⁶⁵.

Marx comenta essa transição do direito de propriedade do próprio trabalho se tornar o próprio trabalho, propriedade alheia no *Grundrisse*, onde afirma: “O direito de propriedade

⁶⁵ Ainda que a terra e todas as criaturas inferiores pertençam em comum a todos os homens, cada um guarda a propriedade de sua própria pessoa; sobre esta ninguém tem qualquer direito, exceto ela. Podemos dizer que o trabalho de seu corpo e a obra produzida por suas mãos são propriedade sua. Sempre que ele tira um objeto do estado em que a natureza o colocou e deixou, mistura nisso o seu trabalho e a isso acrescenta algo que lhe pertence, por isso o tornando sua propriedade. Ao remover este objeto do estado comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho adiciona-lhe algo que excluiu o direito comum dos outros homens. Sendo este trabalho uma propriedade inquestionável do trabalhador, nenhum homem, exceto ele pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou, pelo menos quando o que resta é suficiente aos outros, em quantidade e em qualidade. (Locke, 2019, p108-109)

converte-se, de um lado, no direito de se apropriar do trabalho alheio e, de outro, na obrigação de respeitar o produto do próprio trabalho e inclusive o próprio trabalho como valores pertencentes a outros.” (Marx 2011, p. 376). Porém, esse argumento é contraditório. Ver a propriedade como natural, como ele descreve, como fruto do trabalho, leva a uma justificação da propriedade privada que priva os outros seres humanos do usufruir do mundo deixado por Deus. Por outro lado, essa perspectiva justifica também a exploração do homem pelo homem, ao perceber que a propriedade natural da força de trabalho permite que o ser humano venda sua força de trabalho, o que se torna, para quem tem terras, meio de explorar o trabalho alheio, como um meio de produzir excedente que pode ser explorado, o que leva Locke a ver essa relação exploratória também como natural.

A contradição está no fato de que, ao afirmar que todos os homens herdaram a terra de Deus, nenhum homem poderia privar outros homens da terra, pois estes estariam sendo privados de uma herança divina, o que seria um pecado, pois estariam contradizendo a vontade de Deus. Independentemente dessas contradições, sua perspectiva do trabalho como natural e da propriedade como fruto deste trabalho se enraizou na cultura ocidental, e muita gente, ainda hoje, vê a propriedade como fruto natural do trabalho e não como propriedade dos meios de produção da vida material, que priva os outros seres humanos de terem acesso a estes meios de produção.

O grande problema dessa perspectiva é que ela se enraizou na cultura ocidental e não se atualizou com o desenvolvimento de forças produtivas. Ela impede que o senso comum veja que a propriedade hoje não aparece mais como fruto do trabalho, mas como herança controlada por pequenos grupos, grupos estes que se tornaram cada vez menores com o processo de financeirização da economia.

O processo de dividir a propriedade em títulos negociáveis na bolsa já está brevemente descrito anteriormente, mas é preciso apontar que atualmente existem três tipos principais de ação circulando nas bolsas de valor: o primeiro tipo são as ações votantes, com as quais os proprietários têm participação na administração de uma empresa, mas apenas votando se aprovam ou não as decisões da diretoria; o segundo tipo são as ações de participação, com as quais os proprietários têm somente participação dos dividendos e não têm voz dentro da empresa; e o terceiro tipo são as ações que circulam nas carteiras de ações ou fundos de investimentos, que podem ser dos dois tipos anteriores. As carteiras de ações são setores dos bancos que controlam, compram e vendem ações nas bolsas de valores, e os fundos de investimentos são empresas específicas, especializadas no controle de ações, como a Black Rock Vanguard, JP Morgan, entre outros.

A democratização do investimento Expandindo a prosperidade em mais lugares, para mais pessoas. Eu ouço de quase todo cliente, quase todo líder – de quase cada pessoa – com quem eu falo: eles estão mais ansiosos com a economia do que em qualquer outra época na memória recente. E de algum modo, no longo prazo, nós entendemos as coisas. Humanos são criaturas espertas, resilientes, e nós criamos sistemas que refletem nossa própria imagem – sistemas que pegam a confusão ao nosso redor, fazem sentido dela, e produzem resultados surpreendentemente bons. Computadores lidam com dados complexos (e agora com linguagem) em nosso lugar. Cidades permitem milhões de pessoas de viverem lado a lado, normalmente pacificamente, na maioria das vezes produtivamente. Mas de todos os sistemas que criamos, entre os mais poderosos – e unicamente adequado para um momento como o nosso – começou 400 anos atrás. É o sistema que inventamos especificamente para superar contradições como a escassez em meio à abundância, e ansiedade em meio à prosperidade. Nós chamamos esse sistema de mercado de capitais.⁶⁶ (Frink, da internet, 2025)

Essas foram as palavras de Lerry Frink na sua carta anual aos investidores da Black Rock. A Black Rock é um fundo de investimento ou, como ela mesma se chama, uma gestora de ativos financeiros. Ela pega o dinheiro de investidores institucionais e aplica na bolsa, em empresas ou empreitadas que ela acha que podem dar lucro. Como C.EO⁶⁷ da Black Rock, Frink é capaz de influenciar, e até certo ponto determinar, a produção da vida material. Como a Black Rock, existem algumas empresas do setor financeiro que conseguem determinar a vida material do mundo, e isto não é força de expressão, conseguem determinar quais países vão ter acesso a quais tecnologias, quais comidas, quais roupas etc., determinam o que vai ser plantado ou extraído da terra nos países do sul global para alimentar a indústria, determinam quem em qual país vai executar qual trabalho, qual empresa falir e qual empresa prosperar.

O processo de financeirização da economia fez com que a autonomização do capital atinja um nível que seria difícil de se imaginar no século XIX. Os gestores dos ativos tomam decisões baseadas apenas nos lucros atuais e nas previsões para o próximo trimestre. Sob a alcunha de investimento, as decisões são tomadas visando agradar aos investidores e ao mercado, ou seja, aos proprietários. O que orienta os gestores não é a vontade de produzir ou investir no que seria melhor para si ou para a humanidade, apenas o que dá mais lucro. Não

⁶⁶ The democratization of investing Expanding prosperity in more places, for more people I hear it from nearly every client, nearly every leader—nearly every person—I talk to: They’re more anxious about the economy than any time in recent memory. I understand why. But we have lived through moments like this before. And somehow, in the long run, we figure things out. Humans are smart, resilient creatures, and we build systems that reflect our own image—systems that take the confusion around us, make sense of it, and produce surprisingly good outcomes. Computers handle complex data (and now language) on our behalf. Cities enable millions of people to live side by side, usually peacefully, mostly productively. But of all the systems we’ve created, among the most powerful—and uniquely suited to moments like ours—began over 400 years ago. It’s the system we invented specifically to overcome contradictions like scarcity amid abundance, and anxiety amid prosperity. We call this system the capital markets. (tradução nossa)

⁶⁷ *Chief Executive Officer.*

são os gestores que tomam as decisões, é o fluxo de caixa. Nesse sentido, criamos o mercado de capitais, esse outro, completamente outro que nos determina, mas isto por si seria estranhamento conforme descrito em *A Ideologia Alemã*.

A diferença é que empresas, como a Black Rock, tem acionistas que não são donos das empresas, não são proprietários. Os investidores da Black Rock têm seu dinheiro na Black Rock, que o administra, e a Black Rock tem ações de outras empresas, compradas com o dinheiro dos investidores. Assim, acontece de empresas comprarem ações de outras empresas. Ou seja, as pessoas não são donas das empresas, mas donas de uma ação de uma empresa que é dona de ações de outras empresas. Nesse sentido, os investidores institucionais, que gostariam de se ver como proprietários, independente do quanto de ações tenha, estão separados da propriedade. Eles não podem simplesmente entrar em uma empresa da qual têm ações e tentar determinar a produção, isso fica confiado à uma diretoria técnica de administradores profissionais. Mesmo que um acionista tenha ações de voto, seria preciso mais do que 51% das ações para que uma pessoa pudesse tomar qualquer decisão.

O acionista, portador de títulos, é o representante do capital como propriedade e não como função; disso resulta a inconsistência do debate a respeito dos direitos não reconhecidos dos controladores e dos direitos dos proprietários no quadro da grande corporação. (Tragtenberg, 2004, p19)

Apenas empresas estatais e algumas empresas familiares têm concentradas 51% das suas ações, o restante não tem mais a figura do proprietário que pode determinar a produção sozinho. Na verdade, atualmente na maioria das empresas os proprietários não têm mais contato nenhum com a propriedade.

Como instrumento produtivo, a propriedade privada esfacela-se, na medida em que grupos detêm o poder. Contudo, a propriedade privada está presente nas ações, cujos donos se articulam por meio da família (disso decorre a função do direito legal de herança, fundado em relações consanguíneas, o que legitima as *holdings*). Eles se articulam, por mediação da família, em um grupo de interesses. Isso é o que explica a hegemonia dos Rockefeller, Du Pont etc. (Tragtenberg, 2004, p12)

Para além disso, temos o exemplo de empresas que, como a Amazon, não produzem nada. A Amazon não possui uma fábrica, entretanto vende o Kindle, o Firestick, o Echo Dot e a Alexa com sua logomarca impressa neles, produtos estes com alto grau de tecnologia agregado, mas que se derem algum defeito, a culpa não é da Amazon, é do fabricante. Esse é um tipo de terceirização onde quem produz para a Amazon não trabalha para a Amazon, e, para além disso, quem entrega para a Amazon não trabalha para eles, entre outras separações que a Amazon intensificou. O estranhamento percebido aqui é entre o trabalhador e o

proprietário da mercadoria final. Esse não é mais o burguês que lhes explora, é um terceiro distante. A Amazon não criou o *outsourcing*, mas o intensificou. Para além dessa consequência, essa estratégia aumentou consideravelmente a importância da troca no capitalismo.

Esse processo faz com que, século XX, as empresas intermediárias, que não produzem, apenas vendem, comecem a ganhar importância, com a exposição do produto em um catálogo e a venda por telefone⁶⁸. Seja em lojas físicas ou virtuais, com o desenvolvimento do *e-commerce* a partir dos anos 90 do século XX⁶⁹, grandes redes de lojas facilitavam o acesso aos bens de consumo e fechavam acordos com os produtores. Essa ponte entre os produtores e os consumidores acabou, em alguns casos, ficando mais forte que alguns produtores. Isso se expressa como acordos de exclusividade, onde apenas uma rede de lojas pode comercializar determinado produto⁷⁰, o que elimina outros intermediários do mercado. O Magazine Luiza, Wal-Mart, Casas Bahia, Target, a Zara são empresas que comercializam mercadorias de vários produtores menores que eles, que têm ações na bolsa e que conseguem exercer alguma determinação sobre a vida material. Como a Amazon, temos o Carrefour que coloca sua marca em produtos produzidos por empresas menores.

Esse processo começa nos últimos anos com os produtos de marca própria nos supermercados, mas também com produtos licenciados, como tênis que a Nike permite que outras empresas fabriquem com a marca dela. Isso faz com que alguns conceitos do liberalismo clássico se tornam ineficientes, o que Tragtenberg explica:

Por outro lado, é inútil procurar nos parâmetros do liberalismo clássico explicação para o fenômeno da corporação moderna. Adam Smith atribui à impessoalidade gerencial a negligência e o desperdício, o que não ocorre, pois na realidade a reprodução ampliada do capital se dá por mediação de empresas gerenciadas. (Tragtenberg, 2004, p12)

É necessário explicar que as mudanças criadas no século XX foram criadas com a intenção de acabar com as crises, mas a crise para os capitalistas é a diminuição do lucro, o que faz com que, no longo prazo, se intensifiquem as crises, pois elas são orgânicas e aumentam o abismo social entre a classe proprietária e os trabalhadores. A crise é orgânica pois é necessária ao capitalismo, pois se todos os trabalhadores estiverem empregados e consumindo, passam a exigir melhores salários e melhores condições de trabalho. O capitalismo precisa da crise para manter o exército industrial de reserva, para manter os

⁶⁸ Nesse sentido temos a Avon e a Natura.

⁶⁹ A Amazon se insere nesse mercado em 1994.

⁷⁰ Leia-se pressão para que alguns produtores não vendam para outros intermediários.

salários baixos e oferecer respostas que não resolverão os problemas que a crise traz. Exemplo: as empresas fazem demissões e dizem que não podem contratar mais trabalhadores pois o custo dos direitos trabalhistas é muito alto, e com isso oferecem como solução acabar com as leis trabalhistas para que eles possam contratar, mas a verdade é que as duas coisas não têm uma relação necessária.

Se o mercado passa a ser percebido como ser outro e através das bolsas de valores consegue determinar a vida dos seres humanos, logo ele é uma criação nossa, que nos determina e que só podemos determinar socialmente, sendo uma forma de estranhamento. Entretanto ele não se separa da alienação dos meios de produção da vida material, sendo uma forma específica de alienação dos meios de produção.

O processo de autonomização do capital humaniza o capital e reifica os seres humanos. O que foi exposto aqui no processo de autonomização do capital afeta os seres humanos em grande escala, em como a grande propriedade aparece no capitalismo desenvolvido, em como a administração da grande propriedade aparece no capitalismo desenvolvido. No quarto capítulo, veremos como isso afeta os seres humanos em esferas, em como as pessoas do mundo têm suas vidas determinadas pelas decisões tomadas nas bolsas de valores e nos bancos. Veremos como algumas relações produtivas, de trabalho e troca, são criações nossas que nos determinam.

Com isso, vemos que mesmo que o modo como percebemos a propriedade se modifique, e com isso a dinâmica hierárquica dentro da propriedade privada dos meios de produção da vida material, a propriedade privada dos meios de produção da vida material permanece como base para a acumulação mesmo através do mercado financeiro. No próximo capítulo, veremos como as novas relações produtivas acrescentam camadas de alienação específicas entre os trabalhadores e os meios de produção da vida material, o seu ser genérico, o seu ser social e os produtos do trabalho.

Capítulo 4 – Fenomenologia das alienações no capitalismo contemporâneo

4. 1 – Como as Formas Gerais aparecem

O capítulo IV visa relacionar e reforçar as ideias expostas nos capítulos anteriores sobre coisas que criamos, que nos determinam e que nós podemos determinar em certa medida. Vimos que essas coisas criadas não são somente coisas materiais, mas as relações sociais de produção da vida material, relações de trabalho, relações de intercambio e a relação com a propriedade conseguem exercer força material. Também vimos como a criação do valor cria relações que nos determinam, e como essas dinâmicas mudam a nossa percepção sobre a propriedade.

Aqui é muito importantes ser apontado o seguinte: primeiro, a ideia de supressão, por conter em si as noções de superar, romper e conservar, não descarta todo avanço tecnológico criado pela humanidade. A ideia é acabar com a exploração e com o trabalho estranhado, de tal modo que a humanidade possa fruir do trabalho da humanidade e não que apenas 1% possa fruir desse trabalho. A alienação e o estranhamento descritos por Marx e Engels apontam em grande parte isso: como a alienação dos meios de produção da vida material cria relações sociais de produção que possuem força material para determinar os seres humanos inseridos nestas relações sociais de produção.

Enquanto a alienação dos meios de produção da vida material é o defrontamento com algo material, é a relação social de produção que se tornam um poder hostil, especialmente a relação de compra e venda da força de trabalho, o estranhamento com os outros homens e o estranhamento do produto do trabalho são estranhamentos com coisas materiais. Mas o estranhamento com o trabalho é com uma coisa não material. O trabalho, nesse sentido, aparece como uma ação na qual, para ser realizada, convergem os meios de trabalho, que pertencem aos burgueses e a força de trabalho, que o trabalhador vende. Ou seja, nessa ação o ser humano está dissociado dos meios de trabalho e se dissocia da sua força de trabalho para que o trabalho seja materializado.

Do mesmo modo, outras relações de trabalho vão exercendo força material e nos afastando do ser genérico, do trabalho, dos produtos do trabalho, da propriedade privada dos meios de produção da vida material e dos outros seres humanos, do nosso ser social. Fomos, aos poucos, com as novas relações de trabalho e troca, aumentando a distância entre cada ser humano e cada um desses itens e nos relacionando com os outros seres humanos como nos relacionamos com coisas.

Por esse motivo foi necessário fazer a descrição das relações de propriedade desenvolvidas no século XX. Ao observar essas relações, afirmamos que são as relações de trabalho, produção e troca, dentro das relações sociais de produção, que foram desenvolvidas aos poucos na história da humanidade, que foram desenvolvendo formas específicas das formas gerais de alienação/estranhamento. Ou seja, por essa perspectiva, Marx, observando as relações até então desenvolvidas, descreve as categorias gerais de alienação/estranhamento. Podemos conjecturar que isso seja devido a sua origem jovem hegeliana.

Os jovens hegelianos buscavam descrever as categorias gerais a partir do pensamento puro, Marx buscava descrever as categorias gerais a partir da materialidade histórica, isso faz com que ele desenvolva uma visão mais geral do todo em relação às partes específicas. Um exemplo nesse sentido é quando Marx, em contato com os comunistas, aponta que as pautas que eles estão reivindicando só podem ser alcançadas com o fim da propriedade privada dos meios de produção, mesmo que eles estivessem lutando por melhores salários, melhores condições de trabalho etc.

Do mesmo modo, Marx percebe que o cercamento de terras⁷¹, a compra e venda da força de trabalho⁷², a linha de produção⁷³, a especulação⁷⁴, os latifúndios⁷⁵, a influência da burguesia sobre o Estado⁷⁶ são relações específicas que condicionam algo mais geral. Essas são relações que condicionam a separação do ser humano do seu ser genérico, do seu trabalho, dos produtos do trabalho e do ser social. E, mais adiante, percebe-se que é porque alguns homens têm acesso e outros não aos meios de produção da vida material que essas relações específicas se desenvolvem e condicionam os seres humanos como condicionam. São essas

⁷¹ Cf. *O Capital*, Livro I, Capítulo XXIV, Seção 2, Expropriação dos Camponeses.

⁷² Cf. Marx, 2018, p 82-83

⁷³ “O trabalhador coletivo que constitui o mecanismo vivo da manufatura consiste apenas nesses trabalhadores parciais, limitados. Por isso, produz-se em menos tempo ou eleva-se a força produtiva do trabalho, em comparação com os ofícios independentes. Também aperfeiçoa-se o método do trabalho parcial, depois que este se torna função exclusiva de uma pessoa. A repetição contínua da mesma ação limitada e a concentração nela da atenção do trabalhador ensinam-no, conforme indica a experiência, a atingir o efeito útil desejado com um mínimo de esforço. Havendo sempre diversas gerações de trabalhadores que vivem simultaneamente e cooperam nas mesmas manufaturas, os artifícios técnicos assim adquiridos firmam-se, acumulam-se e se transmitem.” (Marx, 2013, p394)

⁷⁴ “Os títulos de propriedade sobre sociedades mercantis, ferrovias, minas etc. são por certo, conforme vimos, direitos sobre capital real. Entretanto não permitem que se disponha desse capital, que não pode ser extraído donde está. Apenas dão direito à parte da mais-valia a ser obtida. Mas esses títulos constituem também duplicação em papel do capital real, como se o conhecimento de carga pudesse ter um valor além do da carga e ao mesmo tempo que ela. Tornam-se representantes nominais de capitais inexistentes. Assim é que o capital real existe ao lado deles e não muda de mãos com a circunstância de essas duplicações serem vendidas.” (Marx, 2016, p632)

⁷⁵ “O roubo sistemático das terras comuns, aliado ao furto das terras da Coroa, contribuiu para aumentar aqueles grandes arrendamentos, chamados, no século XVIII, de fazendas de capital ou fazendas comerciais, e que tornavam a população agrícola disponível para a indústria.” (Marx, 2013, p847)

⁷⁶ “O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.” (Marx, 2017, p23)

relações específicas que estamos chamando de formas específicas de alienação/estranhamento, ou camadas de alienação/estranhamento.

Do mesmo modo, no decorrer do século XX a humanidade foi criando novas relações de trabalho, troca e propriedade, sempre visando o aumento da extração de mais-valor, aumentando a exploração, e com isso criando camadas de alienação/estranhamento que os afastava cada vez mais do ser genérico, do trabalho, do produto do trabalho e do ser social, formas específicas de alienação/estranhamento. Somado a isso podemos olhar retroativamente e tentar entender melhor como cada mudança nas relações de produção, troca e propriedade levam à alienação/estranhamento, ou seja, como cada forma específica do passado contribuiu para a alienação/estranhamento do ser humano do seu ser genérico, do seu trabalho, dos produtos do trabalho e do ser social.

No fim do feudalismo⁷⁷, alguns dos primeiros nobres que se tornaram capitalistas o fizeram impedindo o uso da terra comunal que dominavam, esta terra era, então, arrendada para a produção de alguma matéria prima da manufatura, ou passavam a ter algum cultivo ou criação para o benefício dos próprios nobres. É assim que começam a surgir os latifúndios, mas essas terras ainda precisavam da mão-de-obra dos antigos servos, que aos poucos se tornavam assalariados.

Em resumo, essa é a história da indústria inglesa nos últimos sessenta anos – uma história que não tem equivalente nos anais da humanidade. Há sessenta ou oitenta anos, a Inglaterra era um país como todos os outros, com pequenas cidades, indústrias diminutas e elementares e uma população rural dispersa, mas relativamente importante; agora, é um país ímpar, com uma capital de 2,5 milhões de habitantes, imensas cidades industriais, uma indústria que fornece produtos para o mundo todo e que fabrica quase tudo com a ajuda das máquinas mais complexas, com uma população densa, laboriosa e inteligente, cujas duas terças partes estão ocupadas na indústria e constituem classes completamente diversas das anteriores. Agora, a Inglaterra é uma nação em tudo diferente, com outros costumes e com necessidades novas. A revolução industrial teve para a Inglaterra a mesma importância que a revolução política teve para a França e a filosófica para a Alemanha, e a distância que separa a Inglaterra de 1760 da Inglaterra de 1844 é pelo menos tão grande quanto aquela que separa a França do Antigo regime da França da revolução de Julho. O fruto mais importante dessa revolução industrial, porém, é o proletariado inglês. (Engels, 2008, p58-59)

Nesse processo foram desenvolvidas novas técnicas e tecnologias, o que fez com que a necessidade de mão-de-obra no campo diminuísse e aumentasse nas cidades. Com isso muitos dos antigos servos migraram para as cidades, outros, pela falta de opção, foram forçados a ir para as cidades, com muitas pessoas fazendo coisas parecidas, ou seja, com muitos nobres

⁷⁷ Lembrando que este processo levou ao menos três séculos.

submetendo sua terra à lógica produtiva burguesa e muitas manufaturas investindo em tecnologias para se tornarem indústrias. A inovação técnica e o intercâmbio técnico fizeram com que muito da terra fosse destinado ao sustento da indústria em muitas cidades, e depois em muitos países. Cada iniciativa que era eficiente em um lugar era adotada em outras localidades, e, para além disso, foram adotadas em outros setores que não eram os latifúndios nem as indústrias. A iniciativa mais eficiente a ser adotada pelos outros setores foi a compra e venda da força de trabalho, o que levou gradualmente à alienação/estranhamento dos meios de produção da vida material de muitas sociedades, uniformizando o ocidente.

Onde quer que tenha conquistado o Poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus "superiores naturais", para só deixar subsistir apenas, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do "pagamento à vista". Afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despuddorada e brutal.

A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas como dignas e encaradas com piedoso respeito. Fez do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio fazer seus servidores assalariados. (Marx e Engels, 2017, p23-24)

Cada uma dessas iniciativas nesse processo expressa uma parte das formas gerais, ou seja, uma forma específica, uma camada, um modo como a alienação ou o estranhamento aparecem para nós. Essas formas específicas contribuem para a intensificação da forma geral, para que a forma geral seja uma forma mais eficiente de exploração, e contribuem para sua fixação na história⁷⁸. Nesse sentido, temos exemplos que de algum modo foram replicados, tanto como relações de trabalho, como relações de troca e como relações de propriedade, que, para além de serem replicados, também foram adaptados e modificados para a máxima extração do mais-valor.

Das relações de produção e troca que criamos no século XX e que passaram a nos determinar, a minoria delas pode ser determinada por nós, deste modo aparecendo como estranhamento, explicado no Capítulo 1 deste trabalho⁷⁹. Isso porque as formas específicas

⁷⁸ Fixar-se na História é como Hegel se refere às formas que permanecem de uma sociedade para a outra. As formas transitórias não se fixam na História por não ter força histórica, por não serem manifestações do Espírito do Tempo. Não estamos usando fixar-se na história no sentido hegeliano, o sentido aqui é o de ter força material de determinação econômica, ou seja, essas iniciativas não se fixaram por motivos econômicos, seja por não gerar lucro suficiente, seja por aumentar de tal modo a exploração que se tornam uma contradição.

⁷⁹ Página 18.

não afetam todos os seres humanos do mesmo modo. Um trabalhador pode não ser terceirizado e ainda ter relações produtivas como as que já existiam no século XIX, sendo contemplado pelo trabalho de Marx. Com isso, percebemos que setores inteiros da economia não foram afetados por essas relações⁸⁰, entretanto muitos foram os ramos que foram criados e com eles novas relações de trabalho, produção e troca e um grande número de trabalhadores tem suas vidas determinadas pelas formas específicas surgidas no século XX. Com isso, podemos apontar um aumento na importância das relações de troca e do capital fictício, apontando mudanças na relação com a propriedade para a massificação de algumas destas práticas para a extração de mais valor.

No primeiro capítulo desta tese, ao esmiuçar os conceitos de alienação e estranhamento, vimos que estes se referem a processos epistêmicos, ontológicos e sociais, o primeiro tratando-se da percepção do outro externado como externo ao Eu, o segundo e o terceiro referindo-se a processos sociais e políticos de separação, diferenciação e não reconhecimento do outro em relação ao Eu, através da externalização do outro e relação ao eu, sendo este outro externado da razão, resultando em um defrontamento. Um dos processos de externalização do outro no século XX resultado da financeirização da economia é a relação entre propriedades.

Todas as transformações produtivas pelas quais a Europa e os Estados Unidos passaram entre os séculos XVII e XIX, o surgimento da indústria, a construção da democracia burguesa, a criação de infraestrutura de transportes e comunicações, a transição da população do campo para a cidade etc. o capitalismo exportou para todos os lugares do mundo como forma de aumentar seus lucros, ampliar seus mercados e diversificar seus fornecedores, suas matérias primas e seus produtos. Com isso, impuseram o capitalismo através do neocolonialismo, criando indústrias que substituíram as manufaturas locais e criando consumidores. Isso levou mais tempo em alguns lugares e menos em outros, geralmente o que determinou quanto tempo levou para o capitalismo se instalar completamente foi a quantidade de matéria prima que estes locais tinham para ser exploradas.

Para deixar claro, não é possível perceber novas formas de alienação/estranhamento ou de alienação ou de estranhamento distintas das descritas por Marx e Engels no século XIX,

⁸⁰ Com o desenvolvimento de forças produtivas e o desenvolvimento de novas técnicas, métodos e relações de trabalho desenvolvem, paralelamente, novas categorias de trabalhadores e muitas das novas técnicas, métodos e relações de trabalho não afetam categorias pré-existentes, mas, algumas vezes afetam. Por exemplo, professores e cozinheiros, ambas são categorias que preexistem à terceirização, entretanto muitos cozinheiros foram terceirizados e a grande maioria dos professores não foi terceirizada. Ou seja, nem todas as categorias pré-existentes permaneceram inalteradas e nem todas as categorias pré-existentes foram alteradas, o mesmo para as categorias novas.

mas o desenvolvimento de forças produtivas no século XX acrescentou camadas de alienação e ou estranhamento às formas de alienação que já existiam.

Conforme vimos, a possibilidade de extração de mais valor em outras atividades humanas, para além do trabalho na produção da vida material, complexificou as relações de trabalho. Essa complexidade ainda existe dentro das manifestações descritas por Marx, mas elas aparecem para nós como camadas de alienação dentro da forma geral da alienação. Elas são criadas por nós e nos determinam, e nós podemos determinar em certa medida, mas só existem condicionadas pelo trabalho assalariado. Nesse sentido, estas camadas de alienação/estranhamento que desenvolvemos no século XX são as árvores que nos impedem de ver a floresta⁸¹. São essas camadas que, em muitos casos, impedem os trabalhadores de perceber como estão sendo explorados por cada uma destas camadas, como são colocados uns contra os outros pela concorrência do trabalho, como só conseguem ter acesso a um mínimo de fruição da riqueza produzida pela humanidade, como são impedidos de articular mudanças.

Toda nova relação de trabalho, produção ou troca criada para aumentar a extração de mais-valor ou para extrair mais-valor de uma categoria da qual antes não era extraído mais-valor é mais uma camada de alienação do trabalho. Desse modo, as formas que Marx descreve nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* e em *A Ideologia Alemã* são as formas gerais que engendram as formas específicas desenvolvidas desde o início do modo de produção capitalista.

Mas com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica, comprime-se em massas cada vez maiores; sua força cresce e ele adquire maior consciência dela. Os interesses e as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais à medida que a máquina extingue toda diferença do trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo. Em virtude da concorrência crescente dos burgueses entre si e devido às crises comerciais que disso resultam, os salários se tornam cada vez mais instáveis; o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna a condição de vida do operário cada vez mais precária. (Marx e Engels, 2017, p29)

O cercamento de terras, a proibição de colher lenha nos séculos XVIII e XIX são formas específicas da alienação do homem do seu ser genérico. O taylorismo replicado e modificado em todas as áreas da indústria é a reificação levada ao limite, disfarçada de humanismo conciliador. Taylor fala que seria melhor, seria mais digno um gorila amestrado executando um trabalho tão repetitivo do que um homem, mas que o homem é necessário

⁸¹ Esta expressão vem do século XVI e não se sabe ao certo a sua origem, sua primeira menção escrita é de John Heywood em seu livro *The Proverbs and Epigrams*. Ela refere-se ao fato de que muitas vezes os pequenos obstáculos nos impedem de ver o todo, ao estar perto demais da floresta só conseguimos ver árvores, é preciso se afastar para poder ver a floresta.

porque se alguma coisa não ocorre como deveria o ser humano consegue resolver. Esse tipo de posição indica que a principal preocupação é a produção e não a humanidade, deixando evidente que os empresários não dão emprego da bondade dos seus corações. Mesmo assim, eles só o fazem porque se não fizerem, não conseguem produzir. É que para muitos a melhor opção seria haver um ser menos racional ou se escravizassem um ser humano. Marx aponta que o caráter enfadonho e mecânico de algumas funções levam os seres humanos à bestialidade, como ele afirma nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*:

Em que consiste, então, a exteriorização (*Entäusserung*) do trabalho?

Primeiro, que o trabalho externo (*äusserlich*) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente por conseguinte, em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa, mas não está em casa quando não trabalha, e quando trabalha não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho seu trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer as necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura aqui, tão logo inexista a coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício de modificação. Finalmente a externalidade (*Äusserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse a si mesmo, mas é um outro. Assim como na religião a autoatividade da fantasia humana do cérebro e do coração humanos, atua independentemente do indivíduo e sobre ele, isto é, como uma atividade estranha, divina ou diabólica, assim também a atividade do trabalhador não é sua autoatividade. Ela pertence a outro e a perda de si mesmo

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal. (Marx, 2018, p82-83)

4.2 – A forma da propriedade

O processo de financeirização da economia leva a um outramento entre a propriedade material e a propriedade de títulos, o eu outro da empresa, da corporação, do *holding*, em relação ao eu proprietário dos acionistas. Existe agora uma camada que separa os proprietários dos meios de produção, e não é um externamento como dos trabalhadores que não têm acesso aos meios de produção, mas os acessos aos meios de produção se dão através da ação para a grande burguesia. É interessante notar que para a pequena burguesia, para o

pequeno industrial, o pequeno agricultor, estes continuam com acesso aos meios de produção, mas estes, em grande parte, são submissos ao grande capital, tendo toda sua produção comprada por grandes indústrias, ou pelo agronegócio.

As camadas médias — pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses — combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como camadas médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, são reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da História. Quando se tornam revolucionárias, isto se dá em consequência de sua iminente passagem para o proletariado; não defendem então seus interesses atuais, mas seus interesses futuros; abandonam seu próprio ponto de vista para se colocar no do proletariado. (Marx e Engels, 2017, p28)

Na incorporação, empresas comprando outras empresas são uma outra forma que a alienação/estranhamento apresentam desde o século XX. Existem quatro tipos de aquisição: aquisição, incorporação, fusão e a compra. Aquisição é, como no exemplo dado, quando uma empresa vai comprando aos poucos ações da outra empresa e quando chega a 51% das ações, anuncia aos outros acionistas que a empresa vai fazer parte da outra. A fusão é quando os acionistas da empresa A decidem fundir as propriedades da empresa A com a empresa B em um novo CNPJ, em uma nova entidade jurídica. A compra é quando a empresa compra uma outra empresa ou uma parte dessa outra empresa. Para além da aquisição, da incorporação, da fusão e da compra é que existe a possibilidade de os proprietários da empresa A se tornarem proprietários da empresa B.

Quando os proprietários compram as ações, eles se tornam realmente donos das ações, mas o que tem acontecido na aquisição, na incorporação e na compra é que empresas estão se tornando proprietárias de empresas. As ações das empresas compradas passam a fazer parte do portfólio de outra empresa. É a empresa A que se torna proprietária da empresa B, é a empresa A que compra as ações da empresa B ou que compra a própria empresa B, chegando ao caso da Black Rock, que possui ações de si mesma. O que vai significar para o capital e para os trabalhadores se, algum dia, uma empresa tiver todas as ações de si mesma? À quem ela vai pertencer? A quem os gestores irão prestar contas? Quem se beneficiará dos lucros? As decisões visarão o interesse de quem? O capitalismo permitirá isso?

Em todos esses casos existe a empresa se tornando um ser outro em relação às outras empresas, em relação aos seus acionistas, em relação aos seus administradores e em relação ao Estado, tanto que algumas dessas aquisições, incorporações, fusões precisam ser confirmadas pelas entidades de controle contra o monopólio. Isso porque, por mais que o capitalismo prega livre competição, nenhum dos capitalistas realmente quer isso. Eles querem

o monopólio, eles querem ser únicos e exclusivos fornecedores de tal ou qual mercadoria para serem os mais ricos e com maior entesouramento

É necessário admitir o limite teórico e prático do que está sendo analisado. O acesso aos grandes acionistas é restrito a pessoas desse círculo, tudo o que está sendo dito aqui é como aparece para nós que estamos fora desse círculo restrito. Não é possível afirmar categoricamente sobre a relação que os acionistas têm com a propriedade, pois não temos contato com os grandes capitalistas. As informações que temos são através de livros e da mídia, mas podemos perceber que a mediação da propriedade e do acionista proprietário é feita através da ação, é um vínculo jurídico e institucional que altera a aparência da propriedade especialmente em relação a grande indústria e aos grandes bancos.

O trabalho de Tragtenberg nos ajuda a compreender essa relação, mas foi escrito em 1980 e o processo de financeirização da economia que ele observa no começo de sua intensificação se aprofundou de maneira significativa. A relação do proprietário com a propriedade através de ações é a alienação dos meios de produção da vida material, mesmo aos proprietários diretos que tenham poder de decisão sobre as empresas esse acesso se torna mediado por um título. Ele afirma:

Os executivos e dirigentes das grandes corporações, especialmente norte-americanas, tendem cada vez mais a influenciar os processos decisórios estatais sob o capitalismo. A grande empresa, estruturalmente, mantém as relações de produção capitalistas, procurando ao mesmo tempo manter sua relativa autonomia frente ao Estado e à sociedade civil. Cabe aos managers harmonizar os interesses dos técnicos dessas grandes empresas, integrando-os aos dos acionistas e operários. (Tragtenberg, 2004, p09)

A grande virtude do trabalho de Tragtenberg está em detalhar como o administrador não se vê mais como assalariado. Por outro lado, isso já era apontado por Gramsci ao observar as relações de trabalho nos anos 30. O detalhamento de como essa relação se dá dentro das relações, dentro de uma mesma empresa, já que Gramsci as viu sobre gerência, aponta que ela não se sentia como classe trabalhadora, e exercer aí exploração por procuração. Nos anos 80 do século XX, essa exploração por procuração não está só na gerência e chega aos pontos mais altos da administração das empresas. Os assalariados exercem todas as funções, a de produção da riqueza material da administração, da exploração e da decisão financeira sobre compra e venda de ações.

Não existe mais o envolvimento entre os proprietários e a produção da vida material. Esses são detentores dos meios de produção, sem possuir os meios de produção, possuindo ações que são ligadas à propriedade e podem determinar, mas a distância formal que a ação

impõe transforme a relação do proprietário com os assalariados. O proprietário que tem voto, tem acesso apenas aos gestores, e os gestores têm algum contato com a produção. Mas como os últimos não estão envolvidos, por não entenderem muitas de suas partes, essa percepção se torna apenas numérica, a decisão é tomada sem se pensar no produto ou nas pessoas que trabalham, mas apenas nos números, seja custo, seja a quantidade de itens produzido, seja valor da ação na bolsa de valores. Isso por quê:

Capital, por isso, não é apenas comando sobre trabalho, como dizia A. Smith. É essencialmente comando sobre trabalho não pago. Toda mais-valia, qualquer que seja a forma na qual se cristalice, a de lucro, juros, renda etc., é, por sua substância, materialização de trabalho não pago. O segredo da autoexpansão ou valorização do capital se reduz ao seu poder de dispor de uma quantidade determinada de trabalho alheio não pago. (Marx, 2013, p617)

No caso dos acionistas das grandes carteiras de ações, especialmente a partir do século XX, isso se expressa como títulos bancários. A Black Rock possui ações da Vanguard, a Vanguard possui ações da Black Rock, nenhuma das duas possui propriedade no seu sentido clássico, mas ambas possuem ações das mais variadas empresas. Um dos pontos basilares da administração e da financeirização é a diversificação no investimento de ativos, o que significa comprar ações dos mais diferentes ramos inclusive de empresas concorrentes, para sempre poder lucrar. Cada um desses fundos de investimento tem a possibilidade de controlar um montante maior que o PIB de vários países.⁸²

Hoje, essa figura está oculta pelas camadas de alienação da propriedade: o acionista possui seus investimentos em um fundo de investimento que controla ações, então ele possui uma parte da ação que é dividida entre outros investidores da mesma corretora. A propriedade privada dos meios de produção está pulverizada nas carteiras de ações e nas corretoras de investimento. A luta pela emancipação humana, pelo fim da exploração, se perde nas camadas de alienação. Sendo assim, por mais que os trabalhadores se organizem, contra o que irão lutar? Principalmente em países como Estados Unidos, onde milhões de trabalhadores colocam os investimentos nos fundos de investimento para que os rendimentos sejam sua aposentadoria, o grande investidor quase não tem poder sobre as decisões que a empresa toma, o pequeno investidor não tem poder algum, pois mesmo que a carteira de ações em que ele investiu tenha ações de voto, não é ele quem vota.

⁸² Só em 2022, os cinco maiores fundos de investimento controlaram respectivamente: Black Rock, com o gerenciamento de US\$ 10 trilhões somente em ativos, a Vanguard, US\$ 8,1 trilhões; Fidelity, US\$ 4,2 trilhões; State Street Corp, US\$ 4,02 trilhões; e Morgan Stanley, US\$ 3,32 trilhões.

Marx não usou o vocabulário da filosofia para tratar desses temas talvez porque seu grande objetivo fosse promover a consciência de classe entre os trabalhadores das classes mais baixas da sociedade, dos despossuídos, dos paupérrimos, dos explorados. Sendo assim, para falar do ser outro, um terceiro que aparece, nos defronta e nos determina ele precisou tornar-se acessível, pois falar para os homens reais da sua intuição, da sua apreensão da realidade, da relação epistêmica que têm com objeto produto do trabalho poderia soar pedante e afastá-los do discurso, afastá-los da explicação. Marx usa o conceito de alienação e diz que o trabalhador não tem aquele produto e que esse produto do trabalho se torna uma força sobre ele. É assim que ele aborda essa relação epistêmica com um objeto produzido sobre o qual os trabalhadores não têm posse, é assim que ele expõe o defrontamento e a determinação que o objeto exerce sobre as pessoas.

Hoje, cada camada de alienação que surge entre os trabalhadores e a classe proprietária é constituída por novas categorias de trabalhadores, administrando as empresas e exercendo a exploração por procuração ocultando o real problema, que é a propriedade privada dos meios de produção da vida material, sem a figura do burguês do século XIX, que tinha contato real com a produção, que tinha um diálogo real com os seus assalariados, mesmo com uma distância grande.

Tendo sido feita de caso pensado, para ocultar a luta dos trabalhadores ou não, essas relações de produção e de trabalho desarticulam a luta organizada. Os grandes beneficiários da propriedade privada e da exploração não aparecem. A fala contra a propriedade privada dos meios de produção e contra a burguesia enquanto classe atinge somente a figura do pequeno burguês e o pequeno proprietário rural, estes só fabricam as partes menores do que a grande indústria usa. O grande burguês não tem mais contato com a produção, nem com os trabalhadores. Hoje essas pessoas não andam mais de carro e vêm às ruas, andam de helicóptero e mantêm uma distância física do cidadão médio.

A luta, de fato, é contra o sistema de exploração criado pelo modo de produção capitalista, a figura da burguesia é alegórica. Especialmente no *Manifesto do Partido Comunista*, as camadas de alienação ocultam o problema real, mas não impedem os trabalhadores de saberem que estão sendo explorados e que merecem melhores condições de vida. A luta real é pelo fim da sociedade dividida em classes. Quando falamos em acabar com a burguesia, falamos em acabar enquanto classe, de que essa classe não exista mais. A organização da luta passa pelo intelectual orgânico e pelo partido em sentido gramsciano. O intelectual orgânico, para Gramsci, é aquele que dá organicidade ao pensamento de uma classe e organiza sua luta política, e o partido é um intelectual orgânico coletivo que se

encarrega de informar os trabalhadores e promover neles a consciência de classes, deixando mais evidentes as contradições do capitalismo.

As camadas de alienação/estranhamento desenvolvidas no século XX são desenvolvidas pois o capitalismo precisa se renovar constantemente, e vão continuar se renovando. Enquanto estivermos vivendo no capitalismo, essas renovações vão ser direcionadas para o aumento da exploração, criando mais camadas de alienação/estranhamento. As mudanças desenvolvidas no século XX enfatizam a necessidade de superação do capitalismo.

As bases do capitalismo são as que Marx descreveu no Século XIX, as mudanças das relações produtivas, de trabalho e de troca foram feitas sobre essas bases. Se não superarmos o capitalismo, a tendência é que as mudanças que ainda serão desenvolvidas, serão sobre essas mesmas bases. Segundo Marx e Engels:

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens. (Marx e Engels, 2017, p24)

Ou seja, as mudanças nas relações de trabalho, produção e troca, enquanto forem conduzidas pelo capitalismo, serão uma renovação das relações que já existem favorecendo à burguesia, aumentando a intensidade da exploração e a extração de mais-valor. Somente rompendo com o modo de produção burguês vamos parar com a criação de cada vez mais camadas de alienação, dado que, no capitalismo, a tendência é que a exploração aumente.

4.3 – As Camadas de alienação, ou Formas Específicas

4.3.1 – Terceirização

Uma atividade vista como racionalização da administração foi a terceirização. Na terceirização, uma empresa contrata outra empresa para fazer alguma parte do trabalho. Os

lugares mais comuns são limpeza e transporte, mas existem empresas de contabilidade, jurídicas, empresas que atuam como Recursos Humanos dentro de outras empresas e empresas que produzem pelas outras, entregando a mercadoria pronta para que a empresa contratante apenas ponha o “rótulo”.

A estrutura da terceirização põe camadas de separação reais entre trabalhador e trabalho, alterando sua relação com ele. O trabalhador não produz para a empresa na qual trabalha, a empresa para a qual ele trabalha não é onde ele trabalha. Nesse sentido surge um nível a mais na exploração do trabalho assalariado: a empresa maior explora a empresa menor e juntas exploram o trabalhador. Isso porque sai mais barato contratar uma empresa que contrate os empregados, do que contratar os empregados, treiná-los, arcar com custos jurídicos e profissionais, etc.

Para além de seu tipo mais comum, a terceirização existe de um segundo modo, que ficou conhecido como Microempresa Individual. Esse tipo de terceirização é uma terceirização do trabalho intelectual, nesse tipo de terceirização o trabalhador se vê como uma empresa de si mesmo que trabalha para outras empresas por contratos com tempo determinado. Nessa situação, os trabalhadores, assim como todos os outros trabalhadores de todas as outras categorias, estão apenas vendendo sua força de trabalho e não têm acesso aos meios de produção. Esse tipo de contrato é mais comum com arquitetos, engenheiros, designers e tecnólogos da informação.

Uma tentativa de definição simplificada da terceirização poderia afirmar que o termo terceirização indica o processo em que A paga para B fazer alguma coisa, mas essa é uma simplificação superficial e ruim, pois se A for um burguês e B um trabalhador, ou grupo de trabalhadores, essa descrição identificaria todas as formas de compra da força de trabalho feita pela burguesia, e, deste modo, tudo seria considerado terceirização. Não é o caso, mesmo porque, se terceirização fosse isso, estaria faltando o terceiro elemento, o nome não justificaria o nome.

A terceirização indica o processo em que a empresa A paga para que a empresa B contrate C para realizar o trabalho na empresa A, onde C indica um trabalhador ou grupo de trabalhadores que estão sendo explorados tanto por A quanto por B. C trabalha em e para A, recebendo ordens e obedecendo prazos estabelecidos pelos administradores de A, enquanto B seleciona, contrata, paga salários e lida com a burocracia de C. O trabalhador C está produzindo para A e A tem os meios de trabalho, retém os produtos do trabalho e fica com os lucros. A relação de produção se dá entre A e C. O excedente do que C produz é suficiente para A lucrar e pagar B, o que nos leva a conclusão de que o terceiro elemento nesta relação

não é C, é B. C é necessário à produção. B foi criado por algum burguês que percebeu que poderia articular para que pudesse não se preocupar com alguns dos custos de produção, cobrando deste um valor menor, e pagando um salário menor aos trabalhadores. Se A contratasse C diretamente, os salários de C seriam melhores, C teria mais estabilidade e, muito provavelmente, mais benefícios⁸³.

Nesse tipo de terceirização, a vantagem maior pertence a A. As propriedades, o produto do trabalho e os lucros são de A, B executa um serviço em torno dos custos de produção. Desse modo, o outramento se dá pois, mesmo trabalhando no prédio, vestindo o uniforme e com os materiais, produzindo para A, C não trabalha para A. As relações diretas de trabalho se dividem, suas relações de trabalho real, que alteram a natureza ou o espaço, se dão com A e as pessoas de A, suas relações jurídicas e financeiras se dão com B. Pelo fato de as relações jurídicas e financeiras se darem através de uma empresa contratada, a terceirização aparece como forma específica da reificação. A empresa contratante é indiferente ao contratado pela empresa contratada, e o trabalhador indiferente à esta relação.

A terceirização se fixa pois é sempre mais vantajoso para A e para B que B contrate C. As empresas com número muito grande de funcionários entram em regime tributário diferente, respeitam normas de segurança diferente e, no caso de empréstimo, pagam mais juros. É mais vantajoso para A ter até 50 funcionários, contratar 30 trabalhadores autônomos, contratar uma terceirizada para limpeza, uma para alimentação, uma para a contabilidade e uma para assessoria jurídica, do que mudar sua faixa de imposto⁸⁴. Para além disso, as empresas só têm que se ocupar da regulamentação do trabalho que executam. A empresa A só se responsabiliza pelas regras do que produz, as terceirizadas de limpeza e alimentação se responsabilizam em obedecer às regras da vigilância sanitária, e assim por diante.

Nesse sentido, a terceirização produz esses vários seres outros que são as empresas prestadoras de serviço, mas esses seres outros não são um ser outro da mesma ordem do ser outro da empresa que defronta os trabalhadores na alienação dos meios de trabalho no século

⁸³ Muitos direitos conquistados por categorias específicas em greves e negociações com a classe patronal são driblados pela terceirização. Um exemplo nesse sentido são os benefícios dos trabalhadores das metalúrgicas no Brasil, que, quando conquistaram seus direitos, conquistaram para todos aqueles que trabalhavam para as metalúrgicas. Mas quando estes benefícios foram transformados em direitos e a lei foi elaborada conforme a função, os metalúrgicos tinham o mesmo direito, mas a pessoa que cuida do estoque, tem os mesmos direitos só se é contratada pela metalúrgica, se for terceirizada, não.

⁸⁴ No Brasil, as faixas de classificação segundo os Critérios de Porte (SEBRAE/IBGE), Microempresa (ME): até 9 (Comércio/Serviços) ou até 19 (Indústria) empregados. Empresa de Pequeno Porte (EPP): 10 a 49 (Comércio/Serviços) ou 20 a 99 (Indústria) empregados. Empresa de Médio Porte: 50 a 99 (Comércio/Serviços) ou 100 a 499 (Indústria) empregados. Grande Empresa: 100 ou mais (Comércio/Serviços) ou 500 ou mais (Indústria) empregados. Essa mesma progressão, junto com o rendimento da empresa, é usada para a classificação de alguns impostos. As microempresas pagam menos impostos.

XIX, mas seu desmembramento em formas específicas que favorecem a burguesia e aumentam a exploração. Existe aqui um defrontamento de menor intensidade do que o surgimento da grande indústria, o que gera uma contradição. O defrontamento com o ser outro, que intermedia a relação com o ser outro, é menor, e muitas vezes imperceptível, pois o trabalhador percebe seu trabalho onde trabalha, mas só defronta o ser outro de quem o contrata no contracheque e na demissão. Não se trata de um defrontamento de tipo diferente, mas de intensidade diferente.

A terceirização é uma forma específica da alienação dos meios de trabalho, e para além de o trabalhador não possuir os meios de trabalho, não pertencem à empresa para qual o trabalhador trabalha.

O *outsourcing* identifica o processo no qual uma empresa decide dividir sua produção em vários locais diferentes para aproveitar incentivos fiscais ou a facilidade de produção de uma determinada parte da mercadoria e unindo as partes em um outro lugar. Esse tipo de *outsourcing* apresenta uma nova camada de relação alienação do produto do trabalho, pois se uma fábrica na Índia faz uma parte, outra é feita no Brasil, outra no México, e tudo é unido na China. A percepção do produto do trabalho se torna praticamente imperceptível. O trabalhador não sabe onde vai ser usada a parte que ele montou e, muito possivelmente, nunca verá o produto do seu trabalho sendo usado, sendo realizado materialmente.

O *outsourcing*, ou descentralização da produção, foi uma estratégia criada, como descrito acima, nos anos 80 do século XX para diminuir os custos de produção e para ampliação dos mercados. A ideia que o fundamenta é a de produzir onde é mais, e isso foi pensado primeiramente para as montadoras de automóveis, que passaram a produzir os pneus onde a borracha é extraída, o chassi perto das minas de onde o minério era extraído, os freios passaram a ser produzidos mais perto de onde a porcelana era retirada. Cada parte do automóvel era produzida em um lugar e as peças eram enviadas à fábrica no país que oferecesse maior isenção fiscal. Isso leva ao segundo tipo, que é quando uma empresa compra as partes de outras empresas, ao invés de desenvolvê-las, e ao invés de ter as fábricas de cada parte espalhadas pelo mundo, passaram a comprar as peças de fabricantes menores, que pagam salários menores aos trabalhadores. Com o tempo, as montadoras de automóveis se tornaram cada vez mais montadoras e menos fábricas. Para além disso, isso não ocorre somente com automóveis, mas com eletroeletrônicos, por exemplo. Independentemente da marca do computador, os computadores têm os processadores feitos por outras empresas.

Os dois processos são chamados de *outsourcing*, pois a administração não os diferencia, e indicam mais dois argumentos em favor do que já defendemos neste trabalho: o

primeiro é que hoje não é apenas a transformação da natureza que pode ser considerada trabalho e que cria valor, e o segundo é que quando os administradores decidiram fechar os setores das fabricas de automóveis que produziam pneus, vidro etc. Eles conseguiram aumentar a extração de mais-valor, ou seja, tornou-se possível extrair mais-valor de uma atividade que era apenas custo de produção e sem modificar em nada os processos de trabalho, deste modo fazendo o trabalho do administrador útil.

Ainda existe um terceiro tipo de *outsourcing*. Esse acontece nas bolsas de valores, quando uma empresa compra uma outra empresa, ou parte de uma outra empresa, para que esta empresa comprada faça alguma parte do trabalho para a empresa compradora. A Coca-Cola comprou 16,7% da Monster, que produz bebidas energéticas, para que a Monster fizesse produção e a distribuição da Coca-Cola em alguns lugares. As empresas compradas passam a ser consideradas subsidiárias da empresa compradora.

Em cada um destes tipos de *outsourcing* existe um outramento de um defrontamento diferente. No primeiro e no segundo tipos, o ser outro da mercadoria produzida em outra parte do mundo que retorna como defrontamento estranhado do produto do trabalho, que não é mais produto do trabalho. O trabalhador de um país só vê o produto do trabalho totalmente montado quando este volta inteiro do exterior como importação. E o trabalhador do país que monta a mercadoria final vê as peças importadas como perda de oportunidade de trabalho, o que aparece no discurso político como redução de postos de trabalho do país. O terceiro se trata de uma relação de propriedade, como discutimos na seção 3.3.

Por um lado, o *outsourcing* poderia ser usado para aumentar a uniformização do proletariado como classe mundial, ou como está no *Manifesto*:

Os interesses e as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais à medida que a máquina extingue toda diferença do trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo. Em virtude da concorrência crescente dos burgueses entre si e devido às crises comerciais que disso resultam, os salários se tornam cada vez mais instáveis; o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna a condição de vida do operário cada vez mais precária; os choques individuais entre o operário singular e o burguês singular tomam cada vez mais o caráter de confrontos entre duas classes. (Marx e Engels, 2017, p29)

Por outro, a percepção de que a produção descentralizada tira postos de trabalho do seu país, e isso é um risco, é uma visão oriunda da falta de consciência de classe, que surge através da competição. Mas esse fato é discutido mundialmente, o que mostra uma uniformidade no modo de vida e nos medos dos trabalhadores, demonstrando que:

Os isolamentos e os antagonismos nacionais entre os povos desaparecem cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade de

comércio, com o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e com as condições de existência a ela correspondentes. (Marx, 2017, p38)

Desse modo, essa estratégia produtiva aparece como uma relação produtiva que cria um ser outro em relação aos trabalhadores. Dos trabalhadores que produzem as partes da mercadoria, esta lhes é retirada e levada, mas dos trabalhadores que recebem essas partes prontas este ser outro o defronta como objeto necessário à produção, que lhe é estranho. Do mesmo modo que a sociedade herda as relações sociais de produção e a compra e venda da força de trabalho, e esta aparece pronta e estruturada diante do trabalhador, quando entra no mundo do trabalho, uma ou várias partes da mercadoria aparecem prontas perante os trabalhadores, e eles têm que montar, seja um sistema de freios que o operário põe no carro, seja a placa mãe que o operário põe no computador. Esses objetos estranhos o defrontam e ele precisa uni-los a outros objetos estranhos.

Lembrando que durante a manufatura os operários precisavam passar por todas as etapas do processo produtivo, e no início da industrialização eles poderiam passar por todas as etapas do processo produtivo e, com isso, eles entendiam como surgia cada parte. A nova estrutura e as novas técnicas fazem com que isso, para além de não ser necessário, não seja possível. Nenhuma empresa vai mandar o operário de país em país para que ele veja como são feitas as partes que ele monta. Desse modo, o envolvimento com o produto do trabalho é ainda menor, seja da parte dos que montaram as peças que não sabem onde foram feitas, seja da parte dos que juntaram as peças, que não têm acesso ao processo todo. Esses são aspectos epistêmicos da alienação/estranhamento.

4.3.2 – Exploração por procuração

O taylorismo levado ao alto escalão da administração das empresas cria uma subcategoria de assalariados que creem ser patrões. A administração profissional surge com a administração científica e se desenvolve no sentido de que as gratificações e promoções dos assalariados criem uma confiança maior da parte dos proprietários de que os assalariados vão fazer pela empresa o mesmo que os proprietários fariam. Quando os proprietários conseguem estabelecer culturalmente a mentalidade taylorista, positivista de que o que é bom para os ricos é bom para todos, eles conseguem desenvolver um tipo de gerência, na qual confiam

plenamente, de tal modo que esta gerência consegue pressionar os trabalhadores, sem que os proprietários estejam na empresa para pressionar a gerência.

O que ocorre nessa situação é uma exploração por procuração. Os gerentes possuem uma procuração tácita para explorar os trabalhadores em nome dos proprietários. Esse processo não é novo, Engels descreve isso na *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*⁸⁵, onde a figura do capataz exerce um tipo de exploração por procuração, mas nessa época o proprietário ainda era uma figura presente nas fábricas. Outro ponto diferente é que a hierarquia era diferente. Nesse contexto, se constituía a hierarquia de 3 ou 4 pessoas, dependendo do tamanho da fábrica: proprietário, responsável pelo setor, capataz e trabalhador. Fábricas menores não tinham o encarregado do setor, ou o próprio capataz era o encarregado.

O taylorismo multiplica as camadas hierárquicas, multiplicando os setores e os encarregados por cada setor, e cada camada exerce exploração por procuração sobre as outras. Com isso, no século XX essa exploração por procuração se torna mais efetiva, pois em cada camada existe o pensamento meritocrático de que se o encarregado do setor conseguir bons resultados, ele será promovido e algum dos subordinados irá ser promovido à posição de encarregado. Essa ambição se fixa no imaginário popular, na cultura ocidental, e se torna base para o maior controle de todos os trabalhadores, pois todos querem ser promovidos, enquanto no século XIX este controle era feito pelo medo da fome ou da violência física. Isso torna imperceptível algo muito importante, que, mesmo nos cargos mais altos, os trabalhadores nunca chegarão a ser proprietários, mesmo em empresas que, nas gratificações de Natal⁸⁶, dão aos seus trabalhadores ações da empresa, mas estas ações comparadas à totalidade da empresa são o que na física seria chamado de uma grandeza desprezível.

O que está sendo apontado aqui sobre essa relação entre os proprietários e a gerência é da ordem da estrutura, mas também afetou muitos trabalhadores em um nível pessoal e subjetivo, especialmente no sentido de um incentivo para produzir mais, ser mais fiel à empresa, ser mais obediente na esperança de alcançar uma posição de destaque na empresa e na sociedade. Mas essa posição de destaque chegou para poucos, e mesmo tendo posições importantes e altos salários, continuaram sendo assalariados. A triste verdade é que as gratificações e promoções foram aos poucos apagando a consciência de classe desses assalariados com altos cargos, especialmente dos que mais se empenharam em ser

⁸⁵ Conf. Engels, 2007, p285.

⁸⁶ Existem dois modos mais comuns de um trabalhador receber ações da empresa onde trabalha. O primeiro é como bônus de Natal ou por produtividade o segundo é como forma de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) ou o Programa de Participação nos Resultados (PPR) que algumas empresas criam de incentivo financeiro, mas que a empresa pode negociar para entregar ações que os trabalhadores, geralmente, vendem. É importante salientar que estas ações geralmente não são ações votantes.

promovidos. O reflexo hodierno dessa mentalidade é que ela se enraizou no senso comum e dessensibilizou os trabalhadores do sofrimento das outras categorias, da exploração que os outros trabalhadores sofrem, criando, paulatinamente, uma visão meritocrática de mundo, dentro da visão de mundo burguesa.

Conforme falamos no começo deste capítulo, as relações de trabalho podem se tornar força material. É nesse sentido que a hierarquização aparece como um ser outro em relação aos trabalhadores. Os seres humanos ficam subsumidos a seus títulos dentro da estrutura administrativa, não são mais vistos como seres humanos, mas como o operário, o encarregado do setor, o administrador, o responsável etc., com isso fica evidente que a hierarquização é uma forma específica de reificação, uma forma específica de alienação do ser social.

4.3.3 – Crédito

No século XX tivemos um avanço do estado de bem-estar social e da social-democracia, esta vertente que quer justiça social sem romper com o capitalismo e a estrutura de exploração. Esse avanço foi devido ao fato de que, especialmente após a segunda guerra mundial, houve a percepção, por parte dos países capitalistas, de que, se não houvesse concessões aos trabalhadores e melhoria nas condições de trabalho e de vida, que incluíssem os países em desenvolvimento, haveria uma migração massiva de países para o bloco soviético, incluindo alguns dos países desenvolvidos da Europa. Esse ambiente de atração pelo socialismo e busca por justiça social possibilitou que a burguesia permitisse aos trabalhadores um acesso, ainda que limitado, aos produtos do trabalho dos trabalhadores, à riqueza produzida pela humanidade, mas com a condição de que a burguesia se beneficiasse disso também. Nesse contexto foi criado o crédito ao consumidor.

Crédito aparece como mediação entre o trabalhador médio e a fruição dos produtos do trabalho humano. Essa mediação intensifica a transformação de todas as relações sociais de produção em relações de compra e venda⁸⁷. A dinâmica meramente comercial para a obtenção dos itens necessários à vida é a forma específica da alienação do produto do trabalho. Os trabalhadores não podem mais produzir para si, produzem para outro, quem lhes paga, e eles têm que comprar o que estes outros produziram. No século XX, essa obtenção passa a ser mediada pelos bancos e pelas empresas de cartão de crédito, e, para além disso, o consumo

⁸⁷ Cf. Marx e Engels, 2017, p24

mediado pelo crédito muda a relação dos trabalhadores com as coisas e cria meios de lucrar para os burgueses. O crédito, em si, existe desde a antiguidade, mas o crédito como o conhecemos surge com a Revolução Industrial, tomando outras proporções, na Revolução Industrial o crédito sendo usado para comprar coisas grandes, como casas, por exemplo, mas também para pagar itens alimentícios em uma venda conhecida.

Ainda no século XIX, é posto em prática por alguns industriais liberar crédito para que os trabalhadores que trabalhassem para eles comprassem em seus armazéns. Com isso, a dívida que os trabalhadores tinham com os armazéns era sempre maior do que o salário que o industrial pagava, deste modo estes trabalhadores eram mantidos trabalhando para este industrial. Essa prática é descrita por Engels na *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*⁸⁸,

Nesse sentido, o crédito aparece como ser outro através do *score* que o trabalhador acumula nos serviços de proteção ao crédito. É esse ser outro que vai determinar se o ser humano tem acesso aos bens de consumo ou qual a qualidade da vida material que essa pessoa vai ter. Os trabalhadores defrontam o sistema de crédito sempre que precisam de algo, pois o modo de produção capitalista foi sendo estruturado de modo que os trabalhadores, com seus salários, não pudessem comprar o que comer, onde morar, o que vestir e ter suas coisas e seu lazer. O trabalhador é pago para que consiga ter o que comer, onde morar e sobrar um pouco com o que ele paga as parcelas do que vestir, das suas coisas e do seu lazer.

Os bancos decidem que também vão lucrar com o crédito, deste modo o crédito passa a ser não só mediação entre o proletariado e a propriedade pessoal, como casas, carro etc., mas para bens de consumo, como móveis eletrodomésticos vestuário; isso permite por parte dos grandes burgueses uma redução do salário. Com o salário médio, um trabalhador deveria poder ter acesso às coisas necessárias à subsistência, mas isso diminuiria a extração de mais valor. Entretanto com a invenção do crédito para o acesso aos bens de consumo, o salário pode permanecer menor e os bancos aumentam seus lucros, principalmente porque o crédito sempre é acompanhado por juros (no Brasil esta prática só chegou nos fim dos anos de 1990, pois os anos de instabilidade econômica desincentivavam os bancos a disponibilizarem linhas

⁸⁸ “e a tudo isso é preciso acrescentar duas instituições que contribuem, com particular eficácia, para sujeitar os operários ao industrial: o *truck system* e o *cottage system*. com a primeira expressão, os operários designam o pagamento de salário em mercadorias, forma de pagamento que outrora era muito difundida na Inglaterra. “Para comodidade do operário e para protegê-lo dos altos preços praticados pelos merceeiros”, o industrial abria um armazém onde vendia todo tipo de artigos; para que os operários não comprassem em outros locais a preço melhor – uma vez que, no armazém da fábrica (*tommy shop*), as mercadorias eram vendidas 25% a 30% mais caras –, entregava-lhes não dinheiro, mas um vale, no valor do salário, para adquirir aquilo de que necessitavam em seu próprio armazém. o descontentamento geral em face desse sistema infame deu origem ao *Truck Act* de 1831, que declarou nulo, ilegal e passível de multa o pagamento em gêneros. (Engels, 2007, p216-217)

de crédito, especialmente em cartões de crédito, e para comprar móveis e eletrodomésticos os brasileiros ou colocavam o dinheiro em poupanças, ou compravam à vista, ou compravam parcelado com o carnê da loja, o chamado crediário).

Mediar o acesso aos produtos do trabalho não apenas pelo valor que é pago pelo trabalho executado em uma outra área é uma forma específica de alienação dos produtos do trabalho. Essa é uma camada de alienação que se interpõe entre o ser humano e os produtos do trabalho. Enquanto até o século XIX só existia a mediação através do dinheiro recebido pelo trabalho executado, trabalho diferenciado, no século XX a criação do crédito cria um novo obstáculo para que os trabalhadores possam usufruir da riqueza que eles mesmos criaram.

4.3.4 – Especificidades menores, mas não menos alienantes

Nessa seção vamos observar especificidades menos complexas, mas que ainda assim aparecem como um ser outro que nos defronta e nos determina em relação à produção da vida material. O primeiro caso é a gestão especializada, ela foi criada como desenvolvimento do taylorismo, como forma de implementação do taylorismo na parte administrativa das empresas, e visa a aplicação de princípios da economia nacional nas empresas. Sendo assim, ela é uma forma específica de alienação dos meios de produção, do qual decorrem as outras forma específicas por ela criadas. É a gestão especializada que muda as relações de trabalho durante o século XX. Para além disso, ela também aparece como formação específica que dá acesso à administração dos meios de produção da vida material, que, como já vimos, pertencem aos burgueses.

Os trabalhadores médios não têm acesso à formação necessária para se tornarem gestores, sendo, deste modo, uma forma de dominação de classe. Mas, para além disso, a gestão especializada impede que quem pensa a produção da vida material, como engenheiros das mais variadas áreas, químicos, físicos, médicos, tenham acesso à determinação da vida material, com isso os especialistas de cada área são afastados da gestão, o que faz da gestão um ser outro em relação à todas as profissões, inclusive em relação aos gestores, pois estes sempre pensam no bem da gestão como algo separado deles.

O segundo caso é a formação dos estados nacionais. Se, por um lado, temos o cercamento de terras como forma específica da alienação do seu genérico no século XIX e antes, a formação dos estados nacionais são uma forma específica de alienação do seu

genérico de modo mais sutil. O que ocorreu foi que com a formação dos estados nacionais e o consequente colonialismo, o mundo foi dividido no sentido em que não há território no mundo que não tenha dono, que não pertença a algum país. Com isso, não há no mundo lugar para uma pessoa que não queira fazer parte de um país, nem mesmo o mar. É uma alienação do seu genérico, no sentido em que um ser humano não pode ser apenas um ser humano: ele é brasileiro, estadunidense, americano, inglês, francês e italiano, limitando a escolha ou a possibilidade de autodeterminação.

Isso começa com os estados nacionais europeus, mas a independência das colônias americanas, a divisão da África e a colonização da Ásia, forçaram cada uma das populações locais a buscar algum tipo de emancipação que fosse reconhecida pelos outros países. Deste modo, cada ser humano nasce com uma nacionalidade e com um conjunto de relações sociais de produção herdadas. Esse estado herdado aparece como um ser outro em relação aos seres humanos e em relação à própria forma Estado, pois, diferentemente do que Hegel observa, ele não surge da participação voluntária dos seres humanos se unindo por perceberem sua universalidade, mas como imposição estranha que exige a subscrição daqueles que nascem no território, território este que é administrado pelo Estado, o qual arbitra sobre as terras que são propriedade⁸⁹ e sobre as que não são: sobre os rios, o litoral, o subsolo e sobre o ar.

O terceiro caso é a linha de produção, esta começa com as guildas de ofício da Idade Média, onde cada operário da guilda teria de passar por todos os estágios da linha de produção para ser considerado um oficial, eventualmente, um mestre de ofício e, com autorização da guilda, abrir sua própria oficina.

O desenvolvimento de forças produtivas dentro do capitalismo altera essa dinâmica, apesar de manter a prática, e Taylor com a administração científica, para além da linha de produção, desenvolve e acentua a importância da setorização e da supervisão, como já foi apontado no segundo capítulo. A camada de alienação, nesse ponto, está no fato de que, se na época de Marx, cada trabalhador fazia uma parte do trabalho e, com isso, não tinha a percepção do seu trabalho no todo do objeto produzido, as divisões criadas pelo taylorismo deixam essa percepção ainda mais oculta. O caráter enfadonho⁹⁰ do trabalho se torna ainda mais enfadonho, sentir satisfação com o trabalho fica ainda mais difícil e sentir-se criativo dentro do processo produtivo é quase uma impossibilidade⁹¹.

⁸⁹ Pessoal ou privada.

⁹⁰ Cf. Marx e Engel, 2017, p28

⁹¹ No filme *Gran Torino*, Clint Eastwood, interpreta Walt, que trabalhou na linha de montagem da Ford e tem um Gran Torino, modelo 1972, do qual ele afirma “*I put the steering column in that car when it rolled down the line...*” em português, “Eu coloquei a coluna de direção nesse carro quando ele desceu a linha...”, esta fala do

O ser outro da linha de produção, da setorização e da ilha de produção⁹² aparece como ser outro herdado, imposto, que defronta os trabalhadores em relação ao trabalho que irão executar, limitando sua criatividade e suas opções para a padronização da mercadoria, engessando o trabalho em uma intensidade maior do que a observada por Marx.

O quarto caso vem do fato de que o desenvolvimento de novas mercadorias mais tecnológicas torna a concepção de que um trabalhador venha a aprender todos os estágios da produção, até se tornar um mestre, algo impraticável. O operário pode passar por cada estágio da linha de produção e aprender como operar cada máquina. Porém hoje a criação e o desenvolvimento da mercadoria e como ela funciona pertencem ao trabalho intelectual desenvolvido em um setor, e a produção a outro setor totalmente diverso. O projeto é desenvolvido em um setor que contrata pessoas com formações específicas, um engenheiro estuda e desenvolve os materiais, outro cria o *design*, e, se for uma mercadoria que precisa de um *software*, este vai ser desenvolvido por outro setor, e assim por diante.

Enquanto isso, a assemblagem é feita por operários sem formação específica. Nesse caso, o outramento é da parte de quem cria as partes do trabalho intelectualmente, que não tem contato com a produção, e de quem monta, que não tem contato com a concepção. Nesse sentido, a mercadoria montada é um ser outro para quem a pensou e a concepção é um ser outro para quem monta, para os primeiros é uma forma específica da alienação do produto e dos meios de trabalho e para quem monta é uma forma específica da atividade criativa do trabalho e do produto do trabalho quando este se torna mercadoria.

Academicamente é impreciso pôr em palavras essa não percepção do trabalho no objeto, mas para os trabalhadores é mais simples de explicar, cada um deles consegue sentir o defrontamento com o objeto. Um pedreiro levanta uma parede olha a parede e compreende que foi ele quem a levantou; um estoquista reorganiza um estoque, antes bagunçado, e ao vê-lo organizado compreende que foi ele quem escolheu e colocou as coisas no lugar; o marceneiro faz um móvel olha esse móvel e compreende que este móvel antes estava na sua cabeça e ele o materializou; um professor, quando conversa com um ex-aluno, vê que este ex-aluno entendeu e pôs em prática o que foi ensinado; um chefe de cozinha vê os clientes apreciando sua comida. É esse regozijo de perceber seu trabalho no mundo que os operários perdem quando fazem uma parte cada vez menor do trabalho, e essa percepção fica cada vez menor quanto menor for a parte do trabalho no todo. Esta sensação de olhar o resultado do

personagem ilustra a percepção do trabalhador em relação ao objeto, justamente a percepção que fica oculta pelas divisões do trabalho feitas pela indústria.

⁹² Modelo toyotista.

trabalho e entender que ele fez aquilo, ou que fez parte daquilo, fica oculta pela divisão do trabalho e pelo fato de que muitos operários fazem a mesma etapa no processo produtivo. Não é somente não ver a parte que se fez, mas, no objeto da produção em massa, não saber se quem o fez foi ele ou um dos colegas do setor, pois todos fazem a mesma etapa e são obrigados a fazer o mais igual possível⁹³.

Marx, na sua época, falava do martelo, do alicate, da tesoura etc., que, ao pertencerem à manufatura, apareciam como perda dos meios de trabalho, ao compararmos ao maquinário da indústria, a percepção da perda dos meios de trabalho fica mais evidente, dado que a enxada, a máquina de costura, o tear, a marreta etc., os operários podiam tê-los em suas casas para resolver seus problemas materiais domésticos, mas o maquinário industrial não tem utilidade fora da indústria. Ou seja, enquanto na época da manufatura as ferramentas que os trabalhadores não possuíam enquanto operários eram de uma ordem que eles poderiam possuir em suas casas, e muitas vezes possuíam, na indústria, e cada vez mais, o maquinário é tão específico que não faz sentido tê-los em casa. O maquinário da indústria no século XIX era, no geral, uma versão maior e mais rápida de ferramentas que as pessoas tinham em suas casas, como a máquina de costura, o tear, o martelo hidráulico, serras, prensas etc., tudo para fazer na indústria o que as pessoas faziam em casa. Ou seja, essas tecnologias são desenvolvidas como formas específicas de alienação do ser humano de seu ser genérico.

No século XX, para além do tamanho e da velocidade com que o maquinário produz, desenvolvemos máquinas automáticas que fazem o mesmo trabalho que o maquinário do século XIX fazia, mas sendo necessário um número menor de pessoas para operá-las. Desse modo, maquinário e automação são duas formas específicas de alienação dos meios do trabalho e do ser genérico, para além de esconder em mais camadas a participação do trabalhador no produto do trabalho, pois a parte menor que cada operário fazia fica ainda menor, e com isso ele se envolve ainda menos com o processo de trabalho e com o produto do trabalho.

Nem sempre as pessoas querem que todos os seus objetos sejam a autoobjetivação da sua subjetividade, ou sua autoefetivação concreta, e nesse sentido é melhor atender às necessidade básicas dos seres humanos do que insistir que cada pessoa busque que cada objeto seu seja um produto de si própria, que cada objeto seja feito por ela mesma, como o ideal de autoobjetivação da sua subjetividade. Ou seja, é melhor que todos tenham moradias iguais, roupas iguais e comam as mesmas coisas, mas garantindo que ninguém fique

⁹³ Cf. Marx e Engels, 2017, p27-28

desabrigado, passando frio ou fome do que esperar que cada um se esforce criativamente para que sua casa seja autoobjetivação da sua subjetividade, suas roupas sejam autoobjetivação da sua subjetividade e suas comidas sejam autoobjetivação da sua subjetividade, já que o trabalho é socialmente necessário.

Quando falamos em trabalho livre, é justamente para que cada pessoa possa dedicar-se a desenvolver a autoobjetivação da sua subjetividade como desejar, nas áreas do conhecimento com as quais tem mais identificação, e que possamos garantir o básico à todas as pessoas para que possamos usufruir do que é socialmente construído. A vantagem da divisão social aparece como a oportunidade de as pessoas não fazerem todas as coisas. Desse modo, em uma sociedade que não usufrísse do trabalho alienado, cada ser humano poderia se desenvolver como desejasse, desenvolvendo-se criativamente, artisticamente, mas o capitalismo converte a divisão do trabalho em forma de opressão e não permite aos seres humanos exercerem o trabalho livremente.

Dito o exposto, fica evidente que o desenvolvimento de forças produtivas foi gradualmente acrescentando camadas entre o ser humano e o seu ser humano genérico, o trabalho, os produtos do trabalho e o ser social. Com acesso aos meios de produção da vida material, o ser humano teria acesso ao seu ser genérico, à humanização que o trabalho produz, tendo assim acesso aos meios de trabalho, podendo com sua força de trabalho produzir sua vida material, e ainda tendo acesso aos produtos do seu trabalho. Ele viveria em sociedade com outros seres humanos como iguais, vivendo seu ser social.

No capitalismo, a situação é diferente para os burgueses e para os trabalhadores, isso começa no século XVII, mas demora para que essas práticas se tornarem comuns. Esse processo envolve a criação de novas relações de trabalho e a readaptação de velhas práticas. No século XIX os burgueses têm acesso à propriedade privada dos meios de produção, através deles conseguem comprar a força de trabalho de outros seres humanos e, com isso, têm acesso ao ser humano genérico, ao trabalho e aos produtos do trabalho, entretanto são reificados na relação de compra da força de trabalho.

Para os trabalhadores que vendem sua força de trabalho o acesso à riqueza da vida material criada pela humanidade e a esses elementos é impedida pela venda da força de trabalho. Ou seja, enquanto o ser humano burguês tem acesso ao ser genérico, aos meios de trabalho e aos produtos do trabalho através da compra da força de trabalho, mesmo sendo reificado, é a venda da compra da força de trabalho que impede acesso do proletariado ao ser genérico, aos meios de trabalho e aos produtos do trabalho, tendo como consequência serem

reificados pelos burgueses, e nessa reificação burgueses e trabalhadores perdem acesso ao ser social.

No decorrer do século XX, surgem novas mercadorias e técnicas de produção, e com isso novas relações produtivas e relações de trabalho, especialmente entre empresas. Essas acrescentam camadas na relação entre os burgueses e o ser genérico, os meios de trabalho e o produto do trabalho. A reificação não muda, mas passa a existir uma diferença significativa entre os grandes burgueses e os pequenos burgueses.

Os grandes burgueses passam a ter acesso ao ser genérico, aos meios de trabalho, ao produto do trabalho somente através do capital. Pelo fato de a propriedade privada aparecer aos grandes capitalistas como ação na bolsa, estes só têm acesso à riqueza produzida pela humanidade através da compra. Na prática, isso aparece assim: o grande burguês não pode mais simplesmente entrar na fábrica e dizer que é dono de algo, pois sendo acionista majoritário, ainda que ele queira se colocar em qualquer função, ele vai ter que explicar para a diretoria, e mesmo que ele pegue um produto que a fábrica produz, ele precisa informar para a diretoria que pegou. Para a pequena burguesia, para as pequenas propriedades rurais, pequenas indústrias, pequenos comércios essa prática ainda é possível, a relação com a propriedade privada aparece como era no século XIX, estes podem entrar na fazenda, na fábrica, no comércio e cumprir a função que quiserem, ou pegar um produto e retirar do estoque no computador.

No século XX, as maiores transformações nas formas específicas da alienação e do estranhamento se dão para os trabalhadores. Cada mudança das relações trabalho e troca aparece como um obstáculo a mais para que o trabalhador possa fruir da riqueza produzida pela humanidade. Dependendo da categoria de trabalho, as relações de trabalho não mudaram. O que acontece é que no século XX passa a existir uma amalgama de relações de trabalho, produção e troca que afeta diferentes categorias de diferentes modos. Funções são criadas, muitos são terceirizados, muitos conseguem benefícios para a própria categoria, através das lutas dos trabalhadores, e com isso as relações de trabalho deixam de ser tão uniformes quanto no século XIX.

Entretanto o ponto principal não mudou, a compra e venda da força de trabalho. Por mais que tenham sido criadas diferentes categorias de trabalhadores, a sociedade continua dividida em duas classes. Sem a transformação na forma de propriedade, sem o fim da propriedade privada, a tendência é que o capitalismo crie técnicas, métodos, relações de trabalho e troca para aumentar a exploração, o que torna cada vez mais urgente pensarmos o fim do capitalismo.

Considerações finais

A ideia deste trabalho, desde o projeto, foi atualizar os conceitos de alienação e estranhamento, especialmente considerando o estado atual do desenvolvimento de forças produtivas. Esses conceitos permaneciam inalterados desde o século XIX, e, em filosofia, é necessário, eventualmente, atualizar os conceitos, revisitá-los para ver o quanto deles ainda consegue fornecer uma explicação razoável para os fenômenos do mundo, especialmente no contexto da filosofia política, que trabalha com conceitos que se dão nas relações humanas. Neste caso observamos o desenvolvimento de forças produtivas no século XX para confirmar a efetividade dos conceitos, ou atualizá-los, se necessário.

Conforme a pesquisa se desenvolveu, os apontamentos que fizemos indicaram que não há novas manifestações de alienação ou estranhamento nas relações de trabalho, produção, troca e propriedade, pois as bases materiais da exploração do homem pelo homem continuam as mesmas. Entretanto há um aumento exponencial na intensidade da alienação/estranhamento.

Esse aumento da intensidade da alienação/estranhamento é acompanhado por um aumento da exploração. Ele acrescenta camadas de separação, camadas de alienação entre o ser humano e aquilo que dele é alienado/estranhado, e o objetivo destas camadas de alienação é aumentar a exploração, fazer destes seres humanos criadores das maiores maravilhas criadas pela humanidade, mas sem lhes permitir acesso à elas. Há o defrontamento com essa vida material criada e inevitável e, em consequência disto, um maior isolamento imposto, não desejado, mas condição posta como necessária para que se possa trabalhar e sobreviver. Com a financeirização da economia, surge uma mudança na relação entre os proprietários das propriedades privadas dos meios de produção e o modo como eles se relacionam com esta propriedade. Porém existe um limite prático de até onde conseguimos compreender se nessa relação existe uma alienação ao ponto de que a propriedade se torne outra e que nesse outramento haja um confronto, ou um defrontamento, com essa propriedade que lhe é outra e se isso é uma nova manifestação da alienação.

Nosso percurso nesta pesquisa foi, no primeiro capítulo, buscar compreender como alienação e estranhamento se formam como conceitos, onde convergem e onde divergem, e buscar uma definição simples que pudesse explicar em poucas palavras o que é alienação e o que é estranhamento. Com isso, chegamos às seguintes formulações: Alienação é quando algo que o homem cria o defronta, o determina e que o homem determina em certa medida, sempre em uma relação dialética; e Estranhamento é o defrontamento com a estrutura de produção da

vida material em uma relação coisal totalmente externa, na qual o homem não é criador da coisa defrontada, mas como coisa externa à estrutura produtiva. Nesse sentido, os homens não são herdeiros desta estrutura produtiva e a estranha, tendo possibilidade menor de determinação do processo.

No segundo capítulo, observamos a teoria do valor de Marx para explicar que é a busca pela obtenção de mais valor que motiva as mudanças nas relações de trabalho e produção. Posteriormente vimos como os métodos de Taylor conseguiram aumentar a extração de mais valor no século XX, como estes métodos criam uma mentalidade e uma estrutura na qual trabalhador explora trabalhador em nome do patrão. Essa nova estrutura permite que se extraia mais-valor de trabalhos que, na época de Marx, não havia condições de se ter mais-valor extraído, a saber: a contabilidade, a parte jurídica, o controle e a circulação. Porém essa extração de mais-valor possui limites naturais, físicos, biológicos e psicológicos.

Chegando ao terceiro capítulo, vimos que a burguesia se divide entre industrial e financeira, mas essa divisão é apenas referente ao modo como esta burguesia ganha dinheiro, pois trata-se das mesmas pessoas e, como modo de superar os limites da extração de mais-valor, a burguesia financeira começa a ganhar dinheiro com a movimentação financeira, com o capital fictício e com a movimentação de ativos, para além da especulação nas bolsas de valores. Esse novo modo de ganhar dinheiro afasta os burgueses das fábricas e da sua propriedade, a qual só possuem sob forma de ações.

Conforme desenvolvemos a pesquisa, percebemos que, primeiro, não poderíamos focar somente na segunda metade do século XX, como era a intenção do projeto, pois o desenvolvimento de forças produtivas na segunda metade do século XX é um desenvolvimento necessário e lógico. A partir do taylorismo, existiu no século XX o toyotismo, da ilha de produção. Em oposição ao taylorismo, esse retirava os trabalhadores da linha de montagem e os colocava em ilhas de produção, mas não mudava as práticas. Toyotismo foi um avanço em relação ao taylorismo no modo de explorar os trabalhadores, mas teve menos impacto por ter sido menos reproduzido, por isso não comentamos no nosso desenvolvimento. Desse modo, retomamos a primeira metade do século XX na pesquisa, taylorismo e suas consequências, suas novidades, e entendemos como administração científica se implementa em áreas que vão para além da produção, espelhando valores cínicos e insensíveis em relação ao ser humano que está produzindo.

E segundo, foi perceber que as novas relações de trabalho, produção, troca e propriedade não apresentavam novas manifestações da alienação ou do estranhamento, mas eram de fato formas específicas que refletiam as formas gerais descritas por Marx no século

XIX. Como formas específicas, essas novas relações de produção, trabalho, propriedade e troca geravam um intensificar profundo das formas gerais descritas por Marx, criando camadas de alienação entre os seres humanos, seu ser genérico, seu trabalho, os produtos do trabalho e os outros seres humanos.

Assim, essas formas específicas de alienação e estranhamento conseguem aumentar a exploração e intensificar a exploração, sem que haja muita resistência por parte dos trabalhadores. Essas formas específicas que criam camadas de alienação separam cada vez mais os explorados dos exploradores. Para além disso, foi criada uma categoria específica de trabalhadores que exploram outros trabalhadores, exercendo o que foi chamado aqui de exploração por procuração. Essa camada convence esses trabalhadores específicos de que eles são como os burgueses, são elite econômica, ricos, quase donos dos meios de produção, mas não são, são trabalhadores como os outros

Para além dessas relações, a terceirização, o crédito, as especializações de cada categoria de trabalho, os estados nação, a administração científica, a automação, o mercado de ações, o outsourcing, a especulação financeira, e o crédito são camadas de alienação entre os seres humanos, seu ser genérico, os meios de trabalho, os produtos do trabalho e os outros seres humanos. Enquanto para os ricos essas camadas aparecem como um caminho a ser percorrido para se ter acesso ao seu ser genérico, aos meios de trabalho, aos produtos do trabalho e aos outros seres humanos, para os trabalhadores essas camadas aparecem como obstáculos cada vez mais intransponíveis do acesso ao ser genérico, aos meios de trabalho, aos produtos do trabalho e aos outros seres humanos.

Conforme vimos, o caráter epistêmico da percepção da coisa pelo ser humano é importante para o conceito de alienação, pois é nesta percepção que está o defrontamento com aquilo que criamos, que nos determina e que nós determinamos em certa medida. Essas camadas de alienação obstruem a percepção de quem são os beneficiados pela exploração, mas não impedem que os trabalhadores percebam que são explorados e possam se organizar para lutar contra essa exploração cada vez mais profunda. Essas camadas de alienação só enfatizam a necessidade de superação do capitalismo, pois, sem superá-lo, a tendência é de que o desenvolvimento de forças produtivas, subsumidos aos interesses do mercado, desenvolva novas camadas de alienação, autonomizando mais ainda o capital.

Referências Bibliográficas

AMARO, R. A. *Cartas do comandante*. Negócio Editora. São Paulo, 1998.

BRUNHOFF, Suzanne de. *A Instabilidade Monetária Internacional*. In: CHESNAIS, François (org). *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. Tradução: Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo. Boitempo Editorial 2005

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. Gramsci e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CALABRO, Gaetano. *Croce, Sorel e l'Europa*. In: MONTANARI, Marcello; PAPA, Franca; VACCA, Giuseppe (Org.). *Le forme e la storia: Scritti in onore di Biagio De Giovanni*. Napoli: Bibliopolis, 2011.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. *Diferença entre Alienação e Estranhamento nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (1844) de Karl Marx*. Educação e Filosofia. Uberlândia, v. 8, n.16, p. 23-33, jul./dez. 1994.

CHÂTELET, François. *Hegel*. Tradução: Alda Porto. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1995.

CHESNAIS, François. *O Capital Portador de Juros: Acumulação, Internacionalização, Efeitos Econômicos e Políticos*. In: CHESNAIS, François (org). *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. Tradução: Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo. Boitempo Editorial 2005

_____. (org). *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. Tradução: Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo. Boitempo Editorial 2005.

CHOMSKY, Noam. *Réquiem para o Sonho Americano: Os 10 Princípios de Concentração de Riqueza e Poder*. Tradução: Milton Chaves de Almeida. Editora Bertrand Brasil Ltda. Rio de Janeiro, 2018.

COGGIOLA, Osvaldo. *Teoria econômica marxista*. 2ª edição. São Paulo, Boitempo Editorial 2021.

DOGLIANI, Patrizia. *Le due nascite della Federazione giovanile comunista*. In: PONS, Silvio (Org.). *Il comunismo italiano nella storia del Novecento*. Roma: Viella, 2021.

DUMÉNIL, GÉRARD (org); RENAULT, Emmanuel; LÖWY, Michael. *Ler Marx*. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo. Editora UNESP, 2009.

ENGELS, Friederich A *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 9ª edição. Tradução: Leandro Konder. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1984.

_____. *A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução: José Paulo Netto. São Paulo. Boitempo Editorial, 2007.

_____. *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*. Tradução: Nélcio Schneider. São Paulo. Boitempo Editorial, 2024.

FENN, Jackie; RASKINO, Mark. *Mastering the Hype Cycle – How to Choose the Right Innovation at the Right Time*. Boston. Harvard Business Press, 2008.

FEUERBACH, Ludwig. *A Essência do Cristianismo*. Tradução: José da Silva Brandão. Papirus Editora. São Paulo, 1988.

_____. *Preleções sobre a Essência da Religião*. Tradução: José da Silva Brandão. Papirus Editora. São Paulo, 1988

FRESU, Gianni. *Antônio Gramsci, o Homem Filósofo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

_____. *Questioni Gramsciane*. Roma: Meltemi, 2024.

FREZATTI, F. *Gestão do fluxo de caixa diário*. São Paulo: Atlas, 1997.

GOLDRATT, E. M.; FOX, R. E. *A corrida pela vantagem competitiva*. IMAM. São Paulo, 1989.

GRAMSCI, Antonio, *Caderno 13 (1932-1934) Breves notas sobre a política de Maquiavel* in *Cadernos do Cárcere - Vol 3*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1999A.

_____. *Cadernos do cárcere* [livro eletrônico] : *Caderno 10 (XXXIII): a filosofia de Benedetto Croce*. Tradução Ana Maria Said e Gianni Fresu. Rio de Janeiro : IGS-Brasil, 2024A. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-9/739/971739/23GwhSwA/53a16517242a41e8ba6397ea26efb12e?fileName=Caderno%2010.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2025.

_____. *Cadernos do cárcere* [livro eletrônico]: *Cadernos do cárcere [livro eletrônico] : caderno 22 (V) : 1934 : americanismo e fordismo*. Tradução: Lincoln Secco, Silvia de Bernardinis. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024B. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-9/739/971739/23GwhSwA/53a16517242a41e8ba6397ea26efb12e?fileName=Caderno%2010.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

_____. *Caderno 22 (1934) Americanismo e Fordismo* in *Cadernos do Cárcere - Vol 4*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1999B.

_____. *Cadernos do Cárcere - Vol 4*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1999C.

_____. *Obras Escolhidas: Volume II*. Rio de Janeiro: Estampa, 1974.

_____. *Quaderni del Carcere*. 2 Ed Critica. Turim: Einaudi, 1975

_____. *Cadernos do Cárcere - Vol 3*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1999D.

HARVEY, David. *A Loucura da Razão Econômica: Marx e o capital no século XXI*. Tradução: Artur Renzo. São Paulo, Boitempo Editorial, 2018.

_____. *O Neoliberalismo: história e implicações*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

_____. *O Enigma do Capital: e as Crises Do Capitalismo*. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.

HEGEL, G. W. Friederich. *Princípios da Filosofia do Direito*. Tradução: Orlando Vitorino. Martins Fontes, São Paulo, 1997.

_____. *Fenomenologia do Espírito*. 8º edição. Tradução: Paulo Meneses. Editora Vozes, Petrópolis, 2002

HEINRICH, Michael. *Die Wissenschaft von Wert*. Verlag Westfälisches Dampfboot, Münster, 2014

_____. *La scienza del valore*. Tradução: Stefano Breda. PGreco, Milano, 2023.

HYPPOLITE, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Tradução: Hamílcar Garcia. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971

KANT, Immanuel. *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*. Tradução: Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo. WMF Martins Fontes, 2011.

_____. *Metafísica dos Costumes*. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. *Rumo à Paz Perpétua*. Tradução: Heloísa Sarzana Pugliesi. Ícone Editora Ltda., São Paulo, 2010

KONDER, Leandro. *Marxismo e Alienação*. 2ª edição. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2009.

KOONTZ, H.; O'DONNELL, C. *Princípios de administração: uma análise das funções administrativas*. v. 2. Tradução: Albertinho Pinheiro Jr e Ernesto D'Orsi. Livraria Pioneira Editora. São Paulo, 1971.

LÉNINE. *Os Cadernos sobre a Dialética de Hegel*. Tradução: Adelino dos Santos Rodrigues. Editorial Minerva, Lisboa, 1975.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo Civil e outros escritos*. Tradução: Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Editora Vozes, Petrópolis, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich, LENIN, Vladímir. *Manifesto do Partido Comunista; Teses de Abril*. Tradução: Álvaro Pina e Ivana Jinkings (textos de Marx e Engels) e Daniela Jenkins. São Paulo. Boitempo Editorial, 2017

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *A Ideologia Alemã*. Tradução: Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo. Boitempo Editorial, 2007.

_____. *A Ideologia Alemã*. Tradução: Álvaro Pina. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2009.

_____. *Lutas de Classes na Alemanha*. Tradução: Nélío Schneider. São Paulo. Boitempo Editorial, 2010.

_____. *A Ideologia Alemã*. 11ª edição. Tradução: José Carlos Bruno e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo. Editora Hucitec, 1999.

_____. *A Sagrada Família*. Tradução: Marcelo Backes. São Paulo. Boitempo, 2011.

_____. *Cartas Filosóficas e Outros Escritos*. São Paulo. Editorial Grijalbo, 1977.

MARX, Karl, *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. 9ª reimpressão. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo. Boitempo, 2018.

_____. *A Burguesia e a Contra-Revolução*. Tradução: J. Chasin, M. Dolores Prades e Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo. Editora Ensaio, 1987.

_____. *Contribuição à crítica da economia política* 2ª edição. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo. Boitempo, 2005A.

_____. *Grundrisse*. Tradução: Mario Duayer e Nélío Schneider. São Paulo. Boitempo, 2011.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução: Luciano Cavini Martorano. São Paulo. Martin Claret, 2017.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, (in) *A Revolução Antes da Revolução*. 2ª ed. Tradução Álvaro Pina e Fernando Silvestre. São Paulo. Expressão Popular, 2014

_____. *O Capital: Livro VI (Inédito: Resultados do Processo de Produção Imediato)*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2022.

_____. *O Capital, Crítica da Economia Política, Livro Primeiro, O Processo de Produção do Capital, Volumes I e II*. 31ªed. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2013

_____. *O Capital, Crítica da Economia Política Livro Segundo O processo de circulação do capital Volume III*. 14ªed. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2016

_____. *O Capital, Livro Terceiro O processo global de produção capitalista Volumes IV, V e VI*. 3ªed. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2016.

_____. *Ökonomisch-philosophische Manuskripte*. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 2005B.

_____. *Para a Crítica da Economia Política* (in) *Manuscritos Econômico-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos*. Coleção Os pensadores, vol. XXXV seleção dos textos José Arthur

Giannotti. Tradução: José Carlos Bruni (Manuscritos Econômicos-Filosóficos), Edgar Malagodi (Para a Crítica da Economia Política), José Arthur Giannotti e Walter Rahfeld (O Rendimento e Suas Fontes) e Leandro Konder (Salário, Preço e Lucro). São Paulo. Abril Cultural, 1978.

_____. *Sobre a Questão Judaica*. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo. Boitempo, 2010A.

_____. *Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro* 2ª edição. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2010B.

MCLELLAN, David. *A Concepção Materialista da História*. In: HOBBSAWM, Eric J; HAUPT, Georges; MAREK, Franz; RAGIONIERI, Ernesto; STRADA, Vittorio; VIVANTI Corrado. *HISTORIA DO MARXISMO Volume I: O Marxismo no Tempo de Marx*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1980.

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*. Tradução: Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro. Intrínseca Editora Ltda, 2013.

RICARDO, David. *Princípios da Economia Política e de Tributação*. 5ª edição. Tradução: Maria Adelaide Ferreira. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.

RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Tradução: Rolf Kuntz. In: *Os Pensadores* vol. XVIII . São Paulo: Abril Cultural, 1974.

ROSENZWEIG, Franz. *Hegel e o Estado*. Tradução: Ricardo Timm de Souza. São Paulo. Editora Perspectiva, 2008.

ROSENZWEIG, P. *Derrubando mitos*. Tradução: Ricardo Gouveia. Editora Globo. São Paulo, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social Princípios do Direito Político*. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. Martins Fontes. São Paulo, 1999.

SAID, Ana Maria. *Pensar a Sociedade Contemporânea: A Atualidade do Pensamento de Marx e Gramsci*. Uberlândia: EDUFU, 2014.

SEBRAE (Org.). Anuário do trabalho na micro e pequena empresa: 2013, 6ª ed.. Brasília. DIEESE, 2013.

SEMERARO, G. *A Concepção de “Trabalho” na Filosofia de Hegel e de Marx*. Educação e Filosofia. Uberlândia, v. 27, n.53, p. 87-104, jan./jun. 2013.

_____. *Filosofia da Práxis e as Práticas Político-Pedagógicas Populares*. Educação e Filosofia. Uberlândia, v. 28, n.55, p. 131-148, jan./jun. 2013.

SMITH, Adam. *Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. Tradução: Conceição Jardim Maria do Carmo Cary e Eduardo Lúcio Nogueira. In: *Os Pensadores* vol. XVIII . São Paulo: Abril Cultural, 1974.

STARCKE, C. N.. *Ludwig Feuerbach*. Gerbrüder Kröner, Stuttgart, 1885.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de Administração Científica*. Tradução: Arlindo Vieira Ramos. Editora Atlas. São Paulo, 1976.

TIMMERMANS, Benoît. *Hegel*. Tradução: Tessa Moura Lacerda. Editora Estação Liberdade. São Paulo, 2005.

TRAGTENBERG, Maurício. *Administração, poder e ideologia*. Editora UNESP. São Paulo, 2004.

LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005, disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11101.htm > visualizado em 03 de março de 2025

LEI Nº 14.112, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020, disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14112.htm > visualizado em 03 de março de 2025

Relembre alguns dos maiores negócios dos últimos anos envolvendo empresas brasileiras, disponível em < <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2021/10/15/relembre-alguns-dos-maiores-negocios-dos-ultimos-anos-envolvendo-empresas-brasileiras.ghtml> > visualizado em 05 de novembro de 2025.

Formação de gigantes: 12 fusões e aquisições de 2019, disponível em < <https://exame.com/negocios/formacao-de-gigantes-12-fusoes-e-aquisicoes-de-2019/> > visualizado em 05 de novembro de 2025.

20 Maiores Fusões e Aquisições Empresariais de 2020, disponível em < <https://anhembisorocaba.com.br/blog/maiores-aquisicoes-de-empresa/> > visualizado em 05 de novembro de 2025.

McCain conclui compra da Forno de Minas; fundadores deixam o negócio, disponível em < <https://exame.com/negocios/mccain-conclui-compra-da-forno-de-minas-fundadores-deixam-o-negocio/> > visualizado em 05 de novembro de 2025.

Após 20 anos, Cade aprova com restrições compra da Garoto pela Nestlé, disponível em < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/06/07/apos-20-anos-cade-aprova-com-restricoes-compra-da-garoto-pela-nestle.ghtml> > visualizado em 05 de novembro de 2025.

Coca-Cola anuncia compra 16,7% da Monster, de bebidas energéticas, disponível em < <https://oglobo.globo.com/economia/negocios/coca-cola-anuncia-compra-167-da-monster-de-bebidas-energeticas-13614736> > visualizado em 05 de novembro de 2025.

‘Donos’ do planeta: 5 maiores fundos mundiais controlam US\$ 30 trilhões, disponível em < <https://pt.org.br/donos-do-planeta-5-maiores-fundos-mundiais-controlam-us-30-trilhoes/> > visualizado em 28 de janeiro de 2026.

GRAN TORINO. Direção: Clint Eastwood. Produção: Clint Eastwood; Robert Lorenz; Bill Gerber. Estados Unidos: Warner Bros. Pictures; Village Roadshow Pictures; Malpaso Productions, 2008. 1 DVD (116 min), som, cor.